



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 760

Terça-feira - 14 de Junho de 2011

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Antônio Carlos	1
Arroio Trinta.....	4
Ascurra.....	5
Biguaçu	11
Braço do Trombudo	13
Caçador.....	14
Campo Alegre	27
Campos Novos.....	27
Canoinhas.....	27
Capinzal	27
Chapadão do Lageado	28
Concórdia	28
Corupá	39
Curitibanos	42
Forquilha.....	45
Fraiburgo.....	46
Garopaba.....	52
Garuva	52
Gaspar	53
Guaramirim.....	53
Herval do Oeste	54
Imbituba	54
Iomerê	56
Irineópolis	56
Itapoá	59
Joaçaba.....	61
José Boiteux	66
Lages	69
Lauro Muller	69
Lindóia do Sul	69
Massaranduba.....	70
Novo Horizonte	71
Paulo Lopes	71
Pinheiro Preto	72
Porto Belo.....	73
Porto União.....	73
Rio do Sul.....	77
Salto Veloso	92
Santa Terezinha do Progresso	93
São Lourenço do Oeste.....	93
Schroeder	93
Timbó	95
Videira.....	96

Antônio Carlos

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria N° 276/2011

PORTARIA N° 276/2011

Admiti ACT.

PEDRO PAULO DOS SANTOS - Prefeito em Exercício do município de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Processo Seletivo nº 005/211,

RESOLVE:

Artigo 1º - Admitir, em caráter temporário, ALEX JOSE LOURENÇO, para o cargo de MOTORISTA, a partir de 10 de Junho de 2011 a 09 de Junho de 2012, e/ou até a realização de Concurso Público, para atuar na Secretaria de Esporte e Turismo.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 10 de Junho de 2011.

PEDRO PAULO DOS SANTOS

Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 10 de Junho de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

Portaria N° 277/2011

PORTARIA N° 277/2011

Dispensa ACT.

PEDRO PAULO DOS SANTOS - Prefeito em Exercício do município de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Dispensar, a pedido, VALERIO CARDOSO, do cargo Temporário de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, a partir de 10 de Junho de 2011.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 10 de Junho de 2011.

PEDRO PAULO DOS SANTOS

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

João Romão - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Dantes Guilherme e Guilherme Noronha - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 10 de Junho de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 278/2011

PORTARIA Nº 278/2011
Admiti ACT.

PEDRO PAULO DOS SANTOS - Prefeito em Exercício do município de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Processo Seletivo nº 005/2011,

RESOLVE:

Artigo 1º - Admitir, VALERIO CARDOSO, para o cargo Temporário de OPERADOR DE MAQUINA, a partir de 13 de Junho de 2011 a 12 de Junho de 2012, e/ou até a realização de Concurso Público.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 13 de Junho de 2011.
PEDRO PAULO DOS SANTOS
Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 13 de Junho de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 279/2011

PORTARIA Nº 279/2011
Admiti ACT.

PEDRO PAULO DOS SANTOS - Prefeito em Exercício do município de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Processo Seletivo nº 005/2011,

RESOLVE:

Artigo 1º - Admitir, NATALINO JOAO WEBER, para o cargo Temporário de OPERADOR DE MAQUINA, a partir de 13 de Junho de 2011 a 12 de Junho de 2012, e/ou até a realização de Concurso Público.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 13 de Junho de 2011.
PEDRO PAULO DOS SANTOS
Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 13 de Junho de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 280/2011

PORTARIA Nº 280/2011
Admiti ACT.

PEDRO PAULO DOS SANTOS - Prefeito em Exercício do município de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Processo Seletivo nº 005/2011,

RESOLVE:

Artigo 1º - Admitir, PAULO GUESSER, para o cargo Temporário de OPERADOR DE MAQUINA, a partir de 13 de Junho de 2011 a 12 de Junho de 2012, e/ou até a realização de Concurso Público.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 13 de Junho de 2011.
PEDRO PAULO DOS SANTOS
Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 13 de Junho de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 281/2011

PORTARIA Nº 281/2011
Concede Insabubridade.

PEDRO PAULO DOS SANTOS - Prefeito em Exercício do município de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, INSALUBRIDADE, aos servidores Temporários no Cargo de OPERADOR DE MAQUINA, a partir de 13 de Junho de 2011, conforme discriminado abaixo:

VALERIO CARDOSO
NATALINO JOAO WEBER
PAULO GUESSER

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 13 de Junho de 2011.
PEDRO PAULO DOS SANTOS
Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 13 de Junho de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Extrato de Contrato Nº 150/2011

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº: 150/2011; Origem: Processo Licitatório nº. 082/2011 - Carta Convite nº 007/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Silveira Ind. E Com. de Artefatos de Cimento Ltda; Objeto: aquisição parcelada de tubos de concreto para construção de bueiros em estradas vicinais do perímetro

rural, para a secretaria de obras do Município de Antonio Carlos; Valor: R\$ 44.854,00 (quarenta e quatro mil oitocentos e cinquenta e quatro reais).

Antônio Carlos, 01 de Junho de 2011.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Autorizo a empresa "DIARIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS". DOM a publicar o Extrato de Contrato nº 150/2011.

Antônio Carlos, 01 de Junho de 2011.

Atenciosamente:

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Extrato de Contrato Nº 151/2011

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº: 151/2011; Origem: Processo Licitatório nº. 049/2011 - Pregão Presencial nº 028/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: D MARVINC Comercio de Produto e Serviços Ltda ME; Objeto: aquisição de equipamentos para academia ao ar livre na Rua São Francisco, do Município de Antonio Carlos; Valor: R\$ 16.300,00 (dezesesseis mil e trezentos reais).

Antônio Carlos, 02 de Junho de 2011.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Autorizo a empresa "DIARIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS". DOM a publicar o Extrato de Contrato nº 151/2011.

Antônio Carlos, 02 de Junho de 2011.

Atenciosamente:

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Extrato de Contrato Nº 155/2011

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº: 155/2011; Origem: Processo Licitatório nº. 094/2011 - Dispensa de Licitação nº 018/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Henrique Mansueto Neto; Objeto: requerimento de registro de extração junto ao DNPM e licenciamento ambiental junto a FATMA (estudo ambiental simplificado e projeto de lava corretiva) de uma barreira em Santa Maria, no município de Antônio Carlos - SC; Valor: R\$ 7.000,00 (sete mil reais); Prazo: 10 (Dez) dias.

Antônio Carlos, 03 de Junho de 2011.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Autorizo a empresa "DIARIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS". DOM a publicar o Extrato de Contrato nº 155/2011.

Antônio Carlos, 03 de Junho de 2011.

Atenciosamente:

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Extrato de Contrato Nº 156/2011

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº: 156/2011; Origem: Processo Licitatório nº. 087/2011 - Pregão Presencial nº 050/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Empresa Cleusa Maria Teixeira; Objeto: ministrar cursos de patchwork, no auditório da Secretaria de Saúde e assistência social, na Rua 06 de novembro n. 210, centro, do Município de Antonio Carlos - SC; Valor: R\$ 7.168,00 (sete mil cento e sessenta e oito reais); Prazo: 7 (Sete) Meses.

Antônio Carlos, 03 de Junho de 2011.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Autorizo a empresa "DIARIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS". DOM a publicar o Extrato de Contrato nº 156/2011.

Antônio Carlos, 03 de Junho de 2011.

Atenciosamente:

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Extrato de Contrato Nº 158/2011

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº: 158/2011; Origem: Processo Licitatório nº. 088/2011 - Pregão Presencial nº 051/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Edson Pauli Eletrotécnico - ME; Objeto: aquisição de Peças e serviços de mão de obra para revisar e recuperar partes danificadas do Caminhão Basculante Volkswagen, Placa MCX 9762, da frota de veículos da Secretaria de Obras e Serviços Públicos da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos - SC; Valor: R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais); Prazo: 10 (Dez) Dias.

Antônio Carlos, 08 de Junho de 2011.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 157/2011

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº: 157/2011; Origem: Processo Licitatório nº. 097/2011 - Dispensa de Licitação nº 019/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: SULCATARINENSE - Mineração, Artefatos de Cimento, Britagem e Construções Ltda; Objeto: aquisição de 85 m³, de concreto FCK 20, para manutenção e conservação das estradas vicinais de Antônio Carlos - SC; Valor: R\$21.250,000 (vinte e um mil e duzentos e cinquenta reais).

Antônio Carlos, 02 de Junho de 2011.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 149/2011

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº.: 149/2011; Origem: Processo Licitatório nº. 083/2011 - Pregão Presencial nº 047/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Nelinho Ind. e Com de Tubos e Art. de Cimento Ltda EPP; Objeto: aquisição parcelada de cimento para secretária de obras; Valor: R\$ 6.540,00

(seis mil quinhentos e quarenta reais); Prazo: 30/05/2011 - 30/05/2012.

Antônio Carlos, 30 de Maio de 2011.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 152/2011

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº.: 152/2011; Origem: Processo Licitatório nº. 084/2011 - Pregão Presencial nº 048/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: JK Pneus Ltda; Objeto: aquisição parcelada de pneus; Valor: R\$ 95.585,52 (noventa e cinco mil quinhentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos); Prazo: 02/06/2011 - 02/06/2012.

Antônio Carlos, 02 de Junho de 2011.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 153/2011

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº.: 153/2011; Origem: Processo Licitatório nº. 084/2011 - Pregão Presencial nº 048/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Modelo Pneus Ltda; Objeto: aquisição parcelada de pneus; Valor: R\$ 35.892,00 (trinta e cinco mil oitocentos e noventa e dois reais); Prazo: 02/06/2011 - 02/06/2012.

Antônio Carlos, 02 de Junho de 2011.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 154/2011

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº.: 154/2011; Origem: Processo Licitatório nº. 084/2011 - Pregão Presencial nº. 048/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Comercial Automotiva Ltda - DPASCHOAL; Objeto: aquisição parcelada de pneus; Valor: R\$99.272,00 (noventa e nove mil duzentos e setenta e dois reais); Prazo: 02/06/2011 - 02/06/2012.

Antônio Carlos, 02 de Junho de 2011.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Arroio Trinta

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 1400, de 08 de junho de 2011.

DECRETO Nº 1400, de 08 de junho de 2011.
Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o que estabelece o artigo 6º, item I da Lei nº 1.502 de 08/10/2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 49.718,66 (Quarenta e nove mil setecentos e dezoito reais e sessenta e seis centavos), na dotação orçamentária a seguir discriminada:

02 CHEFIA DO EXECUTIVO
02.06 SERVIÇOS URBANOS
02.06.15 URBANISMO
02.06.15.451 INFRA-ESTRUTURA URBANA
02.06.15.451.1501 URBANIZAÇÃO DE VIAS
02.06.15.451.1501.1041 PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E PASSEIOS
44900000-0124-054 Aplicações Diretas R\$ 49.718,66
TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 49.718,66

Art. 2º Para suporte dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo 1º deste decreto, ficam utilizados no mesmo valor os seguintes recursos:

Parágrafo Único. R\$ 49.718,66 (Quarenta e nove mil setecentos e dezoito reais e sessenta e seis centavos), por conta do Excesso de Arrecadação do exercício de 2011, da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, na Fonte 00024 - Transferência de Convênios Outros, Destinação dos Recursos 054 - Transferência de Convênios da União, referente ao contrato de repasse nº. 0308.440-33/2009.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 08 de junho de 2011.
CLAUDIO SPRICIGO
Prefeito Municipal

Este decreto foi publicado nesta Secretaria de Administração em 08 de junho de 2011.

NELSON CAMPAGNIN
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 139, de 01/06/2011.

PORTARIA Nº 139, de 01/06/2011.
Altera a Carga Horária para Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e por excepcional interesse Público,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Atribuir a Servidora Municipal ROSANA NAVA ALVES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 015.495.009-29 e Identidade nº 3.411.948, residente e domiciliada no Município de Arroio Trinta - SC, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR I (PÓS-GRADUADO), do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal, o aumento da carga horária de 20:00 (vinte) horas semanais para 30:00 (trinta) horas semanais, no período de 01/06/2011 a 31/07/2011.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 01 de junho de 2011.
CLAUDIO SPRICIGO
Prefeito Municipal

Ascurra

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 1225, de 10 de junho de 2011.

Lei nº 1225, de 10 de junho de 2011.

"Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal celebrar Convenio entre o Município de Ascurra e a Companhia Integrada Agrícola de Santa Catarina - CIDASC, para fins de apoio às Ações de Defesa Sanitária Animal, com cessão de Funcionário Público Municipal, e dá outras providências"

MOACIR POLIDORO, Prefeito Municipal de Ascurra.

Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado celebrar Convenio entre o Município de Ascurra e a Companhia Integrada Agrícola de Santa Catarina - CIDASC, para fins de apoio às Ações de Defesa Sanitária Animal, com cessão de Funcionários Públicos Municipais, de conformidade com o Ar. 44 da Lei nº 10.366/97, conforme Termo de Convênio anexo.

Art. 2º As despesas com a aplicação desta Lei correm à conta da seguinte dotação Orçamento-Programa Anual:

0601 - Secretaria de Agricultura

2015 - Manutenção Atividade Agrícolas

31900000 - Aplicações Diretas

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, em 10 de junho de 2011.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na forma regulamentar

Município de Ascurra em, 10 de junho de 2011.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS

Fiscal de Tributos

CONVÊNIO Nº /

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO A COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA - CIDASC, E DE OUTRO LADO O MUNICÍPIO DE ASCURRA, PARA FINS DE DAR SUPORTE À EXECUÇÃO DAS AÇÕES DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE ASCURRA.

Aos dias do mês de de dois mil e , o Estado de Santa Catarina, através da SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, situada na Rodovia Admar Gonzaga, 1588 KM 3, Florianópolis com fulcro no art. 44 da Lei 10.366/97, doravante denominada SECRETARIA, representada, neste ato, pelo seu Secretário, o Senhor , brasileiro, casado, profissão, portador da cédula de identidade nº e inscrito no CPF sob o nº , e o MUNICÍPIO DE ASCURRA pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Benjamin Constant, nº221, inscrita no C.N.P.J. sob nº 83.102.772/0001-61, representado pelo Prefeito Municipal, o Senhor Moacir Polidoro, brasileiro, casado, pecuarista, residente e domiciliado na Rua Benjamin Constant, 174, na cidade Ascurra, Estado de Santa Catarina, inscrito no CPF sob o nº 293.339.209-78, e portador da Carteira de Identidade nº 208.877-0, doravante denominado

simplesmente MUNICÍPIO, firmam o presente Convênio de Cooperação Técnica amparados pela Lei Municipal nº e Portarias nº , com a interveniência da COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA - CIDASC, Empresa Pública Estadual, inscrita no CNPJ sob nº 83.807.586/0001-28, estabelecida na Rodovia Admar Gonzaga, nº 1.588, Itacorubí, Florianópolis/SC, daqui por diante denominada simplesmente CIDASC, neste ato representada por seu Presidente, o Senhor (qualificação), e pelo Diretor Técnico, Senhor (qualificação), e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto

O objeto do presente convênio é a conjugação de esforços e cooperação entre a CIDASC e a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ASCURRA/SC, de agora em diante denominados de PARCEIROS-CONVENIENTES, visando dar suporte à execução das ações de defesa sanitária animal no âmbito do Município, sendo que o presente convênio beneficiará a coletividade, tendo em vista melhor garantir o controle e a sanidade animal e, conseqüentemente, resguardar a saúde pública, bem como proporcionar aos produtores rurais do município satisfatório acesso aos serviços prestados pela CIDASC.

CLÁUSULA SEGUNDA - Da Execução do Convênio e da Designação dos Funcionários

1. A Prefeitura Municipal se compromete a ceder 02 (dois) funcionários públicos municipais integrante de seu quadro efetivo, sendo 01 (um) funcionário com formação em medicina veterinária e 01 (um) funcionário de nível médio, para a CIDASC, para exercer a função de médico veterinário e auxiliar de escritório respectivamente, desempenhando as seguintes atividades: defesa sanitária animal e atividades administrativas.
2. Os funcionários prestarão serviços no âmbito do município e no escritório local da CIDASC de Ascurra, sendo que o referido imóvel onde desenvolverão suas atividades será disponibilizado pela Prefeitura de Ascurra.
3. Os funcionários cedidos exercerão a função de medico veterinário e auxiliar de escritório.
4. A carga horária dos servidores será compatível com a dos funcionários da CIDASC, resguardando-se, entretanto, a jornada de trabalho prevista pela Prefeitura Municipal, sendo que o medico veterinário cumprirá jornada de trabalho de 20 horas semanais, e o auxiliar de escritório de 40 horas semanais, o primeiro desempenhará suas atividades das 13:00hs às 17:00horas, de segunda a sexta-feira e o auxiliar de escritório das: 8:00hs às 11:30 e das 13:30 as 17:00hs de segunda a sexta-feira.
5. A freqüência do servidor cedido será fiscalizada pelo escritório local da CIDASC de Ascurra e será mensalmente remetida à Prefeitura.
6. As faltas no serviço deverão ser comunicadas juntamente com a freqüência do servidor, assim como as ausências, férias, licença-saúde ou qualquer espécie de ocorrência que resulte na irregularidade da freqüência à PREFEITURA.
7. As faltas disciplinares, após formalmente constatadas pela CIDASC, serão imediatamente comunicadas à PREFEITURA para as providências cabíveis.
8. Os funcionários à disposição da CIDASC, ao final de cada mês, elaborarão relatórios das atividades desenvolvidas, os quais serão remetidos a CIDASC e à Prefeitura.
9. É facultada a substituição ou a devolução do servidor.

CLÁUSULA TERCEIRA - Cláusula Terceira - Das Obrigações e Responsabilidades dos Parceiros - convenientes.

1 - Das obrigações da CIDASC:

1.1 Em relação aos servidores cedidos:



- a) Zelar pela observância da jornada de trabalho do servidor a fim de evitar carga horária superior a prevista junto à Prefeitura.
- b) Cumprir rigorosamente o disposto na Cláusula Segunda;
- c) Estar ciente de que a PREFEITURA, após formal comunicação, poderá solicitar a substituição ou o retorno do servidor as suas funções na Prefeitura, com a anuência da CIDASC;
- d) A CIDASC não poderá, sob qualquer pretexto, alterar a designação do servidor para posto de trabalho que não esteja compreendido no Município de Ascurra ou conferir atividade ou função diversa da constante neste convênio;
- e) Fiscalizar para que os serviços desenvolvidos pelos servidores cedidos estejam de conformidade com o disposto neste convênio;
- f) Comunicar, com antecedência de 20 (vinte) dias, o seu interesse em promover a substituição do servidor cedido.

1.2 Em relação aos bens:

- a) A CIDASC colocará à disposição do Município, para cumprimento do presente convênio, um veículo GM/Corsa Wind 1.6 ano 2001, que será utilizado exclusivamente para cumprimento do objeto do presente convênio, com despesas de manutenção e utilização pelo município conveniente.
- b) Caberá à CIDASC fornecer os seguintes bens: material de expediente, material de limpeza e de consumo e correios.
- c) Caberá a CIDASC fornecer os equipamentos de informática necessários ao cumprimento deste convênio.

2 - Das Obrigações da PREFEITURA MUNICIPAL

- a) Estar ciente de que são de sua inteira responsabilidade o pagamento de todas as despesas com remunerações, encargos previdenciários e trabalhistas, bem como quaisquer outros que porventura integrem os salários, os vencimentos dos servidores cedidos.
- b) Encaminhar à CIDASC a relação dos servidores cedidos, com declaração de que os mesmos ingressaram no serviço público municipal através de concurso público ou processo seletivo autorizado por Lei, bem como fornecer a Lei Municipal a Portaria, autorizadora da cessão de funcionário público;
- c) Responsabilizar-se por qualquer ato irregular praticado pelos servidores cedidos, independentemente de dolo ou culpa.
- d) Certificar-se de que os servidores cedidos estão cientes de que deverão cumprir todos os regulamentos internos da CIDASC;
- e) Acolher ou justificar, em 20 (vinte) dias, a comunicação da CIDASC para os fins da letra f do parágrafo anterior.
- f) fornecer o espaço físico e o mobiliário necessário para atuação dos servidores municipais.
- g) Cabe ao município, além da manutenção do veículo, a responsabilidade decorrentes de infração de trânsito praticadas pelo seu preposto/empregado e por indenizações contra terceiros, durante a vigência do presente convênio, isentando a CIDASC totalmente por quaisquer despesas decorrentes da utilização.
- h) Apresentar no prazo máximo de 30 (trinta) dias, apólice de seguro em favor da CIDASC, contra possíveis danos materiais e pessoais, causados a terceiros na utilização do veículo colocado a sua disposição, sob pena de rescisão do presente convênio.

3- Das Obrigações do Funcionário Cedido:

- a) Atender às normas internas e respeitar a hierarquia funcional da CIDASC;
- b) Manter sigilo dos dados referentes ao cadastro pessoal dos produtores e demais dados do PIB-SC.
- c) Elaborar os relatórios mensais dispostos no item 7, da cláusula segunda;

CLÁUSULA QUARTA - Do Controle de Gestão do Convênio

Os convenientes indicam os Senhores _____ (nome e qualificação), e _____ (nome e qualificação), representantes da CIDASC e os Senhores _____ (nome e qualificação) e _____ (nome

e qualificação), representante da Prefeitura Municipal, a fim de formar comissão mista para participar de reuniões de controle de gestão e dirimir questões relativas ao presente instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - Recursos Financeiros

As despesas com a aplicação desta convênio correm à conta da seguinte dotação Orçamento-Programa Anual:

0601 - Secretaria de Agricultura
2015 - Manutenção Atividade Agrícolas
31900000 - Aplicações Diretas

CLÁUSULA SEXTA - Dos Custos

Os encargos de remuneração do servidor cedido correrão por conta da Prefeitura Municipal, conforme item 2, da cláusula terceira.

As despesas de aperfeiçoamento ou treinamento profissional do servidor cedido, voltados às atividades desempenhadas na CIDASC, ficarão a cargo dessa Companhia.

CLÁUSULA SÉTIMA - Da Denúncia e da Rescisão

O presente convênio poderá ser unilateralmente denunciado motivadamente, por escrito e a qualquer tempo, mediante comunicação prévia de, no mínimo, 30 (trinta) dias, ou a qualquer tempo de comum acordo entre os convenientes, ou rescindido nas seguintes hipóteses:

- a) no término do prazo ajustado se não houver interesse dos convenientes na continuidade do convênio ou decorrido o prazo de vigência do convênio, este não for prorrogado;
- b) em caso de descumprimento de qualquer uma de suas cláusulas, por qualquer dos convenientes, mediante comunicação por escrito do motivo da rescisão;
- c) na hipótese de caso fortuito ou força maior que torne impossível a continuidade do convênio.

CLÁUSULA OITAVA - Da Vigência

O presente convênio terá duração de 12 (doze) meses a contar da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado, podendo ser prorrogável por igual período, nos termos da Lei 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLAUSULA NONA - Dos Casos Omissos

Os casos omissos serão solucionados mediante entendimento entre as partes e formalizados em termos aditivos.

CLÁUSULA DÉCIMA - Da Publicidade

A CIDASC arcará com os custos da publicação do Termo de Convênio no Diário Oficial do Estado, que será encaminhado no prazo de 05 (cinco) dias, contado da data da sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Do Foro

Os PARCEIROS-CONVENIENTES elegem o Foro da Comarca de Florianópolis-SC, com a renúncia de qualquer outro para dirimir quaisquer dúvidas, casos omissos ou questões oriundas do presente convênio.

E, por estarem de acordo, os PARCEIROS-CONVENIENTES, por meio de seus representantes, assinam o presente termo de convênio, em 5 (cinco) vias, de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo nominadas.

(Local), de _____ de 20____

()
Prefeito Municipal DE ASCURRA

()
SECRETÁRIO DA ARICULTURA DESENVOLVIMENTO RURAL

()
PRESIDENTE DA CIDASC

()
DIRETOR TÉCNICO DA CIDASC

TESTEMUNHAS:

NOME:
CPF:

NOME:
CPF:

Lei N.º 1226, de 10 de junho 2011.

LEI N.º 1226, de 10 de junho 2011.

Autoriza o Município de Ascurra a Conceder Auxílio Financeiro a Associação Cultural, Esportiva e Social "Per Tutti".

Moacir Polidoro, Prefeito Municipal de Ascurra.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º - Fica o município de Ascurra autorizado a conceder um auxílio financeiro a Associação Cultural, Esportiva e Social "Per Tutti", com sede em Ascurra, a Rua João Finardi, s/nº, CNPJ/MF N.º : 00.695.570-0001-43, no valor de até R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil Reais).

§ 1º - A Entidade beneficiada com o auxílio financeiro de que trata o "caput" deste artigo, deverá prestar contas da aplicação dos recursos recebidos, na forma da lei, além de manter suas atividades em prol da comunidade local.

§ 2º - Constatada a não aplicação das verbas para o fim a que se destina, a entidade beneficiada pelo auxílio, ou seu dirigente legal, fica responsável pela restituição ao Erário, em valores corrigidos, cessando imediatamente qualquer repasse ou auxílio governamental em execução, vedando-se o acesso a qualquer outro benefício econômico ou fiscal até a liquidação do débito.

Art. 2.º - Os recursos Constantes do artigo primeiro da presente lei, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

03.00 Secretaria de Administração e Planejamento
03.01 Secretaria de Administração e Planejamento
04.121.010.2003 Contribuição Financeira a Entidades
3000000000 Despesas Correntes
3300000000 Outras Despesas Correntes
3350000000 Transf. A instituições Privadas s/fin Lucrativos

Art. 3.º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-se as disposições em contrário.

Município de Ascurra em, 10 de junho de 2011.

MOACIR POLIDORO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na forma regulamentar
Município de Ascurra em, 10 de maio de 2011

MARIA DE FATIMA MARTINS
Fiscal de Tributos

Lei N° 1227, de 10 de maio de 2011

LEI N° 1227, de 10 de maio de 2011

DISPÕE SOBRE A DOAÇÃO COM ENCARGOS DE TERRENO URBANO PARA A INSTALAÇÃO E A EDIFICAÇÃO DA EMPRESA FLIEGL IMPLEMENTOS AGRICOLAS LTDA., NO MUNICÍPIO DE ASCURRA.

MOACIR POLIDORO, Prefeito Municipal de Ascurra.

Faço saber a todos os habitantes do Município, que de conformidade com o inciso XV do artigo 72 c/c inciso V do artigo 19, ambos da Lei Orgânica deste Município, bem como com os artigos 14, 15, 32, inciso IV e anexos II e III entre outros da Lei Complementar nº 0074/07 que instituiu o Plano Diretor do Município de Ascurra, e de conformidade com a decisão do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Município de Ascurra - CDE, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Município de Ascurra, através do Chefe do Poder Executivo, autorizado a doar com a fixação dos encargos previstos nesta Lei, o terreno urbano de propriedade do Município de Ascurra descrito e individualizado no parágrafo único deste artigo, a empresa FLIEGL IMPLEMENTOS AGRICOLAS LTDA - Especializada na fabricação de maquinas e Equipamentos para agricultura e pecuária;

Parágrafo Único: Um terreno urbano, constituído da parcela 02, situado no lado par da Rua PM 65, hoje Rua Dante Zonta, Bairro Estação, nesta cidade de Ascurra, com área de 28.846,90m² (vinte e oito mil, oitocentos e quarenta e seis virgula noventa metros quadrados), sem benfeitorias, confrontando dito terreno pela frente com 80,60 metros no lado par da Rua Dante Zonta, nos fundos com 152,60 metros na margem direita do Rio Itajaí-Açú, no lado direito com uma linha de 102,30 metros que faz ângulo de 90º com uma linha de 78,10 metros do lote 03 e outra linha de 127,50 metros com o lote 04, ambos de propriedade deste município, no lado esquerdo com 252,00 metros, com a parcela 01 de propriedade deste município. Ressalvando que existe ao longo da linha dos fundos do terreno, uma faixa de terras com cinquenta metros de largura por toda a extensão daquela linha, destinada a Área de Preservação Permanente - APP, conforme disposto na alínea "c" do inciso I do parágrafo 2º do artigo 38 da Lei Complementar nº 0074 de 2007. O terreno ora descrito encontra-se matriculado sob nº 3482 do Ofício de Registro de Imóveis da cidade de Ascurra/SC, em processo de desmembramento, constituído da parcela 02.

Art. 2º - O terreno descrito no parágrafo único do artigo anterior destina-se exclusivamente a construção das edificações voltadas à implantação e funcionamento da empresa beneficiada, não podendo ser dada outra utilização a dito imóvel, que não a industrial, comercial ou prestação de serviços, em todas as hipóteses visando à geração de empregos.

Art. 3.º - São encargos da doação de que trata esta Lei, e que deverão ser suportados pela empresa beneficiada:

I- A utilização do imóvel recebido de acordo com o projeto apresentado e aprovado pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico;

II- Iniciar a execução do empreendimento no prazo de 6 (seis) meses a contar da doação;

III- Apresentar índice positivo no movimento econômico, pelo menos durante 10 (dez) anos, período no qual o imóvel permanecerá condicionado a observância dos encargos;

IV- Apresentação de relatório sobre o nível de empregos, movimento econômico, a ser apresentado anualmente, até o dia 30 de mês de março;

V- Contribuir com o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, durante 5 (cinco) anos consecutivos, em valor equivalente a 243 UFM's por mês, a contar da lavratura da escritura pública de doação com encargos.

Parágrafo Primeiro: A prova do cumprimento dos encargos será sempre documental e ficará a cargo da empresa beneficiada.

Parágrafo Segundo: O descumprimento dos encargos previstos nesta Lei darão causa a reversão do bem ora doado a esfera patrimonial do Município de Acurra, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial.

Parágrafo Terceiro: Toda e qualquer benfeitoria edificada sobre o imóvel ora doado, ficará incorporado ao terreno de que trata esta Lei, não subsistindo nenhum direito a indenização em favor da empresa beneficiada, caso esta dê azo a reversão do bem ora doado.

Art. 4º - A empresa beneficiada ficará responsável pela obtenção de todas as licenças necessárias, ambientais inclusive, a implantação e funcionamento de seus serviços.

Art. 5º - A presente doação deverá ficar gravada com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade pelo prazo de dez anos, a contar da lavratura da escritura pública.

Parágrafo Único: Após o transcurso do prazo acima, a empresa beneficiada poderá alienar o imóvel ora doado, desde que as finalidades previstas no artigo 2º persistam com o novo adquirente, e, após autorização expressa por parte deste Município, a qual se dará através de Lei.

Art. 6º - Caso ocorra o fechamento da empresa ou o encerramento de suas atividades no imóvel objeto da presente lei, por qualquer motivo e a qualquer tempo, o imóvel ora doado bem como todas as benfeitorias nele edificadas reverterão ao patrimônio do Município de Acurra, independentemente de qualquer indenização ou pagamento por estas.

Art. 7º - A lavratura da escritura pública de doação de imóvel urbano com encargo se dará, após o desmembramento do terreno destinado a presente doação, correndo por conta da empresa beneficiada todas as despesas concernentes a dita escritura pública.

Parágrafo Único: Para fins de lavratura de escritura pública de doação, e, em cumprimento ao inciso I do artigo 17 da Lei 8.666/93, deverá ocorrer avaliação prévia do terreno objeto desta Lei, a ser levada a efeito por profissional devidamente habilitado para tanto.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Acurra em, 10 de junho de 2011.
MOACIR POLIDORO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na forma regulamentar
Município de Acurra em, 10 de junho de 2011.

MARIA DE FATIMA MARTINS
Fiscal de Tributos

Lei Nº 1228, de 10 de junho de 2011

LEI Nº 1228, de 10 de junho de 2011
DENOMINA VIA PÚBLICA / BECO JOSÉ GODRI.

MOACIR POLIDORO, Prefeito Municipal de Acurra, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominado "Beco José Godri", a via pública com início na Rua Indaial, Bairro Estação (atual Beco PM 83).

Art. 2º - O referido beco apresenta as seguintes medidas:
Extensão: 115,50 metros;
Largura: 4,00 metros;
Passeio: 1,00 metro de cada lado da via.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Acurra-SC, em 10 de junho de 2011.
MOACIR POLIDORO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na forma regulamentar
Município de Acurra, em 10 de junho de 2011.

MARIA DE FATIMA MARTINS
Fiscal de Tributos

Decreto Nº 2259, de 27 de maio de 2011

DECRETO nº 2259, de 27 de maio de 2011

Altera o Regulamento de Concurso Público para provimento de cargos efetivos e emprego público no Serviço Público Municipal, previsto no Decreto nº 1883, de 26 de março de 2007 e dá outras providências.

MOACIR POLIDORO, Prefeito de Acurra/SC, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 53, incisos I, II e III, c/c art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 18 de dezembro de 2002, e com fundamento nas Leis nº 649, de 03/12/1993, alterada pela Lei nº 791, de 23/12/1997, pela Lei Complementar nº 073, de 26/10/2007, pela Lei Complementar nº 079 de 10/04/2008; pela LC 087/08 de 22/10/2008, pela LC 092/09 de 12/05/2009, pela LC 094/09 de 03/09/2009, pela LC 099/2010 de 29/03/2010, pela 108/11 de 18/04/2011; e LC 033/01 de 21/12/2001 e 109/11 de 18/04/2011 (Plano de Carreira do Magistério) e ainda pela Lei Complementar nº 065, de 07/12/2006 e LC 104/10 de 12/08/2010 - PSF e LC 096/09 de 02/12/2009 (NASF) e demais legislação aplicável;

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o Regulamento de Concurso Público para provimento de cargos efetivos e emprego público no Serviço Público Municipal de Acurra, estabelecido na forma anexa.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revoga-se o Decreto nº 1967, de 26/05/2008.

Município de Acurra, em 27 de maio de 2011..
MOACIR POLIDORO
Prefeito de Acurra/SC.

Publicado o presente Decreto na forma regulamentar.
Município de Acurra/SC, 27 de maio de 2011.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS
Fiscal de Tributos

REGULAMENTO DE CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS E DE EMPREGO PÚBLICO PARA O ATENDIMENTO DO PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - (PSF) INCLUINDO O PROGRAMA SAÚDE BUCAL - (PSB); O PROGRAMA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE (PACS) E O NÚCLEO DE APOIO À SAÚDE DA FAMÍLIA - (NASF), NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL

DE ASCURRA/SC.

DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º - Caberá à Secretaria Municipal de Administração e Planejamento a realização de Concursos Públicos para provimento de cargo efetivo e de emprego público para o atendimento do Programa de Saúde da Família - PSF, incluindo o Programa de Saúde Bucal - PSB; o Programa de Agentes Comunitários de Saúde - PACS e o Núcleo De Apoio À Saúde Da Família - NASF, do Município de Ascurra.

Art. 2º - O concurso terá validade de até 02 (dois) anos, contados da data de sua homologação, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período, atendendo o interesse público.

Parágrafo Único - O prazo de validade do Concurso Público deverá constar do instrumento convocatório (Edital), e sua eventual prorrogação se dará por meio de decreto.

Art. 3º - O concurso público será de provas, ou de provas e títulos, podendo ser realizado em duas etapas, desde que expressamente previsto no Edital, condicionada a inscrição do candidato ao pagamento do valor fixado no edital, quando indispensável ao seu custeio, e ressalvadas as hipóteses de isenção nele expressamente previstas.

DOS EDITAIS

Art. 4º - Observar-se-ão, na realização dos concursos as seguintes normas:

I - a abertura de concurso se dará por edital publicado na imprensa de circulação diária no município ou, na falta desta, na de maior circulação regional - por duas (2) vezes, a primeira com antecedência mínima de quinze (15) dias, de que constem:

a - O número de vagas oferecidas, denominação dos cargos e respectivos vencimentos;

b - O tipo de concurso, se de provas, ou de provas e títulos;

c - Os títulos exigidos;

d - As condições para inscrição e provimento do cargo;

e - tipo, natureza e programa das provas;

f - A forma de julgamento das provas e dos títulos;

g - Os limites de pontos atribuídos a cada prova e aos títulos;

h - Os critérios e níveis de habilitação e classificação;

i - Os critérios de desempate;

j - O prazo, de inscrição;

k - a forma de comprovação dos requisitos para a inscrição;

l - a época da:

1 - realização das provas constando o dia, hora e local;

2 - publicação nominal das inscrições homologadas com o número de inscrição;

3 - publicação dos aprovados por ordem de classificação, número de inscrição e nome do candidato;

4 - apresentação das vagas, constando o dia, horário e local quando for o caso;

5 - o prazo de validade do concurso, que não excederá de dois anos, a contar de sua homologação, prorrogável por igual período.

6 - O limite de idade para inscrição em concurso, será no mínimo de 18 anos.

DOS CANDIDATOS

Art. 6º - São requisitos básicos para ingresso no Serviço Público Municipal:

I - a nacionalidade brasileira;

II - o gozo dos direitos políticos;

III - a quitação com as obrigações militares e eleitorais;

IV - o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo, e/ou os requisitos especiais para o seu desempenho;

V - Idade mínima de 18 (dezoito) anos, podendo-se estabelecer idades máximas, nas condições estabelecidas no Edital.

VI - aptidão física e mental.

§ 1º - As atribuições do cargo podem justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos em lei.

§ 2º - Fica assegurado direito às pessoas portadoras de deficiência de se inscreverem em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, para as quais serão reservadas até 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas no concurso.

Art. 7º - As limitações de idade, de sexo, e os requisitos exigidos para o cargo em particular serão estabelecidos em função da natureza dos mesmos e das disposições legais e regulamentares que disciplinam o assunto.

DAS INSCRIÇÕES

Art. 8º - As inscrições dos candidatos serão efetuadas no local, horário e dentro dos prazos fixados no Edital de concurso.

Parágrafo Único - Cada candidato poderá se inscrever somente para um cargo em cada Concurso, e as provas serão realizadas simultaneamente para todos os cargos.

Art. 9º - No ato da inscrição, o candidato receberá um cartão de identificação, sem a apresentação do qual não lhe será permitido fazer as provas.

Art. 10 - Não será permitida, sob qualquer pretexto, a inscrição condicional, devendo todos os documentos ser apresentados por ocasião do preenchimento da ficha de inscrição.

Parágrafo Único - Os requisitos relativos à escolaridade e/ou curso técnico, a inscrição na entidade profissional competente (Conselho Regional) e os demais requisitos ou habilitações exigidas, deverão ser comprovados no ato da posse, sob pena de revogação do ato de provimento e desclassificação do candidato, além da convocação do sucessor imediato na ordem de classificação, para assunção da vaga.

Art. 11 - A declaração falsa ou inexata de dados constantes da ficha de inscrição, bem como a apresentação de documentos falsos ou graciosos, determinarão o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos decorrentes.

Art. 12 - A inscrição em concurso será feita pelo próprio candidato ou por procurador, com poderes especiais legalmente investidos.

DA COMISSÃO ESPECIAL

Art. 13 - - Para coordenar todas as etapas do concurso público, inclusive proceder ao julgamento de quaisquer recursos, a autoridade competente designará Comissão Especial composta de no mínimo três (3) servidores municipais que, entre si escolherão o respectivo Presidente.

§ 1º - Dos servidores mencionados no "caput" deste artigo, 02 (dois) deverão ser ocupantes de cargo de carreira, sendo (01) destes de nível superior ou igual a dos cargos a serem preenchidos, e um 01 (um) será indicado pelo Sindicato representativo da

categoria.

§ 2º - A Comissão Especial, mediante autorização do Chefe de Poder, poderá contratar instituição especializada ou confiar a uma instituição de ensino, a elaboração das provas.

DAS PROVAS E TÍTULOS

Art. 14 - As provas poderão ser escritas ou testes práticos, estes de conhecimentos específicos em determinada área.

Parágrafo Único - O teste prático, de conhecimento específico em determinada área de atuação, com atividades pertinentes a sua função.

Art. 15 - As provas serão realizadas em dia, hora e local conforme previsão estabelecida no Edital.

Parágrafo Único - Os candidatos deverão estar no local, com antecedência mínima de vinte (30) minutos, portando obrigatoriamente o original da Carteira de Identidade, Cartão de Identificação e caneta esferográfica azul ou preta, se for o caso.

Art. 16 - Não haverá segunda chamada para nenhuma prova, eliminando-se o candidato faltoso.

Art. 17 - Durante a realização das provas, não será permitido ao candidato, sob pena de exclusão do concurso:

I - comunicar-se com os demais candidatos ou pessoas estranhas ao concurso, bem como consultar livros ou apontamentos, salvo as fontes informativas que forem autorizadas pela Comissão Especial;

II - ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente, em casos especiais, na companhia de fiscal.

Art. 18 - O local de prova será fiscalizado por elementos designados pela Comissão Especial, vedado o ingresso de pessoas estranhas.

Art. 19 - Nos concursos poderão ser considerados como títulos:

- a) frequência e conclusão de cursos, segundo a natureza e as exigências do cargo do concurso;
- b) experiência de trabalho;
- c) trabalhos aplicados.

§ 1º - Os títulos deverão ser comprovados e ter direta relação com as atribuições dos cargos em concurso.

§ 2º - Serão considerados títulos a participação do candidato em cursos de aperfeiçoamento (devidamente comprovados com certificados reconhecidos) na área afim ou de atuação do cargo ao qual pretende se inscrever, não podendo ter sido realizado a mais de cinco anos do último prazo para inscrição no Concurso.

§ 3º - A contagem dos títulos, se for o caso, será realizada em uma única etapa para cada cargo, no momento da homologação das inscrições, mediante comprovantes válidos juntados pelo candidato no ato de sua inscrição.

Art. 20 - As notas atribuídas às provas e os pontos atribuídos aos títulos, bem como a nota final, serão aproximados até décimos arredondados para um décimo das frações iguais ou superiores a cinco centésimos e desprezadas as inferiores.

DA PUBLICAÇÃO, REVISÃO E RESULTADO FINAL

Art. 21 - Terminadas as avaliações das provas e dos títulos, serão divulgadas as notas por prova e a média final de cada candidato.

Art. 22 - No prazo de 03 (três) dias a contar da publicação referida no artigo anterior, o candidato poderá requerer revisão fundamentada da nota atribuída às provas e dos pontos atribuídos aos títulos.

Art. 23 - Feita a revisão, será publicado com todas as eventuais alterações, o resultado final do concurso.

Art. 24 - Quando, na realização do concurso, ocorrer irregularidade insanável ou preterição de formalidade substancial que possa afetar o seu resultado, qualquer candidato poderá recorrer ao Chefe de Poder que, mediante decisão fundamentada, proferida no prazo máximo de 10 (dez) dias, poderá anular o concurso, parcial ou totalmente, promovendo a apuração de responsabilidade dos culpados.

Parágrafo Único - O recurso previsto neste artigo poderá ser interposto até 03 (três) dias após a publicação do resultado final do concurso.

Art. 25 - Compete ao Chefe de Poder, no prazo de até 10 (dez) dias, contados da publicação do resultado final, a homologação do concurso, à vista do relatório apresentado pela Comissão Especial.

Art. 26 - Terá preferência para nomeação, em caso de empate na classificação, sucessivamente, o candidato:

I - já pertencente ao serviço público municipal de Ascurra, suas Autarquias e Fundações Públicas instituídas e mantidas;

II - pertencente ao serviço público municipal de Ascurra, suas Autarquias e Fundações Públicas instituídas e mantidas, que possuir maior tempo de efetivo exercício nesta condição;

III - o que tiver obtido maior grau na matéria de peso mais elevado;

IV - que tenha maior número de dependentes;

V - o mais idoso.

Parágrafo Único - Se ocorrer empate de candidatos não pertencente ao serviço público municipal de Ascurra, suas Autarquias e Fundações Públicas, instituídas e mantidas, decidir-se-á a favor daquele que tenha maior número de dependentes, persistindo o empate será a favor do mais idoso.

DOS RECURSOS E REVISÕES

Art. 27 - Aos candidatos serão assegurados amplos meios de recursos, nas fases de homologação das inscrições, publicações de resultados parciais ou globais, homologação do concurso e nomeação de candidatos.

Art. 28 - Os recursos serão dirigidos ao Presidente da Comissão Especial.

§ 1º - Dos recursos deverá constar à justificativa do pedido, em que se apresente sua razão, sendo, liminarmente, indeferidos os que não contenham fatos novos ou que se baseiam em razões subjetivas.

§ 2º - Interposto o recurso, o candidato poderá participar condicionalmente das provas que se realizarem, e no caso de não provimento do recurso, as provas serão anuladas e desconsideradas.

§ 3º - Os recursos deste artigo poderão ser interpostos até 3 (três) dias após o cumprimento de cada fase.

Art. 29 - Os pedidos de revisões de provas serão dirigidos à Comissão Especial, circunstancialmente fundamentados e instruídos

com comprovante do pagamento do preço público recursal, cabendo a esta decidir sobre eles.

Parágrafo Único - O prazo para o pedido de revisão das provas e títulos previsto neste artigo é de 3 (três) dias após a publicação da média final.

Art. 30 - Feita a revisão será publicado, com todas as eventuais alterações, o resultado final do concurso.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 31 - Fica instituído preço público para inscrição em Concurso Público do Município de Ascurra/SC, destinado a remunerar o custo do serviço para elaboração, aplicação, julgamento e avaliação das provas escritas e/ou práticas, o qual constará do instrumento convocatório, nos seguintes valores:

I - 47 UFM (Unidade Fiscal Municipal) para os cargos de 3º ou nível superior;

II - 35 UFM (Unidade Fiscal Municipal) para os cargos de 2º ou nível médio; e

III - 18 UFM (Unidade Fiscal Municipal) para os cargos de 1º ou ensino fundamental.

§ 1º - Ficam isentos do pagamento do preço público para inscrição em Concurso Público do Município de Ascurra/SC os candidatos doadores de sangue, atendidas as condições estabelecidas nos parágrafos seguintes.

§ 2º - Considera-se, para enquadramento ao benefício previsto no parágrafo anterior, somente a doação de sangue promovida a órgão oficial ou a entidade credenciada pela União, pelo Estado ou por Município.

§ 3º - A comprovação da qualidade de doador de sangue será efetuada através da apresentação de documento expedido pela entidade coletora, que deverá ser juntado no ato de inscrição.

§ 4º - O documento previsto no parágrafo anterior, deverá discriminar o número e a data em que foram realizadas as doações, não podendo ser inferiores a três (03) vezes nos doze (12) meses imediatamente anteriores à abertura do edital do concurso no qual o doador pretenda inscrever-se.

Art. 32 - Fica instituído preço público para recurso de revisão de provas em Concurso Público do Município de Ascurra/SC, destinado a remunerar o custo do serviço para revisão das provas escritas e/ou práticas, o qual constará do instrumento convocatório, em valores correspondentes a 50% (cinquenta por cento) daquele estabelecido no "caput" do artigo anterior para a inscrição do candidato.

Parágrafo Único - O pagamento do preço público para recurso de revisão de provas é condição indispensável para conhecimento do recurso, ficando a cargo do recorrente seu recolhimento antes do protocolo do recurso, bem como sua comprovação junto às razões de recurso.

Art. 33 - Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo será submetido a estágio probatório por período de 36 (trinta e seis) meses, durante o qual sua aptidão e capacidade será objeto de avaliação especial para o desempenho do cargo.

Art. 34 - Ao entrar em exercício, os servidores ocupantes dos empregos públicos estarão submetidos ao regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS de acordo com a Lei Complementar nº 65/2006 de

07/12/2006 e LC 104/10 de 12/08/2010 - PSF e LC 096/09 de 02/12/2009 (NASF)

Art. 35 - A Comissão Especial poderá, a seu critério e justificadamente, antes da homologação final, suspender, alterar, anular ou cancelar o concurso, não assistindo aos candidatos o direito à indenização.

Art. 36 - Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pela Comissão Especial, mediante resolução.

Município de Ascurra, 27 de maio de 2011.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal de Ascurra/SC.

Decreto Nº. 2258, de 20 de maio de 2011.

DECRETO Nº. 2258, de 20 de maio de 2011.

Abre Crédito Suplementar pelo Excesso de Arrecadação.

Aires Rogério Dalfovo, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei n. 1207 de 16/12/2010,

DECRETA:

Art. 1º - Suplementa dotação orçamentária conforme abaixo discriminado:

05.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0070.2025 Manutenção Saúde - Recursos SUS

3000000000000000 Despesas Correntes

3100000000000000 Pessoal e encargos Sociais

3190000000000000 Aplicações Diretas

017100 - Vinculo Outros Recursos do Fundo Municipal de Saude 12.500,00

TOTAL 12.500,00

Art. 2º. - As despesas vigentes pelo artigo primeiro do presente Decreto serão supridas pelos recursos financeiros do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, em 20 de maio de 2011.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na forma regulamentar Município de Ascurra em, 20 de maio de 2011.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS

Fiscal de Tributos

Biguaçu

PREFEITURA MUNICIPAL

Publicação de Contrato 10.107/2011

Publicação do contrato N º 10.107/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Contrato nº 10.107/2011. Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

GRÁFICO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE.

Contratada: GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA

Valor: R\$ 42.861,60 até 31 de dezembro de 2011 de acordo com PE 060/2011 - FMS.

Publicação de Contrato 10.108/2011

Publicação do contrato N º 10.108/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Contrato nº 10.108/2011. Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE.

Contratada: APARECIDA FERREIRA - ME (GRÁFICA PARANÁ)

Valor: R\$ 9.281,20 até 31 de dezembro de 2011 de acordo com PE 060/2011 - FMS.

Publicação de Contrato 10.109/2011

Publicação do contrato N º 10.109/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Contrato nº 10.109/2011. Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE.

Contratada: GRÁFICA SÃO JOSÉ COM. E IND. DE ARTES GRÁFICAS LTDA Valor: R\$ 44.008,66 até 31 de dezembro de 2011 de acordo com PE 060/2011 - FMS.

Publicação de Contrato 10.110/2011

Publicação do contrato N º 10.110/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Contrato nº 10.110/2011. Objeto: AQUISIÇÃO DE KIT MATERNIDADE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

Contratada: ALIANÇA HOSPITALAR LTDA

Valor: R\$ 4.476,00 até 31 de dezembro de 2011 de acordo com PE 054/2011 - FMS.

Publicação de Contrato 10.111/2011

Publicação do contrato N º 10.111/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Contrato nº 10.111/2011. Objeto: AQUISIÇÃO DE KIT MATERNIDADE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

Contratada: ANCS INFORMÁTICA LTDA EPP

Valor: R\$ 920,00 até 31 de dezembro de 2011 de acordo com PE 054/2011 - FMS.

Publicação de Contrato 10.112/2011

Publicação do contrato N º 10.112/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Contrato nº 10.112/2011. Objeto: AQUISIÇÃO DE KIT MATERNIDADE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

Contratada: LUIZ FERNANDO SEBOLD ME

Valor: R\$ 21.928,00 até 31 de dezembro de 2011 de acordo com PE 054/2011 - FMS.

Publicação de Contrato 10.113/2011

Publicação do contrato N º 10.113/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Contrato nº 10.113/2011. Objeto: AQUISIÇÃO DE KIT MATERNIDADE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

Contratada: SANDRA MARIA WEBER ME

Valor: R\$ 3.320,00 até 31 de dezembro de 2011 de acordo com PE 054/2011 - FMS.

Publicação de Contrato 10.114/2011

Publicação do contrato N º 10.114/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Contrato nº 10.114/2011. Objeto: AQUISIÇÃO DE KIT MATERNIDADE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

Contratada: SIMONE DIEFENBACH LEITE

Valor: R\$ 2.640,00 até 31 de dezembro de 2011 de acordo com PE 054/2011 - FMS.

Publicação de Contrato 10.115/2011

Publicação do contrato N º 10.115/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Contrato nº 10.115/2011. Objeto: AQUISIÇÃO DE CAFÉ, LEITE EM PÓ, FILTRO DE PAPEL E ADOÇANTE DIETÉTICO PARA ATENDER OS POSTOS DE SAÚDE, CEO, CLÍNICA DE FISIOTERAPIA, UNIDADE CENTRAL DE SAÚDE E SECRETARIA DE SAÚDE.

Contratada: BRUTHAN COMERCIAL LTDA.

Valor: R\$ 3.075,00 até 31 de dezembro de 2011 de acordo com PE 067/2011 - FMS.

Publicação de Contrato 10.116/2011

Publicação do contrato N º 10.116/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Contrato nº 10.116/2011. Objeto: AQUISIÇÃO DE CAFÉ, LEITE EM PÓ, FILTRO DE PAPEL E ADOÇANTE DIETÉTICO PARA ATENDER OS POSTOS DE SAÚDE, CEO, CLÍNICA DE FISIOTERAPIA,

UNIDADE CENTRAL DE SAÚDE E SECRETARIA DE SAÚDE.
Contratada: GENPLUS - COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA. - ME
Valor: R\$ 695,00 até 31 de dezembro de 2011 de acordo com PE 067/2011 - FMS.

Publicação de Contrato 10.117/2011

Publicação do contrato N º 10.117/2011
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Contrato nº 10.117/2011. Objeto: AQUISIÇÃO DE CAFÉ, LEITE EM PÓ, FILTRO DE PAPEL E ADOÇANTE DIETÉTICO PARA ATENDER OS POSTOS DE SAÚDE, CEO, CLÍNICA DE FISIOTERAPIA, UNIDADE CENTRAL DE SAÚDE E SECRETARIA DE SAÚDE.

Contratada: LUIZ FERNANDO SEBOLD ME
Valor: R\$ 7.215,00 até 31 de dezembro de 2011 de acordo com PE 067/2011 - FMS.

Publicação de Contrato 10.118/2011

Publicação do contrato N º 10.118/2011
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Contrato nº 10.118/2011. Objeto: AQUISIÇÃO DE CAFÉ, LEITE EM PÓ, FILTRO DE PAPEL E ADOÇANTE DIETÉTICO PARA ATENDER OS POSTOS DE SAÚDE, CEO, CLÍNICA DE FISIOTERAPIA, UNIDADE CENTRAL DE SAÚDE E SECRETARIA DE SAÚDE.

Contratada: TAF DISTRIBUIDORA LTDA.
Valor: R\$ 1.561,00 até 31 de dezembro de 2011 de acordo com PE 067/2011 - FMS.

Braço do Trombudo

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria 096/2011

PORTARIA 096/2011
CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA - FG

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado no artigo 11 da Lei Complementar nº 08/99 de 17.11.99, e suas alterações etc

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Função Gratificada, com denominação de FG-03, a servidora Luciane Bertelli Kniss, para responder pela Coordenação da Escola Nucleada Braço do Trombudo KM 20, a partir de 02.05.2011.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 02.05.2011.

Braço do Trombudo, em 10 junho de 2011.
VILBERTO MULLER SCHOVINDER
Prefeito Municipal

Portaria 097/2011

PORTARIA 097/2011
CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA - FG

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado no artigo 11 da Lei Complementar nº 08/99 de 17.11.99, e suas alterações etc

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Função Gratificada, com denominação de FG-03, a servidora Haidy Laline Krueger Roeder, para responder pela Coordenação do Centro de Educação Infantil Emília Rinnert, a partir de 02.05.2011.

Art. 2º. Fica revogada a Portaria 070/2010 de 29.04.2010.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 02.05.2011.

Braço do Trombudo, em 10 junho de 2011.
VILBERTO MULLER SCHOVINDER
Prefeito Municipal

Portaria 098/2011

PORTARIA 098/2011
Concede Progressão por Nova Titulação, Habilitação.

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e de acordo com os artigos 28 e 29 da Lei Complementar nº 07/98 de 17.12.98, etc

RESOLVE:

Art. 1º. Concede Progressão por Nova Titulação, Habilitação, nos termos dos artigos 28 e 29 da Lei Complementar nº 07/98, de 17.12.98, aos seguintes profissionais em educação, detentor de cargo efetivo.

Nº	Nome	Carga Horária	Admissão	Cargo e Refer. Anterior	Cargo e Refer. Atual
01	Anneliese Pikart	20 hs	02.05.2008	Professor Nível II - ref.1	Professor Nível III - ref.1

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos a 02.05.2011.

Braço do Trombudo, em 10 de junho de 2011.
VILBERTO MULLER SCHOVINDER
Prefeito Municipal

Portaria 099/2011

PORTARIA 099/2011

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito Municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 009/99 de 17.11.99, artigo 30, inciso I, etc

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar a pedido, a servidora Deiziane de Souza Probst, ocupante do cargo de Professor ACT Nível II, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, que foi nomeado

pela Portaria nº 065/2011 de 31.03.2011, a partir de 13.05.2011.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da lei 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos a 13.05.2011.

Braço do Trombudo, em 10 de junho de 2011.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

Portaria 100/2011

PORTARIA 100/2011

NOMEIA SERVIDOR, POR CONCURSO

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e amparado no Artigo 12 da Lei Complementar nº 07/98 de 17.12.98, etc

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, Deiziane de Souza Probst, para exercer o cargo de Professor Nível II, por ter sido aprovada em Concurso Público, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 16.05.2011.

Art. 2º. Concede gratificação de 10% (dez por cento), regência de classe, conforme Art. 19 da Lei nº 07/98.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 16.05.2011.

Braço do Trombudo, em 10 de junho de 2011.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

Caçador

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Complementar Nº 217

LEI COMPLEMENTAR Nº 217, de 10 de junho de 2011.

Dá nova redação ao art. 29 e acrescenta os arts. 29-A e 29-B, à Lei Complementar nº 093, de 29 de dezembro de 2006, que altera o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Caçador - RPPS e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I :

Art. 1º Dá nova redação ao art. 29 e acrescenta os arts. 29-A e 29-B, à Lei Complementar nº 093, de 29 de dezembro de 2006, que altera o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Caçador - RPPS e dá outras providências, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 29. O cargo de Diretor Presidente será privativo de servidores efetivos, ativos ou inativos do Município, nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, após prévia aprovação pela Câmara Municipal.

§ 1º O cargo de Diretor Presidente, que será de provimento em comissão, fica fazendo parte integrante do Anexo I - do Grupo

Ocupacional Comissão.

§ 2º O subsídio, salário e vantagens do cargo a que se refere este artigo será pago integralmente pelo próprio Instituto.

Art. 29-A. O cargo de Diretor Administrativo será de livre nomeação e exoneração do Chefe do Poder Executivo Municipal, escolhidos dentre os servidores efetivos, ativos ou inativos, do Município e que tenham formação nas áreas contábil, financeira, administrativa ou jurídica.

§ 1º O cargo de Diretor Administrativo, que exercerá função de confiança, fica fazendo parte integrante do Anexo I - do Grupo Ocupacional - Confiança.

§ 2º O Diretor Administrativo do Instituto, fará jus a uma gratificação de função, a ser definida pelo Conselho Administrativo, de até 50% (cinquenta por cento) de seus vencimentos básicos, limitado o valor total de sua remuneração, incluídas as vantagens pessoais, ao subsídio do Secretário Municipal e deverá ser paga com as verbas oriundas da taxa de administração do Instituto.

§ 3º O subsídio, salário e vantagens dos cargos a que se refere este artigo será pago integralmente pelo próprio Instituto.

29-B. Os servidores designados para os cargos de Diretor Presidente e Diretor Administrativo do IPASC cumprirão um mandato de 01 (um) ano, sendo permitida a recondução, podendo apenas retornar ao órgão de origem nas seguintes condições:

I - término do mandato;

II - por livre iniciativa;

III - por iniciativa do Chefe do Poder Executivo, devidamente fundamentada, mesmo antes do término do mandato;

IV - por decisão do Conselho Administrativo, reunido especialmente para este fim, que comunicará ao Chefe do Poder Executivo Municipal, o qual designará outros servidores, para ocuparem os cargos, nas mesmas condições.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de junho de 2011.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 10 de junho de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

ANEXO - I

e) Grupo Ocupacional - Comissão

Denominação do Cargo	Referência	Carga Horária	Nº de Cargos	Habilitação Profissional
Diretor Presidente	CC-1	35	01	Ensino Médio
Assessor Administrativo e Financeiro	CC-4	35	01	Ensino Médio

f) Grupo Ocupacional - Confiança

Diretor Administrativo	Vencimento + gratificação de até 50%, não superior ao vencimento do CC-1	35	01	Ciências Contábeis, Administração ou Direito
------------------------	--	----	----	--

Lei Nº 2.811

L E I Nº 2.811, de 10 de junho de 2011.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a aderir ao Programa Operacional do Fundo de Desenvolvimento Municipal do Estado de Santa Catarina - Pro-FDM e tomar empréstimo junto ao Fundo de

Desenvolvimento Municipal - Pro-FDM, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I :

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal de Caçador autorizado a aderir ao Programa Operacional do Fundo de Desenvolvimento Municipal do Estado de Santa Catarina - Pro-FDM, mediante assinatura de convênio com a Secretaria de Estado do Planejamento e com a interveniência da Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A - BADESC.

Art. 2º A adesão ao Pro-FDM propiciará o aporte de recursos ao Município de Caçador para a manutenção e recuperação da malha viária.

Art. 3º Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos previstos no art. 2º, fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto a Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A - BADESC, com recursos do Fundo de Desenvolvimento Municipal - FDM, no montante de R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais).

Parágrafo único. Em garantia ao empréstimo estabelecido neste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, até o limite do valor do financiamento.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 10 de junho de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

Lei Nº 2.813

L E I Nº 2.813, de 10 de junho de 2011.

Autoriza doar bens móveis à Polícia Militar de Santa Catarina, para uso do 15º Batalhão de Polícia Militar.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I :

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a doar à Polícia Militar de Santa Catarina, para uso do 15º Batalhão de Polícia Militar, nos termos do Convênio celebrado entre o Município de Caçador e o Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, visando a realização de policiamento ostensivo motorizado por intermédio de guarnições de Rádio Patrulha da Polícia Militar, os bens móveis abaixo discriminados:

I - um veículo Corsa Classic LS, marca Chevrolet, álcool/gasolina, ano/modelo 2011, cor branca, placa MJH5732, código Renavam 325064784, chassi 9BGUSU19F0BC233559;

II - um veículo Corsa Classic LS, marca Chevrolet, álcool/gasolina, ano/modelo 2011/2012, cor branca, placa MJH5772, código Renavam 325065519, chassi 9BGUSU19F0CB100153.

Parágrafo único. Os bens móveis acima identificados, passarão a compor o patrimônio da Polícia Militar de Santa Catarina e ficarão sob a responsabilidade do 15º Batalhão de Polícia Militar.

Art. 2º Os bens a serem doados foram adquiridos através do Processo Licitatório 23/2011 - Pregão Presencial 14/2011.

Art. 3º As despesas com a execução desta Lei, correrão por conta do 15º Batalhão de Polícia Militar.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 10 de junho de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

Lei Nº 2.814

L E I Nº 2.814, de 10 de junho de 2011.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a transferir recursos financeiros, a título de contribuições correntes, à Associação de Reservistas Duque de Caxias A.R.D.C., e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I :

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a transferir recursos financeiros, a título de contribuições correntes, à Associação de Reservistas Duque de Caxias A.R.D.C., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 78.496.650/0001-67, estabelecida na Rua General Sampaio, nº 176, Centro, neste Município de Caçador, a importância de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a ser repassado após a aprovação desta Lei.

Parágrafo único. Os recursos de que trata o presente artigo, se destinam a custear parte das despesas da XXIV Festa da Fogueira e do Quentão, a ser realizada no mês de junho do corrente ano.

Art. 2º As despesas com a execução desta Lei, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do Orçamento da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2011:

02.01 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
Programa 04.122.0033.2.013 Contribuições à Entidades
Elemento 3.3.50.00.00 R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Art. 3º A Entidade prestará contas dos recursos financeiros recebidos, de acordo com as normas expedidas pela Secretaria Municipal da Administração e Fazenda e pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 10 de junho de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

Lei Nº 2.815

L E I Nº 2.815, de 10 de junho de 2011.

Denomina via pública - RUA WALDOMIRO WITIUK.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI :

Art. 1º Fica denominada de RUA WALDOMIRO WITIUK, a atual Rua "SD", do desmembramento de Victório Bianchi, Bairro Santa Catarina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 10 de junho de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

Lei Nº 2.816

L E I Nº 2.816, de 10 de junho de 2011.

Denomina via pública - RUA JOSÉ FERREIRA.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI :

Art. 1º Fica denominada de RUA JOSÉ FERREIRA, a atual Rua 03, do Loteamento Carneiro, no Bairro Santa Catarina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 10 de junho de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

Decreto Nº 4.876

DECRETO nº 4.876, de 07 de junho de 2011.

Convoca Fórum para eleição dos membros das entidades não governamentais, para composição do Conselho Municipal de Assistência Social.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Fica convocado Fórum para eleição dos membros das entidades não governamentais, para composição do Conselho Municipal de Assistência Social, nos termos do art. 4º, § 2º, da Lei Municipal nº 1.068, de 12 de novembro de 1996, a ser realizado no dia 14 de julho de 2011, das 13h30 às 17h30, no Plenário Joaquim Scolaro, na Câmara Municipal de Caçador, sob acompanhamento do Ministério Público.

Art. 2º Ficam nomeadas as cidadãs Aurea Vieira, Gladis Marisa Fontana, Márcia Regina Fenili, Mariane Boscardi e Mirela Carla Urió, para organizarem a referida eleição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 07 de junho de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

Decreto Nº 4.878

DECRETO nº 4.878, de 09 de junho de 2011.

Nomeia comissão do Processo Seletivo Simplificado - Edital nº 01/2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica nomeada a Comissão de Análise e Julgamento do Processo Seletivo Simplificado - PSS, para os Programas do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS e do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, objeto do Edital nº 01/2011, composta pelas seguintes pessoas, sob a presidência da primeira:

Anemari Socreppa Buscarons

Marines Dalavechia Colaço

Débora Cunha de Almeida

Ana Maria Miozzo Vidal

Sandra Mara Amadori Nunes

Parágrafo único. A Comissão realizará seus trabalhos em estrita obediência ao Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, regimento e Edital específicos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 09 de junho de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

Aviso de Licitação PR 09-2011 Assistência Social

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: Pregão Presencial nº 09/2011

TIPO: Menor Preço por Item

OBJETO: Registro de preços para aquisição Kit maternidade destinados ao atendimento do Plantão Social.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 14:00 Horas do Dia 29/06/2011.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14:05 Horas do Dia 29/06/2011.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos no Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, fone (49) 3563 0322, Ramal 210, no horário de expediente em vigor.

e-mail:licitacoes@cacador.sc.gov.br

Caçador, 09 de Junho de 2011.

MARINÊS D. COLAÇO

Secretária Municipal de Assistência Social

Aviso de Licitação PR 10-2011 Assistência Social

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: Pregão Presencial nº 10/2011
TIPO: Menor Preço
OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de curso de informática para integrantes do "Programa Projovem Adolescente".
ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 14:00 Horas do Dia 30/06/2011.
ABERTURA DOS ENVELOPES: 14:05 Horas do Dia 30/06/2011.
Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos no Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, fone (49) 3563 0322, Ramal 210, no horário de expediente em vigor.
e-mail:licitacoes@cacador.sc.gov.br

Caçador, 09 de Junho de 2011.
MARINÊS D. COLAÇO
Secretária Municipal de Assistência Social

Aviso Dispensa de Licitação 01-2011 Assistência Social

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE BEM ESTAR SOCIAL
DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/2011

O Fundo Municipal de Assistência Social de Caçador/SC torna público a Dispensa de Licitação nº 01/2011 para Locação de uma casa de alvenaria, com três quartos, sala, cozinha, área de serviço, dois banheiros, abrigo para automóvel com área de 110 m2, situada na Rua Antonio Osório, nº 193, bairro Martello destinada ao funcionamento do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI Núcleo do Bairro Martello, de propriedade de Luiz Peper/CPF nº 480.988.529-87, residente e domiciliado neste Município, pelo valor mensal de R\$ 700,00 (setecentos reais) pelo prazo de 12 meses, nos termos do artigo 24, Inciso X, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Caçador/SC, 07 de junho de 2011.
MARINES D. COLAÇO
Secretária Municipal do Bem Estar Social

Aviso Dispensa de Licitação 01-2011 Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/2011

A Secretaria Municipal de Saúde de Caçador através do Fundo Municipal de Saúde, torna público a Dispensa de Licitação nº 01/2011 para Locação de um imóvel com área de 1.380 m2 localizado na Rua Herculano Coelho de Souza, nº 1157 Bairro Reunidas para funcionamento do CAPS AD e CAPS II e outros programas da Secretaria, de propriedade de União Catarinense de Educação/CNPJ nº 84.433.275/0001-09, com sede na cidade de Florianópolis/SC, pelo valor mensal de R\$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais) pelo prazo de 12 meses, nos termos do artigo 24, Inciso X, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Caçador/SC, 10 de junho de 2011.
DINAMAR AP. GOMES
Secretária Municipal de Saúde

Contrato 71-2011 Prefeitura

Contrato nº 71/2011 - Prorrogação de prazo de 12 meses do contrato 85-2010, para contratação de seguros para veículos da municipalidade. Referente ao processo licitatório nº 65/2010 TP

nº 05/2010. Contratado: BRASILVEÍCULOS COMPANHIA DE SEGUROS. Prazo: 09/06/2012. Valor: R\$ 1.808,32.

Edital de Notificação de Multa de Trânsito Nº 053 1221/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 053 1221/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
AFF4704	55479167C	TELIDIO WIECHORIK	5169/1	165
AIQ4790	55479469C	ARLINDO ZACARIAS PINHEIRO	6599/2	230 * V
AIQ4790	55479470C	ARLINDO ZACARIAS PINHEIRO	5010/0	162 * I
BQD0381	55107084C	ADAO TRINDADE DE QUADRA	6920/0	233
BSS1057	55479543C	LUIZ GOMES	5010/0	162 * I
DJB1817	55481347C	LEONARDO BRISTOT	6599/2	230 * V
DJB1817	55481348C	LEONARDO BRISTOT	6912/0	232
LYS6178	55479171C	VALMOR TASCA	6599/2	230 * V
LYS6178	55479172C	VALMOR TASCA	6912/0	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 10 DE JUNHO DE 2011

LUIZ ANTONIO PIAZZON

DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

Edital de Notificação de Multa de Trânsito Nº 053 1222/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 053 1222/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
AFF4704	55479166C	TELIDIO WIECHORIK	5207/0	169
AKL7422	55478855C	MANOEL WACHAKI PEREIRA	6050/1	208
JYE9992	54144827D	FORTUNATO BIANCHI	5207/0	169
LXA8078	55475890C	LUCIMAR PISKE	5800/0	192

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 10 DE JUNHO DE 2011

OSMAR PEREIRA DIAS

AUTORIDADE MUNIC DE TRANSITO

Edital de Notificação de Multa de Trânsito Nº 053 1223/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 053 1223/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
COL7056	55482301C	NELIO KILLING DE ALMEIDA JUNIOR	5282/0	176 * I
MAC1356	55479789C	EDUARDO APARECIDO SCHEFFER SANTOS	6610/2	230 * VII
MBR2288	55478706C	CLARICE DA SILVA	6599/2	230 * V
MBR2288	55478707C	CLARICE DA SILVA	7340/0	252 * IV
MDN5216	55478294C	ARISTEU MOREIRA BRANCO	6556/1	230 * I
MDT6574	55481110C	CLEITOM JOSE PEREIRA	6599/2	230 * V
MDV3233	54146062D	LEONARDO JOHANN	5274/1	175
MFK0397	55481982C	THIAGO LEMONI	6599/2	230 * V
MGW4626	55481983C	MILTON MARTINS DOS SANTOS	5010/0	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 10 DE JUNHO DE 2011

LUIZ ANTONIO PIAZZON

DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

Edital de Notificação de Multa de Trânsito N° 053 1224/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 053 1224/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
ANJ1026	55479796C	ESTANISLAU CZYZ	5185/1	167
LZA4535	55475938C	CARLOS ALBERTO VARELA	5428/1	181 * V
LZR2674	55479793C	MISAELY DE MATTOS	5185/1	167
MDK6314	55106768C	AUREA MARIA MASSANEIRO REIBNITZ	5380/0	181 * I
MFA0298	55479726C	DORIVAL CARNEIRO	5550/0	181 * XVIII
MFK6410	54144617D	ADELAR BIANQUE	6530/0	228
MJF8680	55479786C	JOAO PAULO DEBARBA	5185/1	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 10 DE JUNHO DE 2011

OSMAR PEREIRA DIAS

AUTORIDADE MUNIC DE TRANSITO

Edital de Notificação de Multa de Trânsito Nº 584 470/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 584 470/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
ABS2909	8584029402	CLAUDIOMIR DOMINGOS SAGIORATTO	7455/0	218 * I
AGM0537	8584029785	MARIO DE MATTOS	7455/0	218 * I
AHP7476	8584029694	JOSE VALMIR TOLDO	7455/0	218 * I
AJV6565	8584029357	ROSANE YAREMA MOREIRA DE ANDRADE	7455/0	218 * I
AOT2610	8584029363	RAPHAEL ALVES CARNEIRO	7455/0	218 * I
AQM0138	8584029374	OLIDE ZORTEA	7455/0	218 * I
CFW8687	8584030832	CARLINHO RODRIGUES BITENCORT	7455/0	218 * I
CIE8812	8584029776	EVERSON LUIZ DA SILVA	7463/0	218 * II
CIU3357	8584029721	AMADEU BUENO FERREIRA	7455/0	218 * I
CLB3400	8584031705	EWERTON MENEGARO MATEUS	7455/0	218 * I
HIK3896	8584029476	GILMAR FRANCISCO VIEIRA	7455/0	218 * I
IBP4434	8584029351	FRANCISCA DOS SANTOS ARAUJO	7455/0	218 * I
LYA5634	8584031382	PAULO ROBERTO KUSTER	7455/0	218 * I
LYM0426	8584029391	EDSON RIBEIRO DE SA	7455/0	218 * I
LZT2482	8584029407	JOAO CARLOS RIBEIRO	7455/0	218 * I
MBU8170	8584028854	MICHEL HOSANG	7463/0	218 * II
MCE6510	8584029427	NILTON CITADIN	7455/0	218 * I
MDT0720	8584028910	JOAO DE MELO RIBEIRO	7463/0	218 * II
MEA3137	8584030862	SELVINO FRANZOSI	7455/0	218 * I
MFR0094	8584029750	IVONETE PIRES DE OLIVEIRA	7455/0	218 * I
MFT3962	8584029852	MIGUEL RICARDO PETRI RAMBO	7455/0	218 * I
MFT4697	8584029430	ALFREDO LIPKA	7463/0	218 * II
MFY7632	8584029423	ERMELINDA TENFEN BORELLA	7463/0	218 * II
MGC0065	8584029415	LEOCIR JOSE BERNART	7455/0	218 * I
MGD8742	8584029836	MARCENARIA CAMPINA LTDA ME	7455/0	218 * I
MGW9488	8584029699	GILBERTO BORGES DOS SANTOS	7463/0	218 * II

MHH1671	8584029508	CLEBER WEBER	7455/0	218 * I
MHI0732	8584029860	CELSO ANTONIO TOMAZI	7455/0	218 * I
MHZ1848	8584029502	MARIA GORETE DA SILVA RUTHES	7463/0	218 * II
MIB4137	8584029576	GILBERTO DE MATTOS	7455/0	218 * I
MIB9765	8584029770	LENOIR CORREA	7455/0	218 * I
MIF6801	8584029385	COTRAVEL COMERCIO E TRANSPORTES VELOSENSE LTDA	7463/0	218 * II
MIR3361	8584030614	SANDRO AUGUSTO GREIM CITRA	7463/0	218 * II
MJA1761	8584029465	TIAGO ZANELATO PASETO	7455/0	218 * I
MJK4119	8584029676	ERALDO LUIZ PEREIRA DA ROSA	7455/0	218 * I
MKF1984	8584029560	AUREA BORGES DA ROSA BITTENCOURT DE CAMARGO	7455/0	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 10 DE JUNHO DE 2011

OSMAR PEREIRA DIAS

AUTORIDADE MUNIC DE TRANSITO

Edital de Notificação de Multa de Trânsito Nº 584 471/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 584 471/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
ACY3429	8584026257	ELCIO ANTONIO DA SILVA	7463/0	218 * II
AHQ6437	8584026221	JOSEMAR ANTONIO PEDROSO DA SILVA	7455/0	218 * I
AIC8390	8584027172	DEBORA CELINE BERGAMASCHI DOS SANTOS	7455/0	218 * I
AJL1718	8584027120	REGINA LUCIA SCHUH MANDELLI	7455/0	218 * I
AKI6733	8584017713	VALDIR VARELA HOFFMANN	7455/0	218 * I
AKL6954	8584026284	DIONES ANDRE DE OLIVEIRA	7463/0	218 * II
CEF6344	8584025789	LEONILDA ROSA DE SIQUEIRA MARTINE	7455/0	218 * I
DFY3733	8584026070	RUDI EUGENIO LAZZARETTI	7455/0	218 * I
DFY3733	8584026073	RUDI EUGENIO LAZZARETTI	7455/0	218 * I
DHF7740	8584025820	FRANCISCO DE ASSIS RODRIGUES DE OLIVEIRA	7471/0	218 * III
DHF7740	8584026246	FRANCISCO DE ASSIS RODRIGUES DE OLIVEIRA	7471/0	218 * III
DHF7740	8584026298	FRANCISCO DE ASSIS RODRIGUES DE OLIVEIRA	7471/0	218 * III
IGS0690	8584026223	MARCOS DOS SANTOS TAPIA	7455/0	218 * I
IGT0513	8584026132	VOLNEI FERREIRA	7471/0	218 * III
IKZ9237	8584026224	SUELI LUCIA CONSOLI DOS SANTOS	7463/0	218 * II
JJB0693	8584026169	VILSON ANTONIO GABARDO	7463/0	218 * II
JTC7234	8584025458	IRINEIA DA SILVA LOPES	7455/0	218 * I
JTQ7710	8584025517	VIVIANE BROLLO E CIA LTDA ME	7455/0	218 * I
JWW2477	8584026036	MARLI DE JESUS PIRES	7455/0	218 * I
JYT4277	8584017643	DORVALINO DA VEIGA	7455/0	218 * I
LAJ3614	8584025957	WILSON SCHIMIDT	7463/0	218 * II
LPH6379	8584028045	HILDO FIDELES DE OLIVEIRA	7455/0	218 * I
LWS7898	8584025904	JOAO BATISTA TIBES DE MELLO	7455/0	218 * I
LWU2603	8584026170	SILVIO ROSA	7463/0	218 * II
LXI5529	8584011018	FRANCISCO GUSCKI	7455/0	218 * I
LYK7214	8584025937	LURDES DE OLIVEIRA MARTINS WURGES	7455/0	218 * I

LYO6850	8584025829	VANDERLEI NAZARE GONCALVES	7463/0	218 * II
LYY3916	8584027893	JOAO AMAURI NEVES	7463/0	218 * II
LYY5133	8584026128	CARLOS ALBERTO PEREIRA	7471/0	218 * III
LZB4435	8584025841	ANILDO SANTIAGO	7455/0	218 * I
LZK8298	8584025941	MARCIO NORBERTO CARMINATTI	7455/0	218 * I
LZQ0711	8584025033	VOLNEI JOSE DE ABREU	7463/0	218 * II
LZQ0711	8584025057	VOLNEI JOSE DE ABREU	7455/0	218 * I
MAA9353	8584018110	TRINDADE ALVES DE CAMARGO	7455/0	218 * I
MAF5946	8584025513	IDEVALDO SONEGO	7463/0	218 * II
MAR9031	8584026171	MARCIO RAMON BENTHIEN	7455/0	218 * I
MAV7885	8584025827	CLAUDINO STRINGHINI	7463/0	218 * II
MBF6389	8584026299	ITAMIR OBUGALSKI DE FREITAS	7455/0	218 * I
MBG1574	8584025490	RUBENS JOSE BRAZ JUNIOR	7455/0	218 * I
MBM4408	8584025347	LINDOMAR GERVASIO	7455/0	218 * I
MCB8530	8584025839	FABIANO ZICKUHR	7455/0	218 * I
MCG0496	8584026254	VANTUIR ARIATI	7455/0	218 * I
MCG9528	8584026267	GUILHERME HENRIQUE BROMER	7463/0	218 * II
MCK1689	8584014482	GERALDO MORONA	7455/0	218 * I
MCR0306	8584026004	VALDIR MORIGGI	7455/0	218 * I
MCX0843	8584025977	OSVALDO DOMINGUES DA SILVA	7463/0	218 * II
MCX0843	8584026216	OSVALDO DOMINGUES DA SILVA	7471/0	218 * III
MDD4315	8584026147	VALDECIR FERREIRA	7463/0	218 * II
MDX9339	8584026139	ANTONIO CARLOS PAES	7463/0	218 * II
MEC5229	8584026260	GILMAR FERNANDES DA SILVA	7455/0	218 * I
MEE2836	8584025900	VALDIR MARQUES DE OLIVEIRA	7455/0	218 * I
MEE2836	8584025902	VALDIR MARQUES DE OLIVEIRA	7463/0	218 * II
MEK3963	8584025304	CLECI DOS REIS	7455/0	218 * I
MEP4724	8584026140	INGO WILLRICH	7455/0	218 * I
MEQ5509	8584017587	VITOR KLAUMANN	7463/0	218 * II
MFY1849	8584026285	MYRWAY AUTO RENT CAR LTDA ME	7463/0	218 * II
MFZ1162	8584025477	ANTONIO CARLOS BOSSINI	7455/0	218 * I
MGJ1430	8584025060	EDISON DEFREYN	7463/0	218 * II
MGL7234	8584025999	JOAO PEREIRA GOMES E CIA LTDA ME	7455/0	218 * I
MGW8097	8584025873	CRISTIANE TEREZA ABEL	7463/0	218 * II
MGY9756	8584025521	VERONICE RAMOS DOS SANTOS	7455/0	218 * I
MGY9756	8584025545	VERONICE RAMOS DOS SANTOS	7455/0	218 * I
MHE5720	8584025285	CELIO COELHO NEVES	7455/0	218 * I

MHF8010	8584026160	LEONILVO CLEZIO VIEIRA MACEDO	7463/0	218 * II
MHH8923	8584025990	IND.COM.GENEROS ALIMENTICIOS LIMOEIRO LTDA	7455/0	218 * I
MHM6316	8584026174	CLEUSA FARIAS DE SOUZA IARROCHESKI	7455/0	218 * I
MII4299	8584025290	ANTONIO BATISTA	7463/0	218 * II
MIN7170	8584025898	ILSON DE OLIVEIRA	7455/0	218 * I
MIN7170	8584025950	ILSON DE OLIVEIRA	7455/0	218 * I
MIT2699	8584026439	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO LTDA	7463/0	218 * II
MIZ4919	8584026370	PAULA MACIEL TEIXEIRA	7455/0	218 * I
MIZ4919	8584026380	PAULA MACIEL TEIXEIRA	7455/0	218 * I
MJJ6409	8584026491	BENEVENUTO ALVES DA SILVEIRA	7463/0	218 * II
MJV0200	8584027929	ROGERIO DARABAS	7455/0	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 10 DE JUNHO DE 2011

OSMAR PEREIRA DIAS

AUTORIDADE MUNIC DE TRANSITO

Campo Alegre

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 6.565 de 10 de Junho de 2011

DECRETO Nº 6.565 DE 10 DE JUNHO DE 2011
DISPÕE SOBRE DOAÇÃO DE EDIFICAÇÃO EM ALVENARIA À
ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE PAPANDUVA - CAMPO ALEGRE/
SC

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 3.703 de 26 de maio de 2011; DECRETA:

Art.1º) Fica doado o seguinte bem imóvel: uma edificação em alvenaria, inscrita sob nº. 18753 no Patrimônio Público Municipal, medindo 94,62m² (noventa e quatro metros e sessenta e dois decímetros quadrados), à ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE PAPANDUVA - CAMPO ALEGRE/SC, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 10.778.420/0001-57, com sede à Estrada Geral da localidade de Papanduva, s/nº., Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) A doação de que trata o presente Decreto, está condicionado ao uso da edificação doada nas atividades estatutárias da Associação donatária, sob pena do Bem Imóvel de que trata o caput do Artigo 1º deste Decreto retornar ao patrimônio Público Municipal.

Parágrafo único - Cabe o Serviço de Patrimônio do Município de Campo Alegre/SC, proceder a baixa do registro da edificação de que trata o presente Decreto.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 10 de junho de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
10/06/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Campos Novos

PREFEITURA MUNICIPAL

Aviso de Dispensa de Licitação Nº 08/11

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo nº 127/2011 Dispensa de Licitação nº 08/2011
Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA EMPREITADA NA EXECUÇÃO DE 20 SEPULTURAS, ESPÉCIE GAVETAS, NO CEMITÉRIO DOM DANIEL HOSTIM
Valor R\$ 14.001,00 (quatorze mil e um reais)

Campos Novos 10 de junho de 2011
VILIBALDO ERCH SCHMID
Prefeito Municipal

Canoinhas

PREFEITURA MUNICIPAL

Anulação do Edital de Pregão Presencial n.º 31/2011

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 68/2011
PREGÃO PRESENCIAL N.º 31/2011
AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Prefeito do Município de Canoinhas, no uso de suas atribuições legais, torna público a anulação do Processo Licitatório n.º 68/2011, na Modalidade de Pregão Presencial n.º 31/2011, tendo em vista que a licitação foi deserta. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação ANULADA. Demais informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura do Município de Canoinhas, sito a Rua Felipe Schmidt, 10 - Centro, Canoinhas/SC, de Segunda a Sexta-feira, no período das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Edital de Pregão Presencial n.º 42/2011

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 91/2011
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 42/2011

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, fará realizar no dia 30/06/2011, às 14h05min, a abertura das propostas para aquisição de equipamentos diversos destinados Barracão de Reciclagem. Edital disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Capinzal

PREFEITURA MUNICIPAL

Contrato 0150/2011

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO 0150/2011
Pregão Presencial 0041/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL
CONTRATADA: INDUSTRIA TECNICA HILARIO LTDA
OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de 01 (uma) máquina de demarcação viária-pinturas de faixas; guias de sarjetas; postes; zebrados; faixas de pedestres; setas; legendas, para execução de pinturas em ruas, avenidas, trevos, escadarias, do município de Capinzal, Recursos próprios.
VALOR R\$: 90.000,00
VIGÊNCIA: 09/06/2011 A 31/12/2011

Chapadão do Lageado

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº 280/2011 de 13.06.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
P O R T A R I A Nº 280/2011

- CONSIDERANDO, o atestado médico de 60 (sessenta) dias da servidora MARY SILVIA KERSBAUM MEDEIROS;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art.64, I, e §2º, da LC nº 008/99:

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder em favor da servidora MARY SILVIA KERSBAUM MEDEIROS, professora ACT 40 horas, matrícula nº 60/15, licença pelo período de 15(quinze) dias, a contar de 10.06.2011, para tratamento de saúde conforme Atestado Médico, sem prejuízo de sua remuneração, e prorrogar pelo prazo de mais 45 (quarenta e cinco) dias, a contar de 25/06/2011, remunerada pelo Regime Geral de Previdência Social, na forma de benefício.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 10.06.2011.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 13 de junho de 2011.

JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

Concórdia

PREFEITURA MUNICIPAL

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 46/2011 PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2011- PMC

Objeto: Aquisição e instalação de móveis sob medida, novos, em conformidade com as especificações constantes dos Anexos "C" e "E", deste Edital.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por item

Recebimento das propostas: até as 16h00 do dia 29/06/2011.

Abertura: dia 30/06/2011, às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2160.

Concórdia, SC, 10 de junho de 2011.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Pregão Presencial Nº 43/2011 PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2011- PMC

Objeto: Aquisição de equipamentos de informática novos, em conformidade com as especificações constantes do Anexo "C", deste Edital.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por item

Recebimento das propostas: até as 16h00 do dia 11/07/2011.

Abertura: dia 12/07/2011, às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2160.

Concórdia, SC, 09 de junho de 2011.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Pregão Presencial Nº 45/2011 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/2011- PMC

Objeto: Contratação de empresa do ramo de transporte coletivo de passageiros para a prestação de serviços, em regime de fretamento, de transporte de alunos da rede pública municipal e estadual do ensino fundamental, durante o restante do ano letivo de 2011, e transporte de alunos do EJA - Educação para Jovens e Adultos, viabilizando participação do Projeto Instituto Federal Catarinense, conforme especificações constantes dos Anexos "D" e "E" deste Edital.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por item

Recebimento das propostas: até as 16h00 do dia 07/07/2011.

Abertura: dia 08/07/2011, às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2160.

Concórdia, SC, 09 de junho de 2011.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Pregão Presencial Nº 47/2011 PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2011- PMC

Objeto: Seleção de empresa(s) do ramo de seguros para firmar contrato(s) de seguro para máquinas e veículos da frota da Prefeitura Municipal de Concórdia, em conformidade com as especificações constantes do Anexo "C" do Edital.

Forma de Pregão: Presencial

Tipo: Menor Preço Global

Recebimento das propostas: até as 08h15min do dia 28/06/2010

Abertura: dia 28/06/2010, às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h às 11h30min e das 13h30min às 17h, ou pelo telefone (49) 3441-2160.

Concórdia, SC, 13 de junho de 2011.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Tomada de Preços Nº 18/2011 - PMC
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 18/2011 - PMC

Objeto: contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para elaboração de projetos de duplicação da Rua Senador Atílio Francisco Xavier Fontana, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo constante no Anexo "D" do Edital.

Tipo: Menor Preço Global

Recebimento das propostas: até as 16:00h do dia 12/07/2011

Abertura: dia 13/07/2011, às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2163.

Concórdia, SC, 09 de junho de 2011
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Editais de Notificação Convênio -
PCONCÓRDIAFMASPBFI/CRAS
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio - PCONCÓRDIAFMAS-PBFI/CRAS, no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais).

Concórdia SC, 13 de junho de 2011.
MAURO KICHEL
Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 1/2011 - FUMDEMA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2011- FUMDEMA

Objeto: Aquisição de bolsas em algodão para o evento Concórdia Ambiental, em conformidade com as especificações constantes do Anexo "C", deste Edital

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por item

Recebimento das propostas: até as 16h00 do dia 05/07/2011.

Abertura: dia 06/07/2011, às 08:30h.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br.

br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2160.

Concórdia, SC, 07 de julho de 2011.
EDSON LUIS GONÇALVES
Diretor Superintendente da FUMDEMA

Balanço Financeiro Fundação Mun de Defesa do Meio Ambiente - Maio /2011

FUNDAÇÃO MUN DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE
Balanço Financeiro
Anexo AN -5
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Maio /2011

Art. 103 da Lei n. 4.320/1964

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS		TÍTULOS	
ORÇAMENTARIA	3.860,36	ORÇAMENTARIA	32.665,76
Receitas Orçamentárias	3.860,36	Despesas Correntes	30.396,73
Receitas Correntes	3.860,36	31 - Pessoal e Encargos Sociais	23.556,20
Receita Tributária	0,00	32 - Juros e Encargos da Dívida	0,00
Receitas de Contribuições	0,00	33 - Outras Despesas Correntes	6.840,53
Receitas Patrimoniais	882,05	Despesas de Capital	0,00
Receitas Agropecuárias	0,00	44 - Investimentos	0,00
Receitas Industriais	0,00	45 - Inversões Financeiras	0,00
Receitas de Serviços	54,21	46 - Amortização	0,00
Transferências Correntes	0,00	Despesas Intra-Orçamentárias	2.269,03
Outras Receitas Correntes	2.924,10	Despesa Corrente Intra-Orçamentária	2.269,03
(-)Deduções da Receita Corrente	0,00	Despesa de Capital Intra-Orçamentária	0,00
Receita Intra-Orçamentária Correntes	0,00	Interferências Passivas	0,00
(-)Ded. Rec. Intra-Orçamentária Correntes	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
Receitas de Capital	0,00		
Operações de Crédito	0,00		
Alienação de Bens	0,00		
Amortização de Empréstimos	0,00		
Transferências de Capital	0,00		
Outras Receitas de Capital	0,00		
(-)Deduções da Receita de Capital	0,00		
Receita Intra-Orçamentária Capital	0,00		
(-)Ded. Rec. Intra-Orçamentária Capital	0,00		
Interferências Ativas	60.000,00		
Transferências Financeiras Recebidas	60.000,00		
EXTRA-ORÇAMENTARIA	39.827,01	EXTRA-ORÇAMENTARIA	52.444,11
Interferências Ativas	0,00	Interferências Passivas	0,00
Realizável	0,00	Realizável	0,00
Créditos em Circulação	0,00	Créditos em Circulação	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00
Depósitos Realizáveis a longo Prazo	0,00	Depósitos Realizáveis a longo Prazo	0,00
Créditos Realizáveis a longo Prazo	0,00	Créditos Realizáveis a longo Prazo	0,00
Depósitos	7.161,25	Depósitos	7.161,25
Consignações	0,00	Consignações	0,00
Depósitos em Diversas Origens	7.161,25	Depósitos em Diversas Origens	7.161,25
Restos a Pagar	32.665,76	Restos a Pagar	45.282,86
Obrigações a Pagar	32.665,76	Obrigações a Pagar	45.282,86
Serviços da Dívida a Pagar	0,00	Serviços da Dívida a Pagar	0,00
Operações de Crédito em Liquidação	0,00	Operações de Crédito em Liquidação	0,00
Outras Operações	0,00	Outras Operações	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00
Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	0,00	Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	0,00
Outras Obrigações	0,00	Outras Obrigações	0,00
Acréscimos Patrimoniais	0,00	Decréscimos Patrimoniais	0,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	132.847,82	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	151.425,32
Caixa	0,00	Caixa	0,00
Bancos Conta Movimento	132.847,82	Bancos Conta Movimento	151.425,32
Bancos Conta Vinculada	0,00	Bancos Conta Vinculada	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00
Investimentos do RPPS	0,00	Investimentos do RPPS	0,00
TOTAL	236.535,19	TOTAL	236.535,19

Fonte: Fund. de Defesa Meio Ambiente

EDSON LUIS GONCALVES
 Ordenador de Despesa

ARGEU ALBIERO
 Contador
 CRC/SC 027453/O-2

Balanço Financeiro Fundação Municipal de Cultura de Concordia - Maio 2011**FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE CONCORDIA****Balanço Financeiro****Anexo AN - 5****PERÍODO DE REFERÊNCIA: Maio /2011**

Art. 103 da Lei n. 4.320/1964

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS		TÍTULOS	
ORÇAMENTÁRIA	4.616,70	ORÇAMENTÁRIA	63.109,19
Receitas Orçamentárias	4.616,70	Despesas Correntes	58.261,14
Receitas Correntes	4.616,70	31 - Pessoal e Encargos Sociais	39.303,43
Receita Tributária	0,00	32 - Juros e Encargos da Dívida	0,00
Receitas de Contribuições	0,00	33 - Outras Despesas Correntes	18.957,71
Receitas Patrimoniais	4.196,21	Despesas de Capital	0,00
Receitas Agropecuárias	0,00	44 - Investimentos	0,00
Receitas Industriais	0,00	45 - Inversões Financeiras	0,00
Receitas de Serviços	16,80	46 - Amortização	0,00
Transferências Correntes	0,00	Despesas Intra-Orçamentárias	4.848,05
Outras Receitas Correntes	403,69	Despesa Corrente Intra-Orçamentária	4.848,05
(-)Deduções da Receita Corrente	0,00	Despesa de Capital Intra-Orçamentária	0,00
Receita Intra-Orçamentária Correntes	0,00	Interferências Passivas	0,00
(-)Ded. Rec. Intra-Orçamentária Correntes	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
Receitas de Capital	0,00		
Operações de Crédito	0,00		
Alienação de Bens	0,00		
Amortização de Empréstimos	0,00		
Transferências de Capital	0,00		
Outras Receitas de Capital	0,00		
(-)Deduções da Receita de Capital	0,00		
Receita Intra-Orçamentária Capital	0,00		
(-)Ded. Rec. Intra-Orçamentária Capital	0,00		
Interferências Ativas	85.000,00		
Transferências Financeiras Recebidas	85.000,00		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	78.841,95	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	95.120,57
Interferências Ativas	0,00	Interferências Passivas	0,00
Realizável	0,00	Realizável	0,00
Créditos em Circulação	0,00	Créditos em Circulação	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00
Depósitos Realizáveis a longo Prazo	0,00	Depósitos Realizáveis a longo Prazo	0,00
Créditos Realizáveis a longo Prazo	0,00	Créditos Realizáveis a longo Prazo	0,00
Depósitos	10.235,15	Depósitos	10.235,15
Consignações	0,00	Consignações	0,00
Depósitos em Diversas Origens	10.235,15	Depósitos em Diversas Origens	10.235,15
Restos a Pagar	63.109,19	Restos a Pagar	84.885,42
Obrigações a Pagar	63.109,19	Obrigações a Pagar	84.885,42
Serviços da Dívida a Pagar	0,00	Serviços da Dívida a Pagar	0,00
Operações de Crédito em Liquidação	0,00	Operações de Crédito em Liquidação	0,00
Outras Operações	0,00	Outras Operações	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00
Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	0,00	Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	0,00
Outras Obrigações	0,00	Outras Obrigações	0,00
Acréscimos Patrimoniais	5.497,61	Decréscimos Patrimoniais	0,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	123.338,02	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	133.566,91
Caixa	0,00	Caixa	0,00
Bancos Conta Movimento	154,35	Bancos Conta Movimento	3.970,71
Bancos Conta Vinculada	123.183,67	Bancos Conta Vinculada	129.596,20
Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00
Investimentos do RPPS	0,00	Investimentos do RPPS	0,00
TOTAL	291.796,67	TOTAL	291.796,67

Fonte: Fundação Municipal de Cultura

SANDRAMARA ROMAN
Ordenador de despesa

ELIZATEBALDI BORSATTI
Contador
CRC/SC 028226/O-9

Balanço Financeiro Fundação Municipal de Esportes de Concordia - Maio /2011**FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CONCORDIA****Balanço Financeiro****Anexo AN - 5****PERÍODO DE REFERÊNCIA: Maio /2011**

Art. 103 da Lei n. 4.320/1964

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS		TÍTULOS	
ORÇAMENTÁRIA	3.340,47	ORÇAMENTÁRIA	175.155,96
Receitas Orçamentárias	3.340,47	Despesas Correntes	161.110,32
Receitas Correntes	3.340,47	31 - Pessoal e Encargos Sociais	43.128,35
Receita Tributária	0,00	32 - Juros e Encargos da Dívida	0,00
Receitas de Contribuições	0,00	33 - Outras Despesas Correntes	117.981,97
Receitas Patrimoniais	1.786,05	Despesas de Capital	10.000,00
Receitas Agropecuárias	0,00	44 - Investimentos	10.000,00
Receitas Industriais	0,00	45 - Inversões Financeiras	0,00
Receitas de Serviços	1.544,02	46 - Amortização	0,00
Transferências Correntes	0,00	Despesas Intra-Orçamentárias	4.045,64
Outras Receitas Correntes	10,40	Despesa Corrente Intra-Orçamentária	4.045,64
(-)Deduções da Receita Corrente	0,00	Despesa de Capital Intra-Orçamentária	0,00
Receita Intra-Orçamentária Correntes	0,00	Interferências Passivas	0,00
(-)Ded. Rec. Intra-Orçamentária Correntes	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
Receitas de Capital	0,00		
Operações de Crédito	0,00		
Alienação de Bens	0,00		
Amortização de Empréstimos	0,00		
Transferências de Capital	0,00		
Outras Receitas de Capital	0,00		
(-)Deduções da Receita de Capital	0,00		
Receita Intra-Orçamentária Capital	0,00		
(-)Ded. Rec. Intra-Orçamentária Capital	0,00		
Interferências Ativas	275.770,00		
Transferências Financeiras Recebidas	275.770,00		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	188.073,60	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	273.946,26
Interferências Ativas	0,00	Interferências Passivas	0,00
Realizável	0,00	Realizável	0,00
Créditos em Circulação	0,00	Créditos em Circulação	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00
Depósitos Realizáveis a longo Prazo	0,00	Depósitos Realizáveis a longo Prazo	0,00
Créditos Realizáveis a longo Prazo	0,00	Créditos Realizáveis a longo Prazo	0,00
Depósitos	11.442,64	Depósitos	11.442,64
Consignações	0,00	Consignações	0,00
Depósitos em Diversas Origens	11.442,64	Depósitos em Diversas Origens	11.442,64
Restos a Pagar	176.630,96	Restos a Pagar	262.503,62
Obrigações a Pagar	176.630,96	Obrigações a Pagar	262.503,62
Serviços da Dívida a Pagar	0,00	Serviços da Dívida a Pagar	0,00
Operações de Crédito em Liquidação	0,00	Operações de Crédito em Liquidação	0,00
Outras Operações	0,00	Outras Operações	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00
Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	0,00	Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	0,00
Outras Obrigações	0,00	Outras Obrigações	0,00
Acréscimos Patrimoniais	0,00	Decréscimos Patrimoniais	0,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	375.953,79	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	394.035,64
Caixa	0,00	Caixa	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	Bancos Conta Movimento	0,00
Bancos Conta Vinculada	375.953,79	Bancos Conta Vinculada	394.035,64
Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00
Investimentos do RPPS	0,00	Investimentos do RPPS	0,00
TOTAL	843.137,86	TOTAL	843.137,86

Fonte: Fund. Municipal de Esportes

GIL ARTIFON
Ordenador de Despesa

SINEIDATEREZINHASCHMIDT
Contador Adj.
CRC/SC 15097/O-2

Balanço Financeiro Fundo Mun. de Assist. do Servidor de Concordia - Maio /2011**FUNDO MUN. DE ASSIST. DO SERVIDOR DE CONCORDIA****Balanço Financeiro****Anexo AN - 5****PERÍODO DE REFERÊNCIA: Maio /2011**

Art. 103 da Lei n. 4.320/1964

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS		TÍTULOS	
ORÇAMENTÁRIA	257.311,17	ORÇAMENTÁRIA	0,00
Receitas Orçamentárias	257.311,17	Despesas Correntes	0,00
Receitas Correntes	156.836,65	31 - Pessoal e Encargos Sociais	0,00
Receita Tributária	0,00	32 - Juros e Encargos da Dívida	0,00
Receitas de Contribuições	118.071,14	33 - Outras Despesas Correntes	0,00
Receitas Patrimoniais	7.913,43	Despesas de Capital	0,00
Receitas Agropecuárias	0,00	44 - Investimentos	0,00
Receitas Industriais	0,00	45 - Inversões Financeiras	0,00
Receitas de Serviços	156,50	46 - Amortização	0,00
Transferências Correntes	0,00	Despesas Intra-Orçamentárias	0,00
Outras Receitas Correntes	30.851,60	Despesa Corrente Intra-Orçamentária	0,00
(-)Deduções da Receita Corrente	156,02	Despesa de Capital Intra-Orçamentária	0,00
Receita Intra-Orçamentária Correntes	100.630,54	Interferências Passivas	0,00
(-)Ded. Rec. Intra-Orçamentária Correntes	156,02	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
Receitas de Capital	0,00		
Operações de Crédito	0,00		
Alienação de Bens	0,00		
Amortização de Empréstimos	0,00		
Transferências de Capital	0,00		
Outras Receitas de Capital	0,00		
(-)Deduções da Receita de Capital	0,00		
Receita Intra-Orçamentária Capital	0,00		
(-)Ded. Rec. Intra-Orçamentária Capital	0,00		
Interferências Ativas	0,00		
Transferências Financeiras Recebidas	0,00		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	2.886,97	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	255.135,29
Interferências Ativas	0,00	Interferências Passivas	0,00
Realizável	0,00	Realizável	0,00
Créditos em Circulação	0,00	Créditos em Circulação	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00
Depósitos Realizáveis a longo Prazo	0,00	Depósitos Realizáveis a longo Prazo	0,00
Créditos Realizáveis a longo Prazo	0,00	Créditos Realizáveis a longo Prazo	0,00
Depósitos	2.886,97	Depósitos	2.886,97
Consignações	0,00	Consignações	0,00
Depósitos em Diversas Origens	2.886,97	Depósitos em Diversas Origens	2.886,97
Restos a Pagar	0,00	Restos a Pagar	252.248,32
Obrigações a Pagar	0,00	Obrigações a Pagar	252.248,32
Serviços da Dívida a Pagar	0,00	Serviços da Dívida a Pagar	0,00
Operações de Crédito em Liquidação	0,00	Operações de Crédito em Liquidação	0,00
Outras Operações	0,00	Outras Operações	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00
Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	0,00	Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	0,00
Outras Obrigações	0,00	Outras Obrigações	0,00
Acréscimos Patrimoniais	0,00	Decréscimos Patrimoniais	0,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	539.360,65	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	544.423,50
Caixa	0,00	Caixa	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	Bancos Conta Movimento	0,00
Bancos Conta Vinculada	242.360,65	Bancos Conta Vinculada	259.923,50
Aplicação Financ. de Recursos Próprios	297.000,00	Aplicação Financ. de Recursos Próprios	284.500,00
Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00
Investimentos do RPPS	0,00	Investimentos do RPPS	0,00
TOTAL	799.558,79	TOTAL	799.558,79

Fonte: FUND. MUN. DE ASSISTENCIA AO SERVIDOR

BEATRIZ F. C. DASILVAROSA
Ordenadora de Despesa

SINEIDATEREZINHASCHMIDT
Contador Adj.
CRC/SC 15097/O-2

Balanço Financeiro Fundo Mun. de Habitação de Inter. Soc. de Concordia - Maio /2011**FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO DE INTER. SOC. DE CONCORDIA****Balanço Financeiro****Anexo AN - 5****PERÍODO DE REFERÊNCIA: Maio /2011**

Art. 103 da Lei n. 4.320/1964

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS		TÍTULOS	
ORÇAMENTÁRIA	1.386,56	ORÇAMENTÁRIA	0,00
Receitas Orçamentárias	1.386,56	Despesas Correntes	0,00
Receitas Correntes	712,62	31 - Pessoal e Encargos Sociais	0,00
Receita Tributária	0,00	32 - Juros e Encargos da Dívida	0,00
Receitas de Contribuições	0,00	33 - Outras Despesas Correntes	0,00
Receitas Patrimoniais	712,62	Despesas de Capital	0,00
Receitas Agropecuárias	0,00	44 - Investimentos	0,00
Receitas Industriais	0,00	45 - Inversões Financeiras	0,00
Receitas de Serviços	0,00	46 - Amortização	0,00
Transferências Correntes	0,00	Despesas Intra-Orçamentárias	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	Despesa Corrente Intra-Orçamentária	0,00
(-)Deduções da Receita Corrente	0,00	Despesa de Capital Intra-Orçamentária	0,00
Receita Intra-Orçamentária Correntes	0,00	Interferências Passivas	0,00
(-)Ded. Rec. Intra-Orçamentária Correntes	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
Receitas de Capital	673,94		
Operações de Crédito	0,00		
Alienação de Bens	0,00		
Amortização de Empréstimos	0,00		
Transferências de Capital	673,94		
Outras Receitas de Capital	0,00		
(-)Deduções da Receita de Capital	0,00		
Receita Intra-Orçamentária Capital	0,00		
(-)Ded. Rec. Intra-Orçamentária Capital	0,00		
Interferências Ativas	28.000,00		
Transferências Financeiras Recebidas	28.000,00		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	5,54	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	6.484,87
Interferências Ativas	0,00	Interferências Passivas	0,00
Realizável	0,00	Realizável	0,00
Créditos em Circulação	0,00	Créditos em Circulação	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00
Depósitos Realizáveis a longo Prazo	0,00	Depósitos Realizáveis a longo Prazo	0,00
Créditos Realizáveis a longo Prazo	0,00	Créditos Realizáveis a longo Prazo	0,00
Depósitos	5,54	Depósitos	5,54
Consignações	0,00	Consignações	0,00
Depósitos em Diversas Origens	5,54	Depósitos em Diversas Origens	5,54
Restos a Pagar	0,00	Restos a Pagar	6.479,33
Obrigações a Pagar	0,00	Obrigações a Pagar	6.479,33
Serviços da Dívida a Pagar	0,00	Serviços da Dívida a Pagar	0,00
Operações de Crédito em Liquidação	0,00	Operações de Crédito em Liquidação	0,00
Outras Operações	0,00	Outras Operações	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00
Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	0,00	Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	0,00
Outras Obrigações	0,00	Outras Obrigações	0,00
Acréscimos Patrimoniais	0,00	Decréscimos Patrimoniais	0,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	89.754,30	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	112.661,53
Caixa	0,00	Caixa	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	Bancos Conta Movimento	0,00
Bancos Conta Vinculada	89.754,30	Bancos Conta Vinculada	112.661,53
Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00
Investimentos do RPPS	0,00	Investimentos do RPPS	0,00
TOTAL	119.146,40	TOTAL	119.146,40

Fonte: Fundo Mun. de Habitação

SOLANGE BEATRIZ KLOCK VICARI
Contadora
CRC/SC 024478/O-8

MAURO KICHEL
Ordenador de Despesa

Balanço Financeiro Fundo Municipal de Assist. Social de Concordia - Maio /2011**FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CONCORDIA****Balanço Financeiro****Anexo AN - 5****PERÍODO DE REFERÊNCIA: Maio /2011**

Art. 103 da Lei n. 4.320/1964

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS		TÍTULOS	
ORÇAMENTÁRIA	26.484,31	ORÇAMENTÁRIA	46.459,85
Receitas Orçamentárias	26.484,31	Despesas Correntes	46.459,85
Receitas Correntes	26.484,31	31 - Pessoal e Encargos Sociais	0,00
Receita Tributária	0,00	32 - Juros e Encargos da Dívida	0,00
Receitas de Contribuições	0,00	33 - Outras Despesas Correntes	46.459,85
Receitas Patrimoniais	569,91	Despesas de Capital	0,00
Receitas Agropecuárias	0,00	44 - Investimentos	0,00
Receitas Industriais	0,00	45 - Inversões Financeiras	0,00
Receitas de Serviços	0,00	46 - Amortização	0,00
Transferências Correntes	25.914,40	Despesas Intra-Orçamentárias	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	Despesa Corrente Intra-Orçamentária	0,00
(-)Deduções da Receita Corrente	0,00	Despesa de Capital Intra-Orçamentária	0,00
Receita Intra-Orçamentária Correntes	0,00	Interferências Passivas	0,00
(-)Ded. Rec. Intra-Orçamentária Correntes	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
Receitas de Capital	0,00		
Operações de Crédito	0,00		
Alienação de Bens	0,00		
Amortização de Empréstimos	0,00		
Transferências de Capital	0,00		
Outras Receitas de Capital	0,00		
(-)Deduções da Receita de Capital	0,00		
Receita Intra-Orçamentária Capital	0,00		
(-)Ded. Rec. Intra-Orçamentária Capital	0,00		
Interferências Ativas	80.000,00		
Transferências Financeiras Recebidas	80.000,00		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	50.757,36	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	110.690,37
Interferências Ativas	0,00	Interferências Passivas	0,00
Realizável	0,00	Realizável	0,00
Créditos em Circulação	0,00	Créditos em Circulação	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00
Depósitos Realizáveis a longo Prazo	0,00	Depósitos Realizáveis a longo Prazo	0,00
Créditos Realizáveis a longo Prazo	0,00	Créditos Realizáveis a longo Prazo	0,00
Depósitos	2.135,51	Depósitos	2.135,51
Consignações	0,00	Consignações	0,00
Depósitos em Diversas Origens	2.135,51	Depósitos em Diversas Origens	2.135,51
Restos a Pagar	46.687,85	Restos a Pagar	108.554,86
Obrigações a Pagar	46.687,85	Obrigações a Pagar	108.554,86
Serviços da Dívida a Pagar	0,00	Serviços da Dívida a Pagar	0,00
Operações de Crédito em Liquidação	0,00	Operações de Crédito em Liquidação	0,00
Outras Operações	0,00	Outras Operações	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00
Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	0,00	Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	0,00
Outras Obrigações	0,00	Outras Obrigações	0,00
Acréscimos Patrimoniais	1.934,00	Decréscimos Patrimoniais	0,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	137.034,24	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	137.125,69
Caixa	0,00	Caixa	0,00
Bancos Conta Movimento	54.740,48	Bancos Conta Movimento	80.479,18
Bancos Conta Vinculada	82.293,76	Bancos Conta Vinculada	56.646,51
Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00
Investimentos do RPPS	0,00	Investimentos do RPPS	0,00
TOTAL	294.275,91	TOTAL	294.275,91

Fonte: Fundo Mun. de Assistência Social

MAURO KICHEL
Ordenador de Despesa

SOLANGE BEATRIZ KLOCK VICARI
Contadora
CRC/SC 024478/O-8



Balanço Financeiro Fundo Municipal de Desenv. Agrop. de Concordia - Maio /2011**FUNDO MUNICIPAL DE DESENV. AGROP. DE CONCORDIA****Balanço Financeiro****Anexo AN - 5****PERÍODO DE REFERÊNCIA: Maio /2011**

Art. 103 da Lei n. 4.320/1964

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS		TÍTULOS	
ORÇAMENTÁRIA	7.582,11	ORÇAMENTÁRIA	1.250,00
Receitas Orçamentárias	7.582,11	Despesas Correntes	1.250,00
Receitas Correntes	7.582,11	31 - Pessoal e Encargos Sociais	0,00
Receita Tributária	0,00	32 - Juros e Encargos da Dívida	0,00
Receitas de Contribuições	0,00	33 - Outras Despesas Correntes	1.250,00
Receitas Patrimoniais	787,46	Despesas de Capital	0,00
Receitas Agropecuárias	1.575,00	44 - Investimentos	0,00
Receitas Industriais	0,00	45 - Inversões Financeiras	0,00
Receitas de Serviços	4.543,01	46 - Amortização	0,00
Transferências Correntes	0,00	Despesas Intra-Orçamentárias	0,00
Outras Receitas Correntes	676,64	Despesa Corrente Intra-Orçamentária	0,00
(-)Deduções da Receita Corrente	0,00	Despesa de Capital Intra-Orçamentária	0,00
Receita Intra-Orçamentária Correntes	0,00	Interferências Passivas	0,00
(-)Ded. Rec. Intra-Orçamentária Correntes	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
Receitas de Capital	0,00		
Operações de Crédito	0,00		
Alienação de Bens	0,00		
Amortização de Empréstimos	0,00		
Transferências de Capital	0,00		
Outras Receitas de Capital	0,00		
(-)Deduções da Receita de Capital	0,00		
Receita Intra-Orçamentária Capital	0,00		
(-)Ded. Rec. Intra-Orçamentária Capital	0,00		
Interferências Ativas	65.000,00		
Transferências Financeiras Recebidas	65.000,00		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	1.255,54	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	52.474,84
Interferências Ativas	0,00	Interferências Passivas	0,00
Realizável	0,00	Realizável	0,00
Créditos em Circulação	0,00	Créditos em Circulação	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00
Depósitos Realizáveis a longo Prazo	0,00	Depósitos Realizáveis a longo Prazo	0,00
Créditos Realizáveis a longo Prazo	0,00	Créditos Realizáveis a longo Prazo	0,00
Depósitos	5,54	Depósitos	5,54
Consignações	0,00	Consignações	0,00
Depósitos em Diversas Origens	5,54	Depósitos em Diversas Origens	5,54
Restos a Pagar	1.250,00	Restos a Pagar	52.469,30
Obrigações a Pagar	1.250,00	Obrigações a Pagar	52.469,30
Serviços da Dívida a Pagar	0,00	Serviços da Dívida a Pagar	0,00
Operações de Crédito em Liquidação	0,00	Operações de Crédito em Liquidação	0,00
Outras Operações	0,00	Outras Operações	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00
Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	0,00	Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	0,00
Outras Obrigações	0,00	Outras Obrigações	0,00
Acréscimos Patrimoniais	0,00	Decréscimos Patrimoniais	0,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	153.253,04	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	173.365,85
Caixa	0,00	Caixa	0,00
Bancos Conta Movimento	153.253,04	Bancos Conta Movimento	173.365,85
Bancos Conta Vinculada	0,00	Bancos Conta Vinculada	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00
Investimentos do RPPS	0,00	Investimentos do RPPS	0,00
TOTAL	227.090,69	TOTAL	227.090,69

Fonte: Fundo Mun. de Desenvolvimento Agropecuário

ANTONIO COLUSSI
Ordenador de Despesa

ARGEU ALBIERO
Contador
CRC/SC 027453/O-2



Balanço Financeiro Fundo Municipal de Saúde de Concordia - Maio /2011

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCORDIA
Balanço Financeiro
Anexo AN - 5
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Maio /2011

Art. 103 da Lei n. 4.320/1964

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS		TÍTULOS	
ORÇAMENTÁRIA	1.490.194,91	ORÇAMENTÁRIA	1.046.697,41
Receitas Orçamentárias	1.490.194,91	Despesas Correntes	933.396,04
Receitas Correntes	1.480.194,91	31 - Pessoal e Encargos Sociais	829.065,13
Receita Tributária	17.271,75	32 - Juros e Encargos da Dívida	0,00
Receitas de Contribuições	0,00	33 - Outras Despesas Correntes	104.330,91
Receitas Patrimoniais	13.643,36	Despesas de Capital	5.689,97
Receitas Agropecuárias	0,00	44 - Investimentos	5.689,97
Receitas Industriais	0,00	45 - Inversões Financeiras	0,00
Receitas de Serviços	0,00	46 - Amortização	0,00
Transferências Correntes	1.449.222,14	Despesas Intra-Orçamentárias	107.611,40
Outras Receitas Correntes	57,66	Despesa Corrente Intra-Orçamentária	107.611,40
(-)Deduções da Receita Corrente	0,00	Despesa de Capital Intra-Orçamentária	0,00
Receita Intra-Orçamentária Correntes	0,00	Interferências Passivas	0,00
(-)Ded. Rec. Intra-Orçamentária Correntes	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
Receitas de Capital	10.000,00		
Operações de Crédito	0,00		
Alienação de Bens	0,00		
Amortização de Empréstimos	0,00		
Transferências de Capital	10.000,00		
Outras Receitas de Capital	0,00		
(-)Deduções da Receita de Capital	0,00		
Receita Intra-Orçamentária Capital	0,00		
(-)Ded. Rec. Intra-Orçamentária Capital	0,00		
Interferências Ativas	1.118.500,00		
Transferências Financeiras Recebidas	1.118.500,00		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	1.324.329,46	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	2.977.237,91
Interferências Ativas	0,00	Interferências Passivas	0,00
Realizável	902,01	Realizável	902,01
Créditos em Circulação	902,01	Créditos em Circulação	902,01
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00
Depósitos Realizáveis a longo Prazo	0,00	Depósitos Realizáveis a longo Prazo	0,00
Créditos Realizáveis a longo Prazo	0,00	Créditos Realizáveis a longo Prazo	0,00
Depósitos	184.935,79	Depósitos	184.935,79
Consignações	57,66	Consignações	57,66
Depósitos em Diversas Origens	184.878,13	Depósitos em Diversas Origens	184.878,13
Restos a Pagar	1.131.090,74	Restos a Pagar	2.791.400,11
Obrigações a Pagar	1.131.090,74	Obrigações a Pagar	2.791.400,11
Serviços da Dívida a Pagar	0,00	Serviços da Dívida a Pagar	0,00
Operações de Crédito em Liquidação	0,00	Operações de Crédito em Liquidação	0,00
Outras Operações	0,00	Outras Operações	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00
Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	0,00	Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	0,00
Outras Obrigações	0,00	Outras Obrigações	0,00
Acréscimos Patrimoniais	7.400,92	Decréscimos Patrimoniais	0,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	1.658.396,61	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	1.567.485,66
Caixa	0,00	Caixa	0,00
Bancos Conta Movimento	113.323,08	Bancos Conta Movimento	107.885,69
Bancos Conta Vinculada	1.545.073,53	Bancos Conta Vinculada	1.459.599,97
Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00
Investimentos do RPPS	0,00	Investimentos do RPPS	0,00
TOTAL	5.591.420,98	TOTAL	5.591.420,98

Fonte: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

MARIA LUIZA MARCON
 Ordenador de Despesas

ROSAMARIA SELA SGARABOTTO
 Responsável Setor Contábil FMS

Balanço Financeiro Prefeitura Municipal de Concórdia - Maio /2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA
Balanço Financeiro
Anexo AN - 5
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Maio /2011

Art. 103 da Lei n. 4.320/1964

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS		TÍTULOS	
ORÇAMENTÁRIA	9.614.049,30	ORÇAMENTÁRIA	7.608.069,23
Receitas Orçamentárias	9.614.049,30	Despesas Correntes	4.404.613,14
Receitas Correntes	9.199.103,01	31 - Pessoal e Encargos Sociais	2.490.125,09
Receita Tributária	1.208.257,37	32 - Juros e Encargos da Dívida	21.249,83
Receitas de Contribuições	169.729,99	33 - Outras Despesas Correntes	1.893.238,22
Receitas Patrimoniais	197.031,88	Despesas de Capital	2.801.398,45
Receitas Agropecuárias	0,00	44 - Investimentos	2.379.877,16
Receitas Industriais	0,00	45 - Inversões Financeiras	0,00
Receitas de Serviços	71.262,14	46 - Amortização	421.521,29
Transferências Correntes	8.266.562,21	Despesas Intra-Orçamentárias	402.057,64
Outras Receitas Correntes	336.448,38	Despesa Corrente Intra-Orçamentária	402.057,64
(-)Deduções da Receita Corrente	1.050.188,96	Despesa de Capital Intra-Orçamentária	0,00
Receita Intra-Orçamentária Correntes	0,00	Interferências Passivas	1.903.570,00
(-)Ded. Rec. Intra-Orçamentária Correntes	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	1.903.570,00
Receitas de Capital	414.946,29		
Operações de Crédito	0,00		
Alienação de Bens	2.899,95		
Amortização de Empréstimos	0,00		
Transferências de Capital	412.046,34		
Outras Receitas de Capital	0,00		
(-)Deduções da Receita de Capital	0,00		
Receita Intra-Orçamentária Capital	0,00		
(-)Ded. Rec. Intra-Orçamentária Capital	0,00		
Interferências Ativas	0,00		
Transferências Financeiras Recebidas	0,00		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	8.684.483,58	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	9.903.142,58
Interferências Ativas	0,00	Interferências Passivas	0,00
Realizável	5.917,98	Realizável	5.917,98
Créditos em Circulação	5.917,98	Créditos em Circulação	5.917,98
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00
Depósitos Realizáveis a longo Prazo	0,00	Depósitos Realizáveis a longo Prazo	0,00
Créditos Realizáveis a longo Prazo	0,00	Créditos Realizáveis a longo Prazo	0,00
Depósitos	749.588,28	Depósitos	747.999,23
Consignações	46.901,87	Consignações	46.901,87
Depósitos em Diversas Origens	702.686,41	Depósitos em Diversas Origens	701.097,36
Restos a Pagar	7.928.977,32	Restos a Pagar	9.149.225,37
Obrigações a Pagar	7.928.977,32	Obrigações a Pagar	9.149.225,37
Serviços da Dívida a Pagar	0,00	Serviços da Dívida a Pagar	0,00
Operações de Crédito em Liquidação	0,00	Operações de Crédito em Liquidação	0,00
Outras Operações	0,00	Outras Operações	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00
Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	0,00	Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	0,00
Outras Obrigações	0,00	Outras Obrigações	0,00
Acréscimos Patrimoniais	0,00	Decréscimos Patrimoniais	0,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	19.737.074,26	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	18.620.825,33
Caixa	17.067,38	Caixa	2.850,78
Bancos Conta Movimento	9.468.878,42	Bancos Conta Movimento	8.143.665,94
Bancos Conta Vinculada	565.784,36	Bancos Conta Vinculada	694.568,44
Aplicação Financ. de Recursos Próprios	9.419.060,25	Aplicação Financ. de Recursos Próprios	9.511.484,86
Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	266.283,85	Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	268.255,31
Investimentos do RPPS	0,00	Investimentos do RPPS	0,00
TOTAL	38.035.607,14	TOTAL	38.035.607,14

Fonte: Pref. Mun. de Concórdia

JOAQUIM P. B. BICCAN. SEGUNDO
 Ordenador da Despesa

ELIZATEBALDI BORSATTI
 Contador
 CRC/SC 028226/O-9

JOAO GIRARDI
 Prefeito Municipal

Corupá

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº 1397/11

PORTARIA Nº 1397/11

DISPÕE SOBRE A RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO DE VALDEMIRO FUNKA, DO CARGO DE TRABALHADOR BRAÇAL.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato de trabalho de VALDEMIRO FUNKA, do cargo de Trabalhador Braçal, admitido sob contratação temporária, nomeado através da Portaria nº 1194/11 de 04 de fevereiro de 2011.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 02 de maio de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 23 de maio de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1398/11

PORTARIA Nº 1398/11

DISPÕE SOBRE A RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO DE ENO PONATH, DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato de trabalho de ENO PONATH, do cargo de Auxiliar De Serviços Gerais, admitido sob contratação temporária, nomeado através da Portaria nº 1207/11 de 04 de fevereiro de 2011.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 02 de maio de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 23 de maio de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1399/11

PORTARIA Nº 1399/11

DISPÕE SOBRE A RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO DE EURICO HAMANN, DO CARGO DE MOTORISTA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato de trabalho de EURICO HAMANN, do cargo de Motorista, admitido sob contratação temporária, nomeado através da Portaria nº 1192/11 de 04 de fevereiro de 2011.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 02 de maio de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 23 de maio de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1400/11

PORTARIA Nº 1400/11

DISPÕE SOBRE A RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO DE LUCINEIA APARECIDA DIAS DAMBISKI, DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato de trabalho de LUCINEIA APARECIDA DIAS DAMBISKI, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 1204/11 de 04 de fevereiro de 2011.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 02 de maio de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 23 de maio de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1401/11

PORTARIA Nº 1401/11

DISPÕE SOBRE A RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO DE MARILENE BORTONCELLO DA SILVA BUBLITZ, DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato de trabalho de MARILENE BORTONCELLO DA SILVA BUBLITZ, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 1203/11 de 04 de fevereiro de 2011.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 02 de maio de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 23 de maio de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1402/11

PORTARIA Nº 1402/11

DISPÕE SOBRE A RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO DE PAULO OLZEWSKI, DO CARGO DE OPERADOR DE MÁQUINA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato de trabalho de PAULO OLZEWSKI, do cargo de Operador de Máquina, admitido sob contratação temporária, nomeado através da Portaria nº 1193/11 de 04 de fevereiro de 2011.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 02 de maio de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 23 de maio de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1403/11

PORTARIA Nº 1403/11

DISPÕE SOBRE A RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO DE SUZAN NARA VIEIRA, DO CARGO DE PROFESSOR ACT.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato de trabalho de SUZAN NARA VIEIRA, do cargo de Professor ACT, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 1253/11 de 11 de fevereiro de 2011.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 05 de maio de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 23 de maio de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1404/11

PORTARIA Nº 1404/11

DISPÕE SOBRE A RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO DE LUCIANA DA CRUZ SIGNORELI, DO CARGO DE PROFESSOR ACT.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato de trabalho de LUCIANA DA CRUZ SIGNORELI, do cargo de Professor ACT, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 1254/11 de 11 de fevereiro de 2011.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 11 de maio de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 23 de maio de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1405/11

PORTARIA Nº 1405/11

DISPÕE SOBRE A RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO DE MARGARETH SMENTKOWSKI PETTERS, DO CARGO DE PROFESSOR ACT.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato de trabalho de MARGARETH SMENTKOWSKI PETTERS, do cargo de Professor ACT, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 1258/11 de 14 de fevereiro de 2011.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 16 de maio de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 23 de maio de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1406/11

PORTARIA Nº 1406/11

DISPÕE SOBRE A RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO DE CRISTIANE OESTREICH WOELCK, DO CARGO DE AUXILIAR DE SALA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato de trabalho de CRISTIANE OESTREICH WOELCK, do cargo de Auxiliar de Sala, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 1217/11 de 04 de fevereiro de 2011.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 24 de maio de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1407/11

PORTARIA Nº 1407/11

DISPÕE SOBRE A RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO DE JOSIANE IGNEZ LARSEN, DO CARGO DE PROFESSOR ACT.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de

Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato de trabalho de JOSIANE IGNES LARZEN, do cargo de Professor ACT, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 1349/11 de 11 de maio de 2011.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 27 de maio de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1408/11

PORTARIA Nº 1408/11

DISPÕE SOBRE A RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO DE ARLINDO TOMASELLI, DO CARGO DE AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato de trabalho de ARLINDO TOMASELLI, do cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, admitido sob contratação temporária, nomeado através da Portaria nº 1189/11 de 04 de fevereiro de 2011.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 31 de maio de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1409/11

PORTARIA Nº 1409/11

DISPÕE SOBRE A RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO DE CELIO JOÃO BARBOSA, DO CARGO DE PROFESSOR ACT.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato de trabalho de CELIO JOÃO BARBOSA, do cargo de Professor ACT, admitido sob contratação temporária, nomeado através da Portaria nº 1237/11 de 07 de fevereiro de 2011.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 31 de maio de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1410/11

PORTARIA Nº 1410/11

DISPÕE SOBRE A RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO DE JILIAN DOS PASSOS FERREIRA, DO CARGO DE PROFESSOR ACT.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato de trabalho de JILIAN DOS PASSOS FERREIRA, do cargo de Professor ACT, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 1347/11 de 10 de maio de 2011.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 31 de maio de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1411/11

PORTARIA Nº 1411/11

EXONERA A PEDIDO, KARINA DENK DO CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido, KARINA DENK, do cargo de Agente Comunitário, admitida pelo Concurso Público 001/07, nomeada através da Portaria nº 139/07 de 16 de abril de 2007.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 31 de maio de 2011

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1412/11

PORTARIA Nº 1412/11

EXONERA A PEDIDO, CRISTIANE MARIA SCHWERDTNER DO CARGO DE GERENTE DE PROGRAMA A SAÚDE.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido, CRISTIANE MARIA SCHWERDTNER, do cargo de Gerente de Programa a Saúde na área da Secretaria Municipal de Saúde, para qual foi nomeada através da Portaria nº 470/10 de 04 de janeiro de 2010.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 01 de junho de 2011

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Errata Pregão Presencial Nº 021/2011

I ERRATA DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2011
PROCESSO Nº 054/2011

O Pregoeiro no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados Errata de Descrição referente ao objeto do Edital de Pregão Presencial, ficando assim determinado:

Onde se lê:

6. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE No 2).

6.1.2 Deverão apresentar ainda os seguintes documentos:

d) Qualificação Técnica

a) Apresentação de atestado de capacidade técnica (com prazo máximo de validade de 180 dias), que comprove já ter fornecido materiais da natureza da presente licitação, fornecida por pessoa jurídica de direito público ou privado, informando sempre que possível, quantidades, valores e demais dados técnicos, nome, cargo e assinatura do responsável pela informação, bem como se foram cumpridos os prazos de entrega e a qualidade dos produtos solicitados neste edital.

Leia-se:

6. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE No 2).

6.1.2 Deverão apresentar ainda os seguintes documentos:

e) Qualificação Técnica

a) Apresentação de atestado de capacidade técnica, que comprove já ter fornecido materiais da natureza da presente licitação, fornecida por pessoa jurídica de direito público ou privado, informando sempre que possível, quantidades, valores e demais dados técnicos, nome, cargo e assinatura do responsável pela informação, bem como se foram cumpridos os prazos de entrega e a qualidade dos produtos solicitados neste edital.

Corupá, 13 de Junho de 2011.

JOSIMAR CALDEIRA
Pregoeiro

Curitibanos

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 4.620/2011

LEI Nº 4.620/2011

FIXA PISO SALARIAL PARA OS SERVIDORES DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL PARA 2011.

Joel Vianeí Lohn, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. O piso salarial para os profissionais do magistério público municipal da educação básica é de R\$ 1.187,97 (um mil, cento e oitenta e sete reais, noventa e sete centavos) - Professores Nível I 40 horas, com vigência desde 01 de janeiro de 2011.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 17 de maio de 2011.

JOEL VIANEI LOHN
Prefeito Municipal e.e.

Publicada a presente lei aos dezessete dias do mês de maio do ano dois mil e onze na portaria da Prefeitura Municipal

CRISTINA MARIA AGUSTINI MORAES EHRHARDT
Secretaria da Educação e Cultura

Lei Nº 4.622/2011

LEI Nº 4.622/2011

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A AQUIRIR E DOAR MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO A PESSOA CARENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Joel Vianeí Lohn, Prefeito Municipal de Curitibanos em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a adquirir materiais no valor de até R\$ 7.300,00 (sete mil e trezentos reais) para construção de uma casa de madeiras sobre o imóvel localizado no Bairro do Bosque, no lado par da Rua Archias Ganz e objeto da matrícula imobiliária 18.540, para doação à sra. Ivonete Aparecida dos Santos, portadora da Cédula de Identidade n. 4.481.993 e inscrita no CPF 057.146.379-76.

Art. 2º - Fica ainda o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a compra dos materiais segundo os ditames legais e doá-los à beneficiária, devendo ainda promover a efetiva fiscalização do destino dos materiais doados.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitibanos, 25 de maio de 2011.

JOEL VIANEI LOHN
Prefeito Municipal e.e.

Publicada a presente lei aos vinte e cinco dias do mês de maio do ano dois mil e onze na portaria da Prefeitura Municipal.

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração e Finanças

Decreto N.º4.044/2011

DECRETO N.º4.044/2011

EXTINGUE, POR NULIDADE, O TERMO ADITIVO N. 01/2000, QUE PRORROGOU POR MAIS 20 (VINTE) ANOS, A CONCESSÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ÁGUA E COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO, OUTORGADA À COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO - CASAN, ATRAVÉS DO CONTRATO N. 014/72, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo art. 79 da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 29, IV, c/c art. 35, I da Lei Federal n.º 8.987, de 13 de dezembro de 1995.

CONSIDERANDO que, autorizado pela Lei Municipal n. 958, de 14 de agosto de 197, o Município de Curitibanos, através do Contrato n.º 014/72, de 10 de novembro de 1972, outorgou à Companhia

Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN, com exclusividade e pelo prazo de 30 (trinta) anos, a concessão para exploração, ampliação e implantação dos serviços públicos de abastecimento de água e coleta e disposição de esgotos sanitários;

CONSIDERANDO que o prazo original da concessão expirou no dia 10 de novembro do ano de 2002;

CONSIDERANDO as conclusões do Processo Administrativo nº 3984/2010, apontando a prorrogação da concessão realizada por meio do Termo Aditivo n. 01/00, celebrado em 05 de maio de 2000, como nula de pleno direito, diante do que dispõe o art. 175 da Carta Magna Federal.

CONSIDERANDO a impossibilidade jurídica da continuidade da concessão em foco;

D E C R E T A

Art. 1º - Conforme decidido no Processo Administrativo nº 3.984/2010, fica extinta, por ausência de prévio procedimento licitatório, a prorrogação da concessão para exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e coleta e disposição de esgotos sanitários outorgados à Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN, realizada em 05 de maio de 2000, através do Termo Aditivo n. 01/00.

Parágrafo único - A contar da extinção da concessão, a execução dos serviços públicos até então concedidos fica a cargo da Secretaria de Transportes e Obras.

Art. 2º - A Secretaria de Transportes e Obras procederá ao inventário dos bens e serviços reversíveis, adotar as medidas e providências necessárias para que os serviços à população não sofram solução de continuidade, inclusive, mediante contratação, se necessário, de empresas especializadas para operar o sistema, ou celebração de convênio com entidades que reúnam condições para prestar os serviços.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste decreto, bem como todas aquelas necessárias à continuidade da prestação dos serviços à população, correrão por conta do orçamento da Secretaria de Transportes e Obras.

Art. 4º - Diante do princípio da continuidade dos serviços públicos essenciais, CASAN permanecerá explorando os serviços delegados pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação do presente Decreto.

Art. 5º - O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Curitiba, em 09 de junho de 2011.

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos nove dias do mês de junho do ano dois mil e onze na portaria da Prefeitura Municipal.

EDSON TADEU BROCARDO

Secretário de Administração e Finanças

LUIZ FERNANDES POPINHACK FRANÇA

Secretário de Transportes e Obras

Decreto Nº 4.038/2011

DECRETO Nº 4.038/2011

REMANEJA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Joel Viane Lohn, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e na forma da lei n. 4.572/2010

D E C R E T A

Art. 1º - Ficam remanejadas as dotações orçamentárias entre as fontes de recurso dentro do mesmo projeto atividade do orçamento da Prefeitura Municipal de Curitiba no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) na forma autorizada pela lei orçamentária nº 4.572/2010:

DA MODALIDADE DE DESPESA

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.02 SECRET. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.122.0002.2005 MANUT. DA SECRET. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

3190000000.00 .123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 150.000,00

PARA A MODALIDADE DE DESPESA

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.02 SECRET. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.122.0002.2005 MANUT. DA SECRET. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

3390000000.00 .123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 150.000,00

Art. 2º. Ficam remanejadas as dotações orçamentárias entre as fontes de recurso dentro do mesmo projeto atividade do orçamento da Prefeitura Municipal de Curitiba no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) na forma autorizada pela lei orçamentária nº 4.572/2010:

DA MODALIDADE DE DESPESA

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.05 SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

15.452.0018.2075 MANUT. DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS

3190000000.00 .123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 150.000,00

PARA A MODALIDADE DE DESPESA

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.05 SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

15.452.0018.2075 MANUT. DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS

3390000000.00 .123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 150.000,00

Art. 3º. Ficam remanejadas as dotações orçamentárias entre as fontes de recurso dentro do mesmo projeto atividade do orçamento da Prefeitura Municipal de Curitiba no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) na forma autorizada pela lei orçamentária nº 4.572/2010:

DA MODALIDADE DE DESPESA

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.07 SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COM. E TURISMO

22.661.0025.2079 MANUT. DA SECRET. DA IND., COM., E TURISMO

3390000000.00 .123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 15.000,00

PARA A MODALIDADE DE DESPESA

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.07 SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COM. E TURISMO

22.661.0025.2079 MANUT. DA SECRET. DA IND., COM., E TURISMO

3350000000.00 .123 TRANS. A INST. PRIVADAS S/ FINS LUC R\$ 15.000,00

Art. 4º. Ficam remanejadas as dotações orçamentárias entre as fontes de recurso dentro do mesmo projeto atividade do orçamento da Prefeitura Municipal de Curitiba no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) na forma autorizada pela lei orçamentária nº 4.572/2010:

DA MODALIDADE DE DESPESA

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO
02.08 SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER
27.812.0029.2087 MANUT. DAS ATIV. ESPORTIVAS E RECREATIVAS
3190000000.00 .123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 30.000,00

PARA A MODALIDADE DE DESPESA

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO
02.08 SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER
27.812.0029.2087 MANUT. DAS ATIV. ESPORTIVAS E RECREATIVAS
3390000000.00 .123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 30.000,00

Art. 5º- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 19 de maio de 2011.
JOEL VIANEI LOHN
Prefeito Municipal e.e.

Publicado o presente decreto aos dezoito dias do mês de maio do ano de dois mil e onze na secretaria e no mural público da Prefeitura Municipal.

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração e Finanças

Decreto Nº 4.040/2011

DECRETO Nº 4.040/2011
FIXA TARIFAS PARA SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS INDIVIDUAL - TÁXI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Joel Viane Lohn, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e na forma da lei 4.327/2009 e Decreto n. 4.038/2011:

D E C R E T A

Art. 1º. - As tarifas a serem cobradas dos usuários dos Serviços de Táxi do Município de Curitiba, em conformidade com o artigo 20 da Lei n. 4.327/2009 e artigo 35 do Decreto n. 4.038/2011 são:

- I - Parte fixa : Bandeirada (Ponto de Partida) equivalerá a R\$ 3,60 (Três reais, sessenta centavos)
- II - Bandeira I - R\$ 2,10 (dois reais e dez centavos)
- III - Bandeira II - R\$ 2,87
- IV - Hora de Espera = R\$ 16,00

§ 1º - O condutor deverá expedir quando solicitado, recibo comprovante da cobrança.

§ 2º - Ultrapassando o perímetro urbano e regressando o veículo à cidade sem passageiros, poderá o motorista cobrar o retorno, na base de 20% (vinte por cento), do valor registrado no final da viagem pelo taxímetro

§ 3º - Nas corridas solicitadas por via telefônica, a indicação do taxímetro, no local de embarque do passageiro, não poderá exceder a R\$ 4,00 (Quatro Reais)

Art. 2º. A tarifa dos táxis convencionais será composta de uma parte fixa (bandeirada) e de uma parte variável, proporcional ao percurso.

§ 1º. A parte variável será caracterizada no taxímetro:
a) pela Bandeira 1, nos percursos realizados no perímetro urbano no horário das 6h as 20h ;
b) pela Bandeira 2, nos percursos realizados fora dos limites do perímetro urbano, ou durante os horários fixados no § 2º;

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 25 de maio de 2011
JOEL VIANEI LOHN
Prefeito Municipal e.e.

Publicado o presente decreto aos vinte e cinco dias do mês de maio do ano dois mil e onze na portaria da Prefeitura Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração e Finanças

Anulação do Processo Licitatório NA Modalidade de Pregão Presencial Nº 26/2011.

ANULAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2011.

Considerando parecer da Caixa Econômica Federal e memorando encaminhado pela Secretaria de Planejamento, o Pregoeiro vem sugerir ao Exmo. Sr. Prefeito de Curitiba a anulação do referido processo na sua totalidade.

Curitiba, 10 de junho de 2011.
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito

ADAILTON ALVES
Pregoeiro

Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços Nº 83/2011

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 83/2011

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS, com julgamento Pelo Menor Preço por Lote, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para registro de preços destinados a aquisição de material e serviços de equipamentos de informática para Procon/Junta Militar, Secretaria de Administração, Secretaria de Obras, Secretaria de Planejamento, Secretaria de Indústria e Comércio, Procuradoria Jurídica, Secretaria de Agricultura, Secretaria de Esportes e Gabinete, conforme anexo I deste edital, a contar da assinatura da ata de registro de preços com término previsto para 31/12/2011.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:30 horas do dia 27/06/2011, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a Rua Coronel

Vidal Ramos, 860.

A partir das 15:00horas do dia 27/06/2011, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitação e Contratos, sito a Rua Lages, 400.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 06 de Junho de 2011.
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito

Adailton Alves
Pregoeiro

Decreto Nº 4.041/2011

DECRETO Nº 4.041/2011

NOMEIA PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA.

Joel Viane Lohn Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e na forma disposta pela Lei n. 4.517/2010,

D E C R E T A

Art.1º. Ficam nomeados os membros abaixo, para, na forma da Lei nº 4.517/2010, comporem o quadro de Presidente e Vice Presidente do conselho Municipal de Cultura, conforme Ata n. 02/2011:

Marilene K. N. Monteiro - Presidente
Dhébora Costa Pellizzaro - Vice Presidente

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação;

Curitiba, 25 de maio de 2011.
JOEL VIANEI LOHN
Prefeito Municipal e.e.

Publicado o presente decreto aos vinte e cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e onze, na Secretaria e no mural da Prefeitura Municipal.

CRISTINA MARIA AGUSTINI MORAES EHRHARDT
Secretaria da Educação e Cultura

Forquilha

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 1.677, de 09 de Junho de 2011.

LEI Nº 1.677, DE 09 DE JUNHO DE 2011.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ADERIR AO PROGRAMA BADESC CIDADES E TOMAR EMPRÉSTIMO JUNTO AO BADESC - AGÊNCIA DE FOMENTO DE SANTA CATARINA S/A E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA
Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa BADESC CIDADES.

Art. 2º A adesão ao Programa BADESC CIDADES propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento de pavimentação, urbanização e arborização de vias públicas urbanas, passeios públicos, implantação de sinalização viária, drenagem pluvial, abrigo de ônibus e obras de arte corrente e especial (ponte).

Art. 3º Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos mencionados no artigo 2º, fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC - Agência de Fomento de Santa Catarina S/A, com recursos do Programa BADESC CIDADES, até o montante de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais).

Parágrafo único. Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste Artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, até o limite do valor do financiamento.

Art. 4º Para dar continuidade ao Programa BADESC CIDADES, o Poder Executivo consignará nos projetos de lei orçamentários dos anos subseqüentes, as dotações necessárias a formação do Programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º Por conta dos financiamentos estabelecidos no Artigo 3º desta Lei, o Município pagará encargos máximos de 9% (nove por cento) ao ano, acrescido da taxa de juros de longo prazo - TJLP, ou, no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 09 de junho de 2011.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 09 de junho de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Extrato de Contrato PMF Nº. 114/2011

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 114/2011

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - SETEP CONSTRUÇÕES S.A.

OBJETO - execução de revestimento com Concreto Asfáltico Usinado a Quente (CAUQ) especificamente para a Rodovia Municipal Jácomo Bereta e Linha Minatto, Localidade de Santa Rosa, com extensão de 644,72 metros e largura de 7,00 metros, no município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 127.265,79 (cento e vinte e sete mil duzentos e sessenta e cinco reais e setenta e nove centavos)

VIGÊNCIA - 210 (duzentos e dez) dias corridos (prazo de execução + 90 dias)

DOTAÇÃO - 0702.1033.4490 (108)

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Carta Convite nº. 74/FMF/2011

DATA DA ASSINATURA - 10 de junho de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato do Termo Aditivo PMF Nº 30/2011

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 30/2011

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº 144/2010

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - VIVO S.A.

DO OBJETO - Prestação de serviços de telefonia móvel com cessão de uso de 50 (cinquenta) linhas telefônicas de plano pós-pago, para o período de 1(um) ano, de 01/09/10 à 01/09/11, para o município de Forquilha/SC, de acordo com o projeto básico constante do anexo I do edital Pregão 77/PMF/2010, que fica fazendo parte integrante deste termo independente de sua transcrição

DO VALOR: O presente termo tem por objeto o aditamento em R\$ 13.648,00 (Treze mil seiscentos e quarenta e oito reais) do Contrato nº 144/PMF/2010 para maior, haja vista que, devido a necessidade de acréscimo de serviços de telefonia móvel comprometendo o valor inicialmente contratado conforme solicitação da Secretaria de Administração e Finanças que é parte integrante deste termo independentemente de sua transcrição.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 26/05/2011

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal**Extrato do Termo Aditivo PMF Nº 32/2011**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 32/2011

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº 144/2010

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - VIVO S.A.

DO OBJETO - Prestação de serviços de telefonia móvel com cessão de uso de 50 (cinquenta) linhas telefônicas de plano pós-pago, para o período de 1(um) ano, de 01/09/10 à 01/09/11, para o município de Forquilha/SC, de acordo com o projeto básico constante do anexo I do edital Pregão 77/PMF/2010, que fica fazendo parte integrante deste termo independente de sua transcrição

DO VALOR: O presente termo tem por objeto o aditamento em R\$ 179,70 (Cento e setenta e nove reais e setenta centavos) do Contrato nº 144/PMF/2010 para maior, haja vista que, devido a necessidade de acréscimo de serviços especificamente de acesso à internet móvel na linha 91514011 correspondente aos meses de junho, julho e agosto de 2011.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 31/05/2011

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal**Extrato do Termo Aditivo PMF Nº 34/2011**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 34/2011

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº 118/2009

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - SAFRABON PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA

DO OBJETO - serviços para execução das obras de construção da 1ª etapa do Complexo Desportivo, Bairro Santa Isabel, Forquilha/SC, com urbanização de área na Rua Bonifácio Back; implantação de uma pista de atletismo; área para salto em distância; dois campos gramados e um de areia para futebol suíço; arquibancada; vestiários; área de lazer com churrasqueira; passeios calçados; áreas de paradas com bancos e estacionamento, compreendendo o fornecimento dos materiais, mão-de-obra, equipamentos e ferramentas normais e especiais necessárias.

DO VALOR: O presente termo tem por objeto o aditamento em R\$ 3.719,00 (Tres mil setecentos e dezenove reais) do Contrato PMF nº 118/2009 para maior, relativo ao reajustamento do saldo a partir de julho de 2009 até a presente data, conforme planilha anexa e aprovada pelo Engenheiro Civil Ademir João Back, que é parte integrante do presente termo, independentemente de transcrição.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 01/06/2011.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal**Extrato de Convênio PMF Nº 12/2011**

EXTRATO DE CONVÊNIO PMF Nº 12/2011

CONVENIENTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONVENIADO - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO JUDAS TADEU DE MELEIRO.

DO OBJETO - Este convênio tem por objeto repassar a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO JUDAS TADEU DE MELEIRO o valor de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais) de forma parcelada por parte do MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA, para custeio de despesas correntes para garantir o atendimento à população do município de Forquilha.

DO PRAZO - 31/12/2011

DO FUNDAMENTO LEGAL - Lei 1.660 de 18 de maio de 2011.

DATA DA ASSINATURA - 25 de maio de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal**Fraiburgo****PREFEITURA MUNICIPAL****Decreto Nº 0169/2011**

DECRETO Nº 0169, DE 13 DE JUNHO DE 2011.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2084, de 09 de Dezembro de 2010;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo para o exercício de 2011 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 161.000,00 (cento e sessenta e um mil reais), nas seguintes dotações:

05.00 - Secretaria de Administração e Planejamento
 05.01 - Secretaria de Administração e Planejamento
 04.122.0002.2.005 - Manutenção da Secretaria de Administração e Planejamento
 3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0200 (21) R\$ 50.000,00

06.00 - Secretaria de Finanças
 06.02 - Encargos Gerais do Município
 28.843.0000.0.100 - Amortização da Dívida Interna Fundada
 3.2.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0200 (39) R\$ 11.000,00

07.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
 07.01. - Educação Geral
 12.361.0006.2.011 - Manutenção do Ensino Fundamental
 3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.3.0200 (260) R\$ 100.000,00

Total R\$ 161.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta da anulação das seguintes dotações:

05.00 - Secretaria de Administração e Planejamento
 05.01 - Secretaria de Administração e Planejamento
 04.122.0002.2.005 - Manutenção da Secretaria de Administração e Planejamento
 3.1.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0200 (18) R\$ 50.000,00

06.00 - Secretaria de Finanças
 06.02 - Encargos Gerais do Município
 28.843.0000.0.100 - Amortização da Dívida Interna Fundada
 4.6.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0200 (40) R\$ 11.000,00

07.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
 07.01. - Educação Geral
 12.361.0006.2.011 - Manutenção do Ensino Fundamental
 4.4.90.00 - Aplicações Diretas 0.3.0200 (264) R\$ 100.000,00

Total R\$ 161.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito. Fraiburgo, 13 de Junho de 2011.
 NELMAR PINZ
 Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
 Secretário de Administração e Planejamento

Decreto Nº 0170/2011

DECRETO Nº 0170, DE 13 DE JUNHO DE 2011.
 DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2084, de 09 de Dezembro de 2010;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Fraiburgo para o exercício de 2011 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), nas seguintes dotações:

08.00 - Secretaria de Saúde
 08.01 - Fundo Municipal de Saúde
 10.301.0016.2.032 - Manutenção da Atenção Básica
 3.1.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0403 (05) R\$ 200.000,00

10.301.0017.2.038 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
 3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0200 (46) R\$ 200.000,00

Total R\$ 400.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta da anulação das seguintes dotações:

08.00 - Secretaria de Saúde
 08.01 - Fundo Municipal de Saúde
 10.301.0016.2.032 - Manutenção da Atenção Básica
 3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0403 (09) R\$ 200.000,00

10.301.0017.2.038 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
 3.1.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0200 (40) R\$ 200.000,00

Total R\$ 400.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito. Fraiburgo, 13 de Junho de 2011.
 NELMAR PINZ
 Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
 Secretário de Administração e Planejamento

Decreto Nº 0171/2011

DECRETO Nº 0171, DE 13 DE JUNHO DE 2011.
 DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 14 da Lei Nº 2084, de 09 de Dezembro de 2010;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo para o exercício de 2011 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais), nas seguintes dotações:

07.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
 07.01 - Educação Geral
 12.361.0006.2.011 - Manutenção do Ensino Fundamental
 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0323 (57) R\$ 200.000,00
 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0323 (61) R\$ 100.000,00
 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0323 (64) R\$ 200.000,00

12.361.0006.2.012 - Transporte Escolar do Ensino Fundamental
 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0323 (279) R\$ 100.000,00

12.365.0010.2.021 - Manutenção da Educação Infantil
 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0322 (84) R\$ 700.000,00

Total R\$ 1.300.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta do provável excesso a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

4172401 - Transferência dos Recursos do FUNDEB R\$ 1.300.000,00

Total R\$ 1.300.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito. Fraiburgo, 13 de Junho de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Decreto Nº 0172/2011

DECRETO Nº 0172, DE 13 DE JUNHO DE 2011.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2088, de 23 de Fevereiro de 2011;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo para o exercício de 2011 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), nas seguintes dotações:

07.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
07.01 - Educação Geral
12.361.0006.2.013 - Alimentação Escolar do Ensino Fundamental
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.3.0200 (280) R\$ 50.000,00

07.02 - Cultura
13.392.0014.2.030 - Manutenção das Festividades do Município
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.3.0200 (281) R\$ 200.000,00

Total R\$ 250.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Consolidado do Município de Fraiburgo do exercício de 2010, por origem de recurso, em conformidade com o artigo 43, § 1º; inciso I da Lei 4.320/64 e Prejulgado TCE nº. 1794/06.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito. Fraiburgo, 13 de Junho de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Decreto Nº 0173/2011

DECRETO Nº 0173, DE 13 DE JUNHO DE 2011.
DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0005, DE 20 DE MAIO DE 2011, DA AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO E CONVOCA PARA PROVA PRÁTICA.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica divulgada a classificação do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0005, de 20 de maio de 2011, da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo, conforme listas anexas.

Art. 2º. Ficam convocados os candidatos classificados para realização da prova prática, nos termos do Edital n. 0005/2011, nos seguintes dias, locais e horários:

I - CÓDIGO 2 - INSTALADOR HIDRÁULICO:

Data: 21 de junho de 2011 (Terça-Feira).

Horário: 8:15, devendo o candidato chegar ao local com 15 minutos de antecedência, sob pena de desclassificação.

Local: Estação de Tratamento de Água da Sanefrai - Rua Juscelino Kubitschek, n. 170, Santo Antonio, Fraiburgo, SC.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Fraiburgo, SC., 13 de Junho de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Anexo Decreto Nº 0173/2011 - Código 1

Estado de Santa Catarina

Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - Sanefrai

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO – ACT Nº 0005 DE 20 DE MAIO DE 2011****Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**Cargo: **Agente Operacional** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**Código: **1** Área de Atuação: **Geral**Disciplina: **Agente Operacional*****Crítérios de Desempate***

1º 2º 3º 4º 5º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Prova Prática	Cursos Atualiz.	Tempo Serviço	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	3	SIDNEI LEMOS	0	0	0	0	0	NÃO	25/2/1989
2	6	RODRIGO PIROLI	0	0	0	0	0	NÃO	26/3/1990
3	2	CRISTIANO CORREA	0	0	0	0	0	NÃO	5/6/1990
4	5	EZEQUIEL RODRIGUES LOPES DE SOUZA	0	0	0	0	0	NÃO	15/10/1992

Anexo Decreto Nº 0173/2011 - Código 2

Estado de Santa Catarina
Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - Sanefrai

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO – ACT Nº 0005 DE 20 DE MAIO DE 2011**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Instalador Hidráulico** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**
Código: **2** Área de Atuação: **Geral**
Disciplina: **Instalador Hidráulico**

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Prova Prática	1º	2º	3º	4º	5º
					Cursos Atualiz.	Tempo Serviço	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	1	LEANDRO FOGAÇA DA ROCHA	5	0	0	0	0	NÃO	29/7/1997
2	7	ALEXSANDRO DA SILVA	2	0	0	0	0	NÃO	3/8/1988
3	4	JOÃO CARLOS DE SOUZA	0	0	0	0	1	NÃO	1/9/1981

Portaria Nº 1308/2011

PORTARIA N.º 1.308 DE 13 DE JUNHO DE 2011.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n. 0022 de 05 de novembro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando que foi realizada a readaptação da professora ANTONIA SILVANA DOS SANTOS, que está trabalhando como Auxiliar de Professora de Jardim conforme Portaria nº. 0733, de 02 de maio de 2006 - Processo Administrativo nº. 3395/2006;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANDRESSA MATIAS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 049.310.749-52, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 14 de junho de 2011 até 31 de julho de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 13 de junho de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1309/2011

PORTARIA N.º 1.309 DE 13 DE JUNHO DE 2011.

Dispõe sobre a prorrogação da ampliação de carga horária

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar nº 0109, de 03 de março de 2010; e em conformidade com a Lei Complementar nº 0111, de 03 de março de 2011;

Considerando que está substituindo, por 20 horas semanais, a servidora VALEICA CLEIA BAHR DA SILVA, que se encontra afastada em auxílio doença;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a ampliação de carga horária, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora LORENI MARCELINO ALVES SAO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 021.812.809-67, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR GRUPO OCUPACIONAL MAGISTÉRIO, no período de 14 de junho de 2011 até 11 de julho de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 13 de junho de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1310/2011

PORTARIA N.º 1.310 DE 13 DE JUNHO DE 2011.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0005 de 17 de fevereiro de 2011 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando que está substituindo a servidora, HELEDEANE DE MEDEIROS RIBEIRO, que se encontra afastada em Auxílio Doença;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, MAURICIO FRANCISCATO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 079.188.549-69, na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO FÍSICA, com carga horária de 28 horas semanais, no período de 14 de junho de 2011 até 31 de julho de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 13 de junho de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1311/2011

PORTARIA Nº 1.311, DE 13 DE JUNHO DE 2011.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a pedido, a servidora SUELEN PARAVISI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 008.309.729-51, nomeada no cargo de provimento efetivo de PSICÓLOGO, com carga horária de 20 horas semanais, em 13 de junho de 2011.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 13 de junho de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Aviso de Dispensa de Licitação nº 0008/2011 - PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0109/2011 - PMF
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0008/2011

Objeto: Prestação de serviços de planejamento, organização e

execução de Concurso Público para provimento de cargos públicos deste Município de Fraiburgo-SC. Contratada: Fundação de Estudos e Pesquisas Sócio-Econômicos - FEPESE, inscrita no CNPJ sob nº 83.566.299/0001-73; Valor Total do Contrato: R\$ 71.900,00 (setenta e um mil e novecentos reais); Vigência: 13/06/2011 a 31/12/2011; Fundamento legal: Art. 24, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93; Justificativa: Instituição brasileira incumbida de pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências sociais e humanas (conforme se depreende de seu Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ), sem fins lucrativos (conforme se depreende de seu Estatuto Social) já tendo realizado vários certames a diversos órgãos e instituições, tais como, CASAN, CELESC, JUDESC, ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, TCE/SC, TRT/SC, BADESC, etc., todos contratada nos termos do dispositivo legal supracitado, sendo portadora inclusive de Atestados de Capacidade Técnica, considerando-a ser entidade com notória qualificação técnica e inquestionável reputação ético-profissional.

Fraiburgo(SC), 13 de junho de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Aviso de Inexigibilidade de Licitação Nº 0022/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0108/2011
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0022/2011-PMF

Objeto: Realização de palestra com o Maestro JOÃO CARLOS MARTINS, que acontecerá no dia 19/07/2011, às 20:00 horas, durante o SEMAD/2011, no Parque da Maçã, nesta cidade; Contratada: ALLEGRO PRODUÇÕES MUSICAIS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 04.534.697/0001-31, a qual detém os direitos para tal contratação; Valor: R\$ 10.000,00 (dez mil reais) à vista, em uma única parcela; Fundamento Legal: Art. 25, inc. III da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Fraiburgo(SC), 10 de junho de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Aviso de Retificação do Pregão Presencial Nº 0009/2011A-RP 004-SF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
AVISO DE RETIFICAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0009/2011A- SF

A Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI torna público que no PAL em epígrafe cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS para aquisições em contratações futuras de Conjuntos de Cerdas para Vassoura do equipamento Bob Cat Modelo S130, de uso da SANEFRAI, nos termos do art. 21, § 4º da Lei nº 8.666/93, foi alterada a descrição do objeto. Desta forma, como tal alteração afetará a formulação das propostas, reabre-se o prazo inicialmente estabelecido, modificando-se também a abertura do certame passando para: Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 09:15 horas do dia 29/06/2011. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra do Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3251 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 13 de junho de 2011.
ADEMIR PEDRO PERIN
Presidente da SANEFRAI

Aviso do Pregão Presencial Nº 0061/2011- RP 29 - PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0061/2011 - PMF
REGISTRO DE PREÇOS 0029/2011

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de materiais de expediente e outros materiais, para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (SANEFRAI, FMS e FME), durante os meses de junho a outubro de 2011. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 14:15 horas do dia 30/06/2011. Abertura: Às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 13 de junho de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA MUNICIPAL

Aviso de Licitação Inexigibilidade de Licitação Nº11/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
AVISO DE LICITAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Garopaba, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, de acordo com o artigo 25 da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, contratou por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Processo nº. 110/2011; IL nº. 11/2011; Contratada: Camillo Produções Artísticas Ltda de CNPJ 07.884.914/0001-01; Objeto: Contratação da apresentação artística pelo artista JOSÉ DANIEL CAMILLO, em artes "DANIEL", que representa com exclusividade, apresentação essa com duração aproximada de 01 (uma) hora e 15 (quinze) minutos. Valor: R\$ 171.570,00 (cento e setenta e um mil quinhentos e setenta reais); Data da Assinatura: 09/06/2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Garuva

PREFEITURA MUNICIPAL

Aviso de Licitação PMG Nº 017/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade : Tomada de Preços para Serviços PMG nº 017/2011

Tipo de julgamento: Menor Preço por Tonelada

Objeto: Contratação de Empresa especializada em serviços de Engenharia Sanitária, para a execução do transbordo, transporte e destinação final em Aterro Sanitário Licenciado, de resíduos sólidos compactáveis, domiciliares e comerciais, produzidos no Município de Garuva.

Entrega e Abertura dos Envelopes: 30/06/2011 às 09:00h.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site www.garuva.sc.gov.br.

Garuva, 10 de junho de 2011.
JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº. 3.323, de 09 de Junho de 2011.

LEI Nº. 3.323, DE 09 DE JUNHO DE 2011.

AMPLIA QUANTIDADE DE VAGAS DE EMPREGO PÚBLICO DISPOSTO NA LEI Nº. 2.942, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2007, PARA O ATENDIMENTO DO PROGRAMA HUMANIZA SUS - CENTRO DE ACOLHIMENTO DE RISCO.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica ampliada a quantidade de vagas dos empregos públicos constantes no Anexo I da Lei nº. 2.942, de 29 de novembro de 2007, conforme exposto abaixo:

EMPREGO PÚBLICO	VAGAS EXISTENTES	VAGAS CRIADAS	TOTAL DE VAGAS
Auxiliar de Serviços Gerais - Limpeza	03	02	05

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, em 09 de junho de 2011.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Lei Nº. 3.324, de 09 de Junho de 2011.

LEI Nº. 3.324, DE 09 DE JUNHO DE 2011.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE GASPAR A EFETUAR O PAGAMENTO DE DESPESAS DECORRENTES DE TRANSFERÊNCIA DE BEM IMÓVEL.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Gaspar autorizado a efetuar o pagamento de despesas decorrentes de transferência de bem imóvel, no valor de até R\$ 3.655,78 (três mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais e setenta e oito centavos).

Parágrafo único. As despesas mencionadas no caput deste artigo têm por escopo regularizar a titularidade do imóvel atualmente descrito na Matrícula nº. 14.522, desmembrado após a desapropriação autorizada pelo Decreto nº. 1.827, de 21 de fevereiro de 2007.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotação consignada na Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, em 09 de junho de 2011.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Portaria Nº 2.468, de 08 de Junho de 2011.

PORTARIA Nº 2.468, DE 08 DE JUNHO DE 2011.

CONCEDE A PEDIDO LICENÇA SEM VENCIMENTO À SERVIDORA MARIA EDUARDA R. SILVEIRA VASSELAI.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a pedido, licença sem vencimento, à servidora MARIA EDUARDA R. SILVEIRA VASSELAI, ocupante do cargo efetivo de Psicóloga, lotada com 30 horas semanais na Secretaria de Educação, por um período 02 (dois) anos, a partir de 13/06/11.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 08 de junho de 2011.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Guaramirim

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato aviso licitacao 63/2011

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão - Registro de Preço 63/2011

Tipo : Menor Preço - por itens

Objeto : LOCAÇÃO DE TENDAS PARA EVENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM.

Entrega dos Envelopes: 29/06/2011 às 09:00h

Abertura dos Envelopes: 29/06/2011 às 09:00h

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, ou pelo fone (47) 3373-0247

Guaramirim (SC), 13/06/2011.
NILSON BYLAARDT
Prefeito Municipal

Herval do Oeste

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 2.867/2011.

LEI Nº 2.867/2011.

AUTORIZA FIRMAR CONVÊNIO PARA REPASSE FINANCEIRO À ENTIDADE QUE ESPECIFICA.

O Prefeito Municipal:

Faço saber a todos os habitantes do Município de Herval d'Oeste (SC), que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI,

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio para repasse financeiro, com a ASSOCIAÇÃO PRÓ TÊNIS DE MESA, inscrita no CNPJ sob o nº 11.087.307/0001-98, sediada na cidade de Herval d'Oeste (SC), destinados ao custeamento de despesas realizadas por esta Associação.

Art. 2º. O Município de Herval d'Oeste (SC) repassará à ASSOCIAÇÃO PRÓ TÊNIS DE MESA a importância de R\$ 13.000,00 (Treze mil reais), em parcela única, após assinatura e publicação do Convênio.

Art. 3º. Fica vinculada ao repasse financeiro à apresentação das Certidões Negativas de Débito Municipal, Estadual, Federal e da União, bem como INSS e FGTS, quando possuírem, cópia do cartão do CNPJ, do Estatuto, da Ata de eleição da atual Diretoria e da RG e CPF do presidente da Associação.

Parágrafo único. Esta entidade deverá prestar contas ao Município, obedecendo aos critérios que serão estabelecidos no Termo de Convênio a ser firmado, os quais estão previstos nas Instruções Normativas Municipais baixadas pelo Controle Interno, sob pena de devolução dos valores recebidos e demais penalidades legais.

Art. 4º. As compras, serviços e alienações a serem realizadas com os recursos ou bens repassados pela municipalidade, deverão ser contratados mediante processo de licitação pública, de acordo com o estabelecido em Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações. § 1º A inviabilidade de adotar o processo estabelecido no "caput" deste artigo deverá ser devidamente justificada pelo dirigente ou autoridade competente.

§ 2º Nas situações de dispensa ou inexigibilidade de licitação, as entidades privadas sem fins lucrativos, observarão o disposto no art. 26 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

§ 3º Nas prestações de contas dos recursos repassados pelo Município a esta entidade, deverá constar cópia do processo licitatório.

Art. 5º. As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta da seguinte programação orçamentária para o exercício financeiro de 2011, aprovado pela Lei Municipal nº 2.837/2010. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES. Função Programática: 06.0604.27.812.0017.2021. Manutenção e obras em ginásios de esportes. Elemento de despesa: 33500000. Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 10 de junho de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito

Lei Nº 2.868/2011.

L E I Nº 2868 /2011

"DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA ENTIDADE QUE ESPECIFICA"

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal,

Faço saber a todos os habitantes do município de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica declarado de UTILIDADE PÚBLICA a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PEQUENO PENSADOR", inscrita no CNPJ nº 04.443.527/0001-41, com sede situada na Rua Nereu Ramos, nº 177 - Bairro Centro, no município de Herval d'Oeste - estado de Santa Catarina.

Art. 2º Ficam assegurados todos os direitos e vantagens previstas na legislação vigente pertinentes à matéria, a entidade supracitada.

Art. 3º Esta LEI entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

Herval d'Oeste - (SC), em 10 de junho de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 597/2011

PORTARIA Nº 597/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONTRATAR, em caráter Temporário e Emergencial, o Senhor SILVIO ROGÉRIO TOZZINI, (Matr. 3357), para exercer as funções do Cargo de Médico - ESF, Nível 14, Letra "A", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, a partir de 10 de junho de 2011 até 09 de setembro de 2011, de conformidade com preceitua a Lei Complementar Nº 0181/2005. Sendo que seu Contrato de Trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 10 de Junho de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA MUNICIPAL

Publicação de Extrato de Dispensa Nº 06/2011 (Saneamento)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO

PROCESSO Nº 07/2011

DISPENSAS Nº 06/2011

Objeto: Recuperação de drenagem pluvial da rua Olavo Bilac - Vila Nova.

Valor Total: R\$ 10.009,52

Empresa: Construvila Ltda..

Fundamento: Artigo 24, I da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 14 de junho de 2011.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Publicação de Extrato de Dispensa Nº 28/2011 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 105/2011

DISPENSA Nº 28/2011

Objeto: Locação de espaço físico para instalação do arquivo público municipal.

Valor Total: R\$ 9.000,00

Empresa: Leandro Alves Zanini.

Fundamento: Artigo 24, X da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 14 de junho de 2011.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Publicação de Extrato de Pregão Presencial Nº 67/2011 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 110/2011

PREGÃO PRESENCIAL Nº 67/2011

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 14:00 horas do dia 28 de junho de 2011, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo maior desconto, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de revisão, manutenção mecânica, elétrica e hidráulica, pintura e funilaria e fornecimento de peças originais de primeira linha ou genuínas para os tratores agrícolas e seus implementos e veículo da secretaria municipal de agricultura e pesca. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 14 de junho de 2011.

MILENE RIBEIRO

Pregoeira Oficial

Publicação de Extrato de Pregão Presencial Nº 68/2011 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 111/2011

PREGÃO PRESENCIAL Nº 68/2011

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 15:00 horas do dia 28 de junho de 2011, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, Contratação de empresa para fornecimento de alimentação escolar para os centros de educação infantil e unidades escolares da rede pública municipal. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de

Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 14 de junho de 2011.

MILENE RIBEIRO

Pregoeira Oficial

Publicação de Extrato de Pregão Presencial Nº 69/2011 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 112/2011

PREGÃO PRESENCIAL Nº 69/2011

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 16:00 horas do dia 28 de junho de 2011, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, Contratação de uma empresa para aquisição de material de EPI - Equipamentos de Proteção Individual. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 14 de junho de 2011.

MILENE RIBEIRO

Pregoeira Oficial

CÂMARA DE VEREADORES

Portaria CMI nº 047/2011

PORTARIA CMI nº 047/2011

"Nomeia JULIO CESAR PAMATO DEMETRI para exercer o Cargo em Comissão de Assessor Parlamentar

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, RESOLVE: Nomear, a partir do dia 10 de junho de 2011, o Sr. JULIO CESAR PAMATO DEMETRI, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade com Registro Geral nº 4067916 SSP/SC, inscrito no CPF nº 288.303.269-68, residente e domiciliado na Rua Hans Dieter Schmidt, 396, Vila Nova, neste Município, para exercer o Cargo em Comissão de Assessor Parlamentar.

Imbituba, 10 de junho de 2011.

ROBERTO DE FARIAS PIRES

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 10/06/2011.

ALINE FURTUNATO NUNES FIGUEIREDO

Secretária Administrativa

Portaria CMI nº 048/2011

PORTARIA CMI nº 048/2011

"Exonera, a pedido, CHIRLEY DE MIRANDA PILON CARVALHO do Emprego Público de Analista Legislativo"

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de

suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, RESOLVE:

Exonerar, a pedido, com dispensa do cumprimento de aviso prévio, a servidora Chirley de Miranda Pilon Carvalho, brasileira, solteira, RG nº 3.093.482 SSP/SC, CPF nº 016.652.509-09, residente e domiciliada neste Município de Ibituba, do Emprego Público de Analista Legislativo, aprovada em concurso público nos termos do Edital nº 01/2006, de 16 de fevereiro de 2006, nomeada através da Portaria CMI nº 034/2007, de 03 de setembro de 2007.

Ibituba, 10 de junho de 2011.

ROGBERTO DE FARIAS PIRES

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Ibituba em 10/06/2011.

ALINE FURTUNATO NUNES FIGUEIREDO

Secretária Administrativa

Iomerê

PREFEITURA MUNICIPAL

Edital de Tomada de Preços Nº 0002/2011 - FMS

Fundo Municipal da Saúde

Edital de Tomada de Preços 0002/2011

O Gestor do Fundo Municipal da Saúde, torna público a realização de Tomada de Preços para Serviços Médicos de Ginecologia e Obstetrícia. A abertura das propostas se dará no dia 29/06/2011 às 09:15h na sede da Prefeitura Municipal.

Cópia do Edital ou mais informações podem ser adquiridos no site: www.iomere.sc.gov.br, ou pelo fone (49) 3539-6000

Iomerê, 13 de junho de 2011.

SOLANGE DE BORTOLI BEAL

Gestor

Irineópolis

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria N º 194/2011

PORTARIA N º 194/2011

CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001 e amparado no que dispõe o Art. 2º, § 1º, da Lei Complementar n º. 013/03, de 25/06/2003 com redação dada pelas Leis Complementares n º s 019/04, 022/05 e 040/2008,

R E S O L V E :

CONTRATAR, IVONETE FURST, nascida em 28/01/1985, portadora

do CPF n º 041.750.929-43, RG. n º 12.589.518-2, SESP/PR, para no período de 01/06/2011 a 20/12/2011, exercer as atividades de Professora ACT habilitada (10h/sem), conforme aprovação em Teste Seletivo n º 002/2010, homologado em 21/01/2011 e Contrato de Trabalho Temporário nº 043/2011, em substituição a professora efetiva SONIA MARA MORAES SAGAZ que esta desenvolvendo suas atividades junto a Secretaria Municipal de Educação como Diretora do Departamento Ensino Fundamental.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 01 de junho de 2011.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal.

MARLEM MARQUES DAL LAGO

Secretária Municipal da Educação.

Portaria N º 195/2011

PORTARIA N º 195/2011

EXONERA SERVIDORA EFETIVA Á PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o item VII e IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º. 007/2001 de 15/10/2001,

R E S O L V E :

Exonerar a pedido, a servidora DEBORAH DAUM MACHADO FRITZEN ocupante do cargo de Assistente de Educação (44h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal de Irineópolis, para o qual foi nomeada através da Portaria n º 021/2011 de 24/01/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 01 de junho de 2011.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal.

Portaria N º 196/2011

PORTARIA N º 196/2011

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e no disposto no Título II - Capítulo III seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

PRORROGAR, os efeitos da Portaria 062/2011 de 10/02/2011, que Contrata em caráter Temporário a servidora ANA LUIZA DAMARIS NIGRIN, nascida em 13/10/1986, portadora do CPF n º 064.827.369-55, RG. n º 4.917.483-5, SESP/SC, para no período de 02/06/2011 a 29/08/2011, exercer as atividades de Professora ACT (40h/sem), conforme aprovação em Teste Seletivo da Secretaria Municipal da Educação Edital n º 005/2010, homologado em 01/02/2011, em substituição a servidora efetiva DENISE DE FATIMA PIECHARSKI BRAGA que se encontra em gozo de Licença a título de Prêmio por Assiduidade.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 02 de junho de 2011.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal.

MARLEM MARQUES DAL LAGO
Secretária Municipal da Educação.

Portaria N º 198/2011

PORTARIA N º 198/2011

CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001 e amparado no que dispõe o Art. 2º, § 1º, da Lei Complementar n º. 013/03, de 25/06/2003 com redação dada pelas Leis Complementares n º s 019/04, 022/05 e 040/2008,

R E S O L V E :

CONTRATAR ELIANE APARECIDA NICOLUZI, nascida em 28/10/1968, portadora do CPF n º 607.159.529-00, RG. n º 1.793.074-0, SESP/SC, para no período de 06/06/2011 à 31/08/2011, para exercer as atividades de Professora ACT (40h/sem), conforme aprovação em Teste Seletivo da Secretaria Municipal da Educação Edital n º 002/2011, homologado em 11/02/2011, e Contrato de Trabalho Temporário nº 042/2011, para atuar junto ao reforço escolar no N. E. Presidente Adolfo Konder.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 06 de junho de 2011.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal.

MARLEM MARQUES DAL LAGO
Secretária Municipal da Educação.

Portaria N º 201/2011

PORTARIA N º 201/2011

REDUZ E PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e no disposto no Título II - Capítulo III seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

REDUZ E PRORROGA os efeitos da Portaria 102/2011 de 01/03/2011, que Contrata em caráter Temporário a servidora MARGARETE BORTNIK, nascida em 02/09/1977, portadora do CPF n º 004.248.679-31, RG. n º 3.611.042-6, SESP/SC, para no período de 07/06/2011 à 05/09/2011, exercer as atividades de Professora ACT (20h/sem), conforme aprovação em Teste Seletivo da Secretaria Municipal da Educação Edital n º 002/2011, homologado em 11/02/2011, em substituição a professora efetiva ROMILDA BAUM que se encontra em gozo de Licença a título de Prêmio por Assiduidade.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 07 de junho de 2011.

WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal.

MARLEM MARQUES DAL LAGO
Secretária Municipal da Educação.

Portaria N º 203/2011

PORTARIA N º 203/2011

EXONERA SERVIDOR EFETIVO Á PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o item VII e IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º. 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Exonerar a pedido, em data de 14/06/2011, o servidor CRISTHIANO DANIEL FRITZEN, ocupante do cargo de médico veterinário (44h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal de Irineópolis, para o qual foi nomeado através da Portaria n º 020/2010 de 01/02/2010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 08 de junho de 2011.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal.

Portaria N º. 188/2011.

PORTARIA N º. 188/2011.

DELEGA COMPETÊNCIA PARA A DIREÇÃO DE VEÍCULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

DELEGAR ao servidor SAMUEL GRAEFF ocupante do Coordenador de Informática, portadora da CNH Registro nº 04675616261, categoria AB, competência para dirigir os veículos de propriedade e responsabilidade da Secretaria Municipal da Educação, durante o desempenho de suas atividades funcionais.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 31 de maio de 2011.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal.

Portaria N º. 191/2011.

PORTARIA N º. 191/2011.

"CONCEDE LICENÇA A TÍTULO DE PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX do artigo

65 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Conceder Licença a Título de Prêmio por Assiduidade, no período de 01/06/2011 a 29/08/2011, a servidora efetiva DENISE DE FATIMA PIECHARSKI BRAGA ocupante do cargo de Professora (40h/sem), conforme Requerimento nº033/2011 de 11/02/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 01 de junho de 2011.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal.

Portaria N.º. 192/2011.

PORTARIA N.º. 192/2011.

"CONCEDE LICENÇA A TÍTULO DE PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Conceder, Licença a Título de Prêmio por Assiduidade, no período de 01/06/2011 a 30/06/2011, a servidora efetiva CLEUZA MARIA IACHINESKI ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais (44h/sem).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 01 de junho de 2011.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal.

Portaria N.º. 193/2011.

PORTARIA N.º. 193/2011.

"CONCEDE LICENÇA A TÍTULO DE PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Conceder Licença a Título de Prêmio por Assiduidade, no período de 01/06/2011 a 29/08/2011, ao servidor efetivo CIRO ALVES ocupante do cargo de Operador de Equipamentos (44h/sem), conforme Requerimento nº055/2011 de 17/05/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 01 de junho de 2011.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal.

Portaria N.º. 197/2011

PORTARIA N.º. 197/2011

NOMEIA SERVIDORA EM CARÁTER EFETIVO E DÁ OUTRAS

PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

NOMEAR, sob o Regime de Trabalho Estatutário, NILCE GREGÓRIO, nascida em 19/08/1964, portadora do CPF n.º 579.528.509-97, RG. n.º 18/R 1.794.864 SSP/SC, para exercer o cargo de Assistente de Educação (44h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal de Irineópolis, conforme aprovação em Concurso Público n.º 001/2010, homologado em 14/05/2010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 06 de junho de 2011.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal.

MARLEM MARQUES DAL LAGO

Secretária Municipal da Educação.

Portaria N.º. 199/2011.

PORTARIA N.º. 199/2011.

"CONCEDE LICENÇA A TÍTULO DE PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Conceder, a servidora efetiva ROMILDA BAUM ocupante do cargo de Professora (40h/sem), Licença a Título de Prêmio por Assiduidade que tem direito sobre 20h/sem, no período de 07/06/2011 a 05/09/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 07 de junho de 2011.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal.

Portaria N.º. 200/2011.

PORTARIA N.º. 200/2011.

"CONCEDE LICENÇA A TÍTULO DE PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Conceder Licença a Título de Prêmio por Assiduidade, no período de 13/06/2011 a 10/09/2011, a servidora efetiva CLARICE MI-CHAHOUSKI ocupante do cargo de Atendente de Creche (44h/sem).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 07 de junho de 2011.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal.

Portaria N.º. 202/2011.

PORTARIA N.º. 202/2011.

"CONCEDE LICENÇA A TÍTULO DE PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Conceder Licença a Título de Prêmio por Assiduidade, no período de 08/06/2011 a 30/06/2011, ao servidor efetivo CARLOS FERREIRA DE SOUZA ocupante do cargo de Condutor de Balsa (44h/sem).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 08 de junho de 2011.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal.

Portaria Nº. 190/2011

PORTARIA Nº. 190/2011

ALTERA CARGA HORÁRIA DE SERVIDORA MUNICIPAL EM CARÁTER EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65, INCISOS VII e IX da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II - Capítulo III seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1º - ALTERAR, a carga horária do Contrato de Trabalho Efetivo da Servidora FRANCIELI MARIA KNOLL, ocupante do cargo de Nutricionista, passando de 22 para 44 horas semanais, percebendo os vencimentos previstos em Lei, conforme aprovação em Concurso Público n.º 001/2005, homologado em 14/02/2006.

Art 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 01 de junho de 2011.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal

Itapoá

PREFEITURA MUNICIPAL

Ata de Sessão Publica de Licitação - Pregão Nº 18/2011

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL 18/2011
REGISTRO DE PREÇO Nº 16/2011
PROCESSO 44/2011

Ao décimo dia do mês de junho de dois mil e onze, às 09h30min, na sede da Prefeitura Municipal de Itapoá/SC, reuniram-se a Pregoeira Oficial do Município, Sra. FERNANDA CRISTINA ROSA conforme Decreto nº 1108/2010, e a Equipe de apoio, composta por Isabela Raíck Dutra Pohl e Jackson Alves de Assunção conforme Decreto nº 1299/2011, para os procedimentos inerentes a Sessão de Pregão em epígrafe, conforme respectivo Edital e seus anexos. A Pregoeira deu início a sessão esclarecendo aos presentes o que segue:

1. Primeiramente que se registra-se em ata todas as empresas que compraram o edital, foram elas:

EMPRESA	CNPJ/MF
BATISTA SERVIÇOS PAISAGÍSTICOS LTDA-ME	02.818.088/0001-89
ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA	79.283.065/0001-41
DOCA CASA E JARDIM LTDA-ME	82.887.829/0001-12
ECSAM SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA	03.505.277/0001-64
DENER MATIOLE ANTONIO & CIA LTDA	10.718.201/0001-82
EMPREITEIRA AMARANTE	04.802.136/0001-76
R.N. DINA & CIA LTDA	10.665.811/0001-65
WE EMPREITEIRA	11.128.561/0001-97
COMPLETA REPRESENTAÇÃO LTDA-ME	08.597.266/0001-15

2. Realizou-se o credenciamento do representante presente, a saber:

1 - Empresa:	ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA
CNPJ:	79.283.065/0001-41
Representante:	Cassio Angelo Frassom Sanchez
CPF:	504.440.429-20
Horário:	08H:13M
Protocolo:	350

3. Iniciado a fase de credenciamento analisados os documentos foi achado conforme.

4. Em seguida foi aberto o envelope de proposta da empresa credenciada que vista por todos os presentes foi achada conforme, e anunciado seu valor em voz alta.

5. Dando seguimento ao certame passou-se a fase de lances, e da fase de lance chegou ao seguinte resultado:

Lote	Descrição do Serviço	Quant.	Valor Unitário	Valor Negociado	Valor Total
1	Alta temporada	15.820 horas			
2	Baixa temporada	20.844 horas	R\$ 17,43	R\$ 17,41	R\$ 638.320,24
Total Previsto		36.664 horas			

6. Foi observado pela pregoeira que o valor orçado pela Secretaria de Obras e Serviços Públicos era de R\$ 639.053,52 (seiscentos e trinta e nove mil e cinquenta e três reais e cinquenta e dois centavos), para o total da licitação.

7. A pregoeira e os membros da equipe de apoio solicitaram ao representante da empresa licitante que baixassem um pouco mais o valor, e o representante alegou que na baixa temporada o valor ofertado como máximo esta abaixo do mínimo necessário para execução dos serviços, o que impossibilita um desconto maior, e

que conseguiria amenizar a situação com o valor da alta temporária insistindo em manter o preço.

8. E em virtude o valor alcançado estar abaixo do máximo estipulado em edital a Pregoeira aceitou o preço.

9. A seguir foram abertos o envelope de habilitação da empresa vencedora da fase de lances, que vistado por todos os presentes foi achado conforme.

10. Na sequência a pregoeira solitou ao representante da empresa se havia alguma manifestação de recurso, e o mesmo declinou do direito de recurso.

11. Nada mais havendo, digno de nota, encerra-se a presente que vai assinada por todos os presentes.

Encerramento às 10h55m. Itapoá, 10 de junho de 2011.

FERNANDA CRISTINA ROSA
Pregoeira Oficial

JACKSON ALVES DE ASSUNÇÃO
Membro

ISABELA RAICIK DUTRA POHL
Membro

Licitantes:

EMPRESA: ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA
Cassio Angelo Frassom Sanchez

Extrato da ata Nº18 limpeza de ruas

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 36/2011

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2011

REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2011

PROCESSO Nº 44/2011

Contratante: Município de Itapoá-SC;

Contratado: ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, com sede á Rua Dona Leopoldina, nº 26, Bairro: Centro, na cidade de Joinville/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 79.283.065/0001-41 e Inscrição Estadual n.º 251.310.469.

Licitação: Pregão nº 18/2011, Registro de Preços nº 16/2011 - Processo Nº 44/2011;

Objeto: Prestação de serviços de limpeza e conservação de vias públicas e espaços públicos.

Valor total: R\$ 638.320,24 (seiscentos e trinta e oito mil trezentos e vinte reais e vinte e quatro centavos).

Data da assinatura: 13/06/2011;

Data vigência contratual: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação, previsto no art. 15, § 3º inciso III da Lei 8.666/93, Art. 4º do Decreto Federal nº 3.931/2001, acórdão nº 991/2009-TCU

Itapoá, 13 de junho de 2011.

ERVINO SPERANDIO
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 42/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 42/2011

Contratante: Município de Itapoá-SC;

Contratada: TRANSPORTE & TURISMO SANTO ANTÔNIO LTDA, com sede á Rua Avenida Santos Dumont, nº 450, Bairro: Santo Antônio, na cidade de Joinville/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 84.697.051/0001-04 e Inscrição Estadual n.º 251.799.786.

Licitação: INEXIGIBILIDADE Nº 005/2011, PROCESSO Nº 046/2011;

Objeto: Aquisição de até 32 (trinta e duas) passagens intermunicipais, para o transporte de até 16 (dezesseis) alunos universitários, atendendo a 22 (vinte e dois) dias mensais, no trajeto Itapoá/Joinville/Itapoá-SC, no período noturno de segunda a sexta-feira, via BR 101.

Valor total: R\$: 74.560,64 (setenta e quatro mil, quinhentos e sessenta reais e sessenta e quatro centavos);

Orçamento: Órgão 08 - Secretaria de Educação, Unidade 01 - Departamento Educação, Projeto/Atividade: 2.031 - Transporte Universitário, Aplicação direta: 63, Elemento: 3.3.90, Subelemento: 3.3.90.39.99 - Outros Serviços de Terceiros, Vínculo: 14200;

Órgão 08 - Secretaria de Educação, Unidade 01 - Departamento Educação, Projeto/Atividade: 2.143 - Transporte Universitário, Aplicação direta: 64, Elemento: 3.3.90, Subelemento: 3.3.90.39.99 - Outros Serviços de Terceiros, Vínculo: 10000;

Data da assinatura: 01/06/2011;

Data vigência contratual: Os serviços objeto deste contrato deverão ser fornecidos no período de 01 de junho de 2011 até 31 de dezembro de 2011.

Itapoá, 01 de junho de 2011.

ERVINO SPERANDIO
Prefeito Municipal

Termo Aditivo N.º 22/2011

TERMO ADITIVO N.º 22/2011 QUE VISA PRORROGAR O CONTRATO ADMINISTRATIVO DE CONCESSÃO PARA EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO E RURAL E CONCESSÃO PARA CONSTRUÇÃO DE TERMINAL RODOVIÁRIO DE ITAPOÁ/SC. (2º aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N.º 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Perpétuo Socorro n.º 430, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pela Diretora de gabinete Sra. VERA LUCIA EGGERT DA MAIA, portadora do CNPF/MF nº: 637.008.169-87, e do C.I. RG nº 2.194.021 SSP/SC, matrícula nº 5289-2, e pelo Prefeito Municipal ERVINO SPERANDIO, brasileiro, divorciado, portador do CI.RG nº 81.1881-7 SSP/PR e CNPF/MF nº 028.559.099-53, residente e domiciliado à Ana Maria Rodrigues de Freitas, s/nº, nesta cidade, e, de outro a Empresa TRANSITA TRANSPORTE ITAPOÁ TURISMO E ALUGUEL LTDA, com sede na Rua Falcão, 452, na cidade de Caraguatatuba/SP, inscrita n.º CNPJ/MF sob n.º 04.632.523/0001-01, com filial a Avenida José Pacheco da Silva, s/n, Itapema do Norte, município de Itapoá/SC, neste ato representada por seu sócio-gerente GILVAN FERREIRA DA SILVA, portador do CNPF / MF sob n.º 103.259.588-40 e RGº sob n.º 20765936, doravante denominado CONTRATADO (A), ajustam a Concessão para exploração do serviço de Transporte Coletivo Urbano e Rural e Concessão para Construção de Terminal Rodoviário de Itapoá/SC, em conformidade com o processo Concorrência nº 01/1999, de acordo com a Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94, e Lei nº 8.987/1995 em cumprimento as normas contidas no código de posturas, e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA -

O presente termo visa prorrogar a vigência do contrato administrativo de concessão pública para exploração do serviço de Transporte Coletivo Urbano e Rural e Concessão para Construção de Terminal Rodoviário de Itapoá/SC, em 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir do dia 09/06/2011, conforme disposições da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA -

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato administrativo de concessão pública para exploração do serviço de Transporte Coletivo Urbano e Rural e Concessão para Construção de Terminal Rodoviário de Itapoá/SC, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Prorrogação.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Prorrogação ao Instrumento de contrato administrativo de concessão pública para exploração do serviço de Transporte Coletivo Urbano e Rural e Concessão para Construção de Terminal Rodoviário de Itapoá/SC, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 06 de junho de 2011.

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ
ERVINO SPERANDIO
Prefeito Municipal CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ
VERA LUCIA EGGERT DA MAIA
Diretora de Gabinete
Contratante

Contratado
TRANSITA TRANSPORTE ITAPOÁ
TURISMO E ALUGUEL LTDA
GILVAN FERREIRA DA SILVA

Testemunhas:

Nome:
CNPJ/MF:
Nome :
CPF/MF:

Termo Aditivo N.º 23/2011 Que Visa Prorrogar o Contrato Administrativo N.º 28/2011.

TERMO ADITIVO N.º 23/2011 QUE VISA PRORROGAR O CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 28/2011.
(1º aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N.º 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Perpétuo Socorro n.º 430, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pela Secretária de Educação, a Sra. VALCI TEREZINHA DE SOUZA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº: 533.363.309-63 e portadora do CI.RG: 1.096.182 /SC pelo Prefeito Municipal ERVINO SPERANDIO, brasileiro, divorciado, portador do RG nº 81.1881-7 SSP/PR e CNPJ/MF nº 028.559.099-53, residente e domiciliado à Ana Maria Rodrigues de Freitas, s/nº, nesta cidade, e, de outro lado a Empresa TRANSITA TRANSPORTE ITAPOÁ TURISMO E ALUGUEL LTDA, com sede na Rua Falcão, 452, na cidade de Caraguatuba/SP, inscrita n.º CNPJ/MF sob n.º 04.632.523/0001-01, com filial a Avenida José Pacheco da Silva, s/n, Itapema do Norte, município de Itapoá/SC, neste ato representada por seu sócio-gerente GILVAN FERREIRA DA SILVA, portador do CNPJ / MF sob n.º 103.259.588-40 e RGº sob n.º 20765936, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo aditivo a Contratação para a aquisição de Passe Escolar para alunos da Rede Municipal e Estadual de ensino, e em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade INEXIGIBILIDADE Nº 002/2011, PROCESSO N.º 018/2011, de acordo com a Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente termo visa prorrogar o prazo de vigência do contrato administrativo n.º 28/2011 em 06 (seis) meses, contados a partir de 09 de junho de 2011, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

CLÁUSULA SEGUNDA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de n.º 28/2011, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo n.º 28/2011, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 09 de junho de 2011.

Contratante
ERVINO SPERANDIO
Prefeito Municipal
MUNICIPIO DE ITAPOÁ

Contratante
VALCI TEREZINHA DE SOUZA
Secretária de Educação

Contratado
TRANSITA TRANSPORTE ITAPOÁ
TURISMO E ALUGUEL LTDA
GILVAN FERREIRA DA SILVA

Testemunhas:
Nome:
CNPJ/MF:
Nome :
CPF/MF:

Joaçaba

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 4.109 de 10 de Junho de 2011.

LEI Nº 4.109 DE 10 DE JUNHO DE 2011.
DISPÕE SOBRE REVISÃO GERAL ANUAL E REAJUSTE SALARIAL DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

L E I :

Art. 1º É concedido, aos Servidores Públicos do Município de Joaçaba(SC), revisão geral anual e reajuste salarial incidente sobre os vencimentos e funções gratificadas, a partir de 01 de maio de 2011, na seguinte forma:

I revisão geral anual na ordem de 6,31% (Seis vírgula trinta e um por cento), conforme variação do INPC do período de Maio/10 à Abril/11, sobre os vencimentos e funções gratificadas

dos servidores de que trata a Lei Complementar nº 77 de 11 de dezembro de 2003, respectivos Anexos, a Lei Complementar nº 80 de 12 de março de 2004 e alterações, inativos e pensionistas regidos pela Lei Complementar nº 099 de 24 de junho de 2005, Lei Complementar 94 de 04 de março de 2005; Lei Complementar 101/2005 e alterações; Lei Complementar 119/2006 e alterações; Lei Complementar 140/2007 e alterações; Lei Complementar 145/2007 e alterações; Lei Complementar 147/2007 e alterações; Lei Complementar 173/2009 e alterações; sobre os vencimentos dos agentes políticos de que trata a Lei nº 3.716 de 17 de dezembro de 2007;

II revisão geral anual na ordem de 6,31% (Seis vírgula trinta e um por cento), sobre os vencimentos dos servidores do SIMAE, regidos pela Lei Complementar nº 193/2010.

III revisão geral anual na ordem de 6,31% (Seis vírgula trinta e um por cento), sobre os vencimentos dos servidores efetivos, e proventos dos cargos em comissão do Quadro Geral da Câmara de Vereadores;

IV reajuste na ordem de 0,69% (zero vírgula sessenta e nove por cento) sobre o vencimento dos servidores públicos municipais da Prefeitura já relacionados no inciso I, exceto agentes políticos de que trata a Lei nº 3.716/2007 e Lei Complementar 173/2009, SIMAE, inativos e pensionistas com direito à paridade, e servidores públicos municipais da Câmara de Vereadores.

Parágrafo único - A revisão geral anual e o reajuste de que trata a presente Lei não incidirá sobre os vencimentos dos servidores do magistério, inclusive inativos e pensionistas, que foram contemplados com acréscimo da remuneração mediante a implementação do piso dos servidores do Magistério Público Municipal pela Lei Complementar nº 184/2009, cuja revisão ocorreu em fevereiro de 2011 na ordem de 15,84% conforme determinação do MEC.

Art. 2º Fica revisado em 7% (sete por cento) o valor da remuneração de referência para concessão do auxílio alimentação de que trata o art. 1º, §2º da Lei nº 4.025/2010.

Art. 3º As despesas provenientes da execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de maio de 2011.

Joaçaba, SC, em 10 de junho de 2011.
RAFAEL LASKE
Prefeito

Lei Nº 4.110 de 10 de Junho de 2011.

LEI Nº 4.110 DE 10 DE JUNHO DE 2011.

"AUTORIZA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

L E I :

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a executar, através da Secretaria de Infraestrutura, serviços de colocação de dois mil metros cúbicos de cascalho no imóvel em que está sediada a Empresa Madeireira Rio do Peixe Ltda, registrado sob a Matrícula nº 26.814 do Registro de Imóveis 1º Ofício, situado na Linha Santa Clara Baixa, no Município de Joaçaba.

Art. 2º Para a execução dos serviços previstos no art. 1º desta Lei serão disponibilizados 03 (três) caminhões e 01 (uma) escavadeira hidráulica.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do Orçamento vigente.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba(SC), em 10 de junho de 2011.
RAFAEL LASKE
Prefeito

Lei Nº 4.112 de 10 de Junho de 2011.

LEI Nº 4.112 DE 10 DE JUNHO DE 2011.

"AUTORIZA PROMOVER O REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS A ENTIDADE QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

L E I :

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a promover o repasse de recursos financeiros em parcela única, às entidades a seguir identificadas, provenientes da campanha de restituição do imposto de Renda "Tributo à Cidadania" depositados na conta do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, destinado ao pagamento de despesas da entidade, em conformidade com projeto aprovado junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

Entidade	Valor
CRECHE IRMÃ SHEILA / CNPJ 75.434.662/0001-79	R\$ 14.928,36
ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE / CNPJ 82.780.396/00001-00	R\$ 14.640,00

Art. 2º A prestação de contas deverá acontecer no prazo de até 90 (noventa) dias, contados do recebimento.

Art. 3º As despesas provenientes da execução desta Lei, correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba(SC), em 10 de junho de 2011.
RAFAEL LASKE
Prefeito

Extrato Homologação PP 30/2011/PMJ - PL 59/2011/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 59/2011/PMJ

O Prefeito de Joaçaba, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 59/2011/PMJ,
- Modalidade: PP 30/2011/PMJ.

Objeto: Contratação de seguros destinados aos veículos da frota municipal e dos cedidos ao Município por outros órgãos da Administração Direta, Autárquica ou Fundacional de outros entes do Governo, exceto os pertencentes aos Fundos, Autarquias e Fundações, pelo período de 12 (doze) meses.

- Empresa Vencedora:

PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais).

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 10 de junho de 2011.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Extrato do Contrato Nº 571/2010-TA-01/2011

EXTRATO DO CONTRATO Nº 571/2010-TA-01/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

CONTRATADA: LLN CONSULTORIA GOVERNAMENTAL LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 571/2010, firmado em 08 de junho de 2010, proveniente do Processo de Licitação nº 30/2010 - Edital TP nº 03/2010, homologado em 08/06/2010, cujo objeto é o qual é a prestação, pela CONTRATADA, de serviços técnicos especializados de assessoria e/ou consultoria contábil aplicada ao setor público, treinamento, capacitação, acompanhamento e orientação nas áreas financeira, orçamentária, contábil, patrimonial e administrativa, inclusive na gestão de pessoas, aos servidores e responsáveis pela administração pública da entidade, de forma a atender as normas legais que regem a matéria, incluindo a Constituição Federal, Lei Complementar nº 101/2000-LRF, Lei nº 4.320/64, Lei nº 8.666/93 e atualizações, Normas do Conselho Federal de Contabilidade, Portarias Interministeriais e Portarias complementares que dispõem sobre Finanças Públicas e normas gerais de consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, Estados e Municípios, indispensáveis ao bom desempenho das atividades de execução e de gestão de recursos públicos, onde se ADITA a CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO, DOS PRAZOS, CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO, DA ACEITAÇÃO E DO CONTROLE DE QUALIDADE - CLÁUSULA PRIMEIRA - CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO, DOS PRAZOS, CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO, DA ACEITAÇÃO E DO CONTROLE DE QUALIDADE - A vigência do contrato original fica prorrogada por 12 meses, a contar de 08 de junho de 2011, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93. CLÁUSULA SEGUNDA - As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas. Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer foro que lhe possa ser mais favorável. E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

DATA ASSINATURA: 06/06/2011

Homologação das Inscrições Edital 001/2011 da Sec. Municipal de Saúde

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO DE EDITAL Nº 001/2011 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE JOAÇABA (SC)

RAFAEL LASKE, Prefeito Municipal de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do presente documento, apresenta a homologação das inscrições dos candidatos inscritos às provas do Processo Seletivo n.º 001/2011, da Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba (SC).

Art. 1º - Ficam homologadas as inscrições dos candidatos inscritos para o Processo Seletivo n.º 001/2011, da Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba (SC), ao(s) seguinte(s) emprego(s) conforme situação descrita:

TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Nº da Inscrição	Candidato(a)	Situação da Inscrição
05-A	Tatiane Ferrari	Homologada
11	Francieli Grisa	Homologada
14	Rogério Cesar Horácio	Homologada
23	Ursula Gonçalves Viegas	Homologada
24	Elizabete Simone Bof	Homologada
30	Juceli Bonamigo	Homologada
31	Elizandra Fidelis	Homologada
37	Neiva Lucia Ribeiro da Silva	Homologada
44	Maria Francisca Carniel	Homologada
40	Maria Celia Ferreira da Silva Weber	Não homologada. Motivo: não cumpriu o disposto no subitem 2.5.8 do Edital 001/2011

TOTAL DE INSCRITOS: 10 (DEZ)

ENFERMEIRO

Nº da Inscrição	Candidato(a)	Situação da Inscrição
01	Juliana Santos	Homologada
02	Nádia Rubia Heylmann	Homologada
02-A	Jaqueline Cofferi	Homologada
03	Debbie Jéssica Guesser	Homologada
04	Lisiani Rosa Rennau	Homologada
05	Cristina Boff	Homologada
06	Eliciane Rebetchuk	Não homologada. Motivo: não cumpriu o disposto no subitem 2.5.8 do Edital 001/2011
07	Daiana Rossi	Homologada
08	Rubia Toigo Miquelotto	Homologada
08-A	Cristiane Baretta	Não homologada. Motivo: não cumpriu o disposto no subitem 2.5.8 do Edital 001/2011
09	Jusara Fátima das Neves	Homologada
09-A	Angela Aurora Andrin	Homologada
10	Daisa Roman	Homologada
10-A	Jussara Panceri	Homologada
12	Suzan Cristini Milani	Homologada
13	Jucieli Bianchi	Homologada
15	Paula Marco Marchiori	Homologada
16	Aline Caren Schmidt	Homologada
17	Dania Brocardo	Homologada
18	Salete Paris	Homologada
19	Giovana Morais Lanhi	Homologada
20	Tailana Bazzo	Homologada
21	Ester Lima Costa	Homologada
22	Angela Maria Mulinari	Homologada
25	Angela Signori	Homologada
26	Charline Zarpelon	Homologada
27	Claudia Rosalia Dall Agnol	Homologada
28	Aline Belini Balbinot	Homologada

29	Katyane Heck	Homologada
32	Leoni Roseméri Michaut	Homologada
33	Rafaela Sartori	Homologada
34	Marilde Bispo Antunes de Oliveira	Homologada
35	Fernanda Trombetta	Homologada
36	Adriana Galhotto dos Santos	Homologada
38	Daiane Emmerich de Almeida	Homologada
39	Soleni Vanzella	Homologada
41	Aline de Oliveira	Homologada
42	Jenifer Aparecida Geuster	Não homologada. Motivo: não cumpriu o disposto no subitem 2.5.8 do Edital 001/2011
43	Leila Mara Ferreira	Homologada
45	Lediane Lurdes Deon	Homologada

TOTAL DE INSCRITOS: 40 (QUARENTA)

Art. 2º - Do total de 50 (cinquenta) candidatos que compareceram durante o período destinado para inscrições para os empregos relacionados no Edital de Processo Seletivo nº 001/2011 da Secretaria Municipal de Joaçaba (SC), 46 (quarenta e seis) candidatos tiveram as inscrições deferidas por atender aos requisitos exigidos no referido Edital e 04 (quatro) candidatos tiveram a inscrição indeferida, conforme motivo descrito.

Art. 3º - Os candidatos que tiveram suas inscrições indeferidas terão o prazo de 02 (dois) dias úteis, a partir da publicação da presente, para interpor recurso à Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo de Edital nº 001/2011.

Art. 4º - Esta homologação entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Joaçaba (SC), 10 de junho de 2011.

RAFAEL LASKE

Prefeito Municipal

Lei Nº 4.111 de 10 de Junho de 2011.

LEI Nº 4.111 DE 10 DE JUNHO DE 2011.

"AUTORIZA PROMOVER O REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS A ENTIDADE QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

L E I :

Art.1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover o repasse de recursos financeiros ao AUTO MOTO CLUBE JOAÇABA, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), em parcela única, após a publicação desta Lei, destinado à manutenção na sede e na pista de corrida, visando auxiliar na realização da 6ª Etapa do Campeonato Catarinense de Automobilismo programada para os dias 11 a 12 de junho do corrente ano.

Parágrafo único - O valor do recurso financeiro, de que trata o "caput" deste artigo fica vinculado à apresentação de respectiva prestação de contas no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da liberação.

Art. 2º As despesas provenientes da execução desta Lei, correrão por conta da Dotação Orçamentária do Orçamento do exercício financeiro de 2011.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba(SC), em 10 de junho de 2011.

RAFAEL LASKE

Prefeito

SIMAE**Homologação Pregao 0015/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 15/2011 - PR Processo Administrativo: 23/2011 Processo de Licitação: 23/2011 Data do Processo: 03/05/2011
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Diretora Presidente, ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 23/2011
b) Licitação Nr.: 15/2011-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 10/06/2011
e) Data da Adjudicação: 10/06/2011 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO PARA REPOSIÇÃO DE ESTOQUE DO SIMAE NO EXERCÍCIO DE 2011.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>(em Reais R\$)</u> <u>Total dos Itens</u>
- 006011 - AUTOMATIC IND. E COM. DE EQUIP.ELET.LTDA	9	0,0000	2.288,00
- 007245 - FAISCA COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA	24	0,0000	12.782,36
	33		15.070,36

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (26) Saldo: 194.319,60

Joaçaba, 10 de Junho de 2011.

Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

Resumo Contrato JHL 0043/2011

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0043/2011
TERMO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO JHL 0015/2011.
TOMADA DE PREÇOS JHL 0003/2011
LICITAÇÃO 0008/2011
PROTOCOLO Nº 0254/2011

Data: 10/06/2011

Objeto: Acréscimos e Supressões de itens da obra de execução de rede de esgoto em Luzerna.

Contratado: ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA

Valor Total do Contrato: Valor a complementar R\$ 5.263,12

PROGRAMA: 14.01.1052

ELEMENTO: 4.4.90.00.00

Prazo de vigência: INALTERADA

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente do SIMAE.

José Boiteux

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei 868/2011

Lei nº 868/2011, de 08 de junho de 2011.

AUTORIZA HOMOLOGAR TERMO DE CONVÊNIO, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX E A ABAM - ASSOCIAÇÃO BLUMENAUENSE DE AMPARO AOS MENORES.

ALCINO PEREIRA, Prefeito do Município de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de José Boiteux aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica homologado, nos termos em que foi celebrado Termo de Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX E A ABAM - ASSOCIAÇÃO BLUMENAUENSE DE AMPARO AOS MENORES.

Parágrafo Único: O presente convênio tem por objeto a execução de atividades, objetivos, atribuições e finalidades que constam de seu Estatuto Social e Regimento Interno, principalmente o que tange ao atendimento, abrigamento e tratamento de crianças e adolescentes, do sexo feminino e masculino, com idade entre 7 (sete) a 18 (dezoito) anos incompletos, que recebam medida protetiva de abrigo, conforme termo convênio anexo a qual é parte integrante do presente.

Art. 2º Para a cobertura das despesas descritas anteriormente, fica criada a dotação abaixo discriminada:

Órgão : 09 Secretaria da Família e Ação Social
Unidade : 01 Secretaria da Família e Ação Social
Função : 8 Assistência Social
Programa : 1090 Assistência Social
Subfunção : 244 Assistência Comunitária
Recursos : 0.1.0000 Recursos Ordinários
Elemento : 3.3.50.00.00.00.00 (68)
Projeto/Atividade : 2.048 Manutenção da Secretaria de Ação Social
Valor : 24.000,00

Art. 3º Para a suplementação da dotação constante no artigo anterior fica anulada a dotação abaixo discriminada:

Órgão : 09 Secretaria da Família e Ação Social
Unidade : 01 Secretaria da Família e Ação Social
Função : 8 Assistência Social
Programa : 1090 Assistência Social
Subfunção : 244 Assistência Comunitária
Recursos : 0.1.0000 Recursos Ordinários
Elemento : 3.1.90.00.00.00.00 (27)
Projeto/Atividade : 2.048 Manutenção da Secretaria de Ação Social
Valor : 24.000,00

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

José Boiteux, 08 de junho de 2011.

ALCINO PEREIRA

Prefeito Municipal

Lei 869/2011

Lei nº 869/2011, de 08 de junho de 2011

CONCEDE SUBVENÇÃO FINANCEIRA A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE COMO ESPECIFICA.

Alcino Pereira, Prefeito Municipal de José Boiteux, Estado de Santa Catarina.

Faz saber a todos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder subvenção mensal a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE Flor do Amanhecer - deste Município de José Boiteux, no valor de R\$2.500,00(dois mil e quinhentos reais).

Parágrafo Primeiro - o valor a que se refere este artigo será repassado até o décimo dia útil de cada mês.

Parágrafo Segundo - Serão repassados os valores compreendidos no artigo 1º em 07 (sete) parcelas, entre junho a dezembro do ano de 2011, e obedecerá a um Plano de Aplicação apresentado pela entidade.

Art. 2º - Os recursos a que se refere o artigo anterior destinam-se custear a manutenção e transporte dos alunos daquela entidade, aquisição de gêneros alimentícios e material de higiene e limpeza, cuja despesa correrá por conta do Orçamento vigente.

Art. 3º - A entidade beneficiada pela presente Lei fica obrigada a apresentar as respectivas prestações de contas dos recursos repassados, na forma da Lei.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário em especial a Lei 778 de 03 de dezembro de 2008.

José Boiteux, 08 de junho de 2011.

ALCINO PEREIRA

Prefeito Municipal

Lei 870/2011

Lei nº. 870/2011, de 08 de junho de 2011.

Anula e suplementa dotações do orçamento geral do município.

Alcino Pereira, Prefeito do Município de José Boiteux, Estado de Santa Catarina.

Faço Saber a todos Habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular a

importância de R\$ 51.395,00 (cinquenta e um mil, trezentos e noventa e cinco reais) do orçamento geral do município de José Boiteux abaixo discriminada:

Órgão : 03 Secretaria de Administração e Finanças
Unidade : 01 Secretaria de Administração e Finanças
Função : 4 Administração
Programa : 1030 Administração Geral e Financeira
Subfunção : 122 Administração Geral
Recurso : 0.1.0000 Recursos Ordinários
Projeto/Atividade : 2.007 Comemoração da Emancipação Política Administrativa
Elemento Despesa : 3.3.90.00.00.00 (39)
Valor : R\$ 41.395,00

Órgão : 03 Secretaria de Administração e Finanças
Unidade : 01 Secretaria de Administração e Finanças
Função : 4 Administração
Programa : 1030 Administração Geral e Financeira
Subfunção : 0 Operações Especiais
Recurso : 0.1.0000 Recursos Ordinários
Projeto/Atividade : 2.010 Pagamento de Inativos e Pensionistas
Elemento Despesa : 3.1.90.00.00.00 (36)
Valor : R\$ 10.000,00

Art. 2º - Por conta do Artigo anterior ficam suplementadas as dotações do orçamento geral do município de José Boiteux abaixo discriminadas:

Órgão : 06 Secretaria da Educação Cultura e Desporto
Unidade : 01 Secretaria da Educação Cultura e Desporto
Função : 12 Educação
Programa : 1060 Criança e Adolescente na Escola
Subfunção : 364 Ensino Superior
Recurso : 0.1.0000 Recursos Ordinários
Projeto/Atividade : 2.026 Apoio ao Estudante Universitário
Elemento Despesa : 3.3.50.00.00.00 (67)
Valor : R\$ 6.000,00

Órgão : 04 Secretaria da Agricultura
Unidade : 01 Secretaria da Agricultura
Função : 20 Agricultura
Programa : 1040 Assistência ao Produtor Rural
Subfunção : 542 Controle Ambiental
Recurso : 0.1.0000 Recursos Ordinários
Projeto/Atividade : 2.057 Transferência Consórcio Serra São Miguel
Elemento Despesa : 3.3.71.00.00.00 (61)
Valor : R\$ 6.000,00

Órgão : 06 Secretaria da Educação Cultura e Desporto
Unidade : 01 Secretaria da Educação Cultura e Desporto
Função : 12 Educação
Programa : 1060 Criança e Adolescente na Escola
Subfunção : 306 Alimentação Escolar
Recurso : 0.1.0000 Recursos Ordinários
Projeto/Atividade : 2.023 Merenda Escolar
Elemento Despesa : 3.3.90.00.00.00 (51)
Valor : R\$ 5.000,00

Órgão : 06 Secretaria da Educação Cultura e Desporto
Unidade : 01 Secretaria da Educação Cultura e Desporto
Função : 12 Educação
Programa : 1060 Criança e Adolescente na Escola
Subfunção : 361 Ensino Fundamental
Recurso : 0.1.0100 Receitas Impostos e Transf. De Impostos - Educação
Projeto/Atividade : 2.020 Transporte Escolar Ensino Fundamental
Elemento Despesa : 3.1.90.00.00.00 (58)

Valor : R\$ 30.000,00

Órgão : 06 Secretaria da Educação Cultura e Desporto
Unidade : 01 Secretaria da Educação Cultura e Desporto
Função : 12 Educação
Programa : 1060 Criança e Adolescente na Escola
Subfunção : 361 Ensino Fundamental
Recurso : 0.1.0100 Receitas Impostos e Transf. De Impostos - Educação
Projeto/Atividade : 2.020 Transporte Escolar Ensino Fundamental
Elemento Despesa : 3.3.90.00.00.00 (59)
Valor : R\$ 4.395,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

José Boiteux, 08 de junho de 2011.
ALCINO PEREIRA
Prefeito Municipal

Decreto 026/2011

DECRETO Nº 026/2011

Declara Ponto Facultativo no dia 24 de junho de 2011.

Alcino Pereira, Prefeito do Município de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, no exercício da competência exclusiva que lhe confere o inciso VI do Artigo 79 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Decretado Ponto Facultativo no dia 24 de junho de 2011, nas repartições públicas municipais, exceto para os serviços essenciais.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

José Boiteux, 08 de junho de 2011.
ALCINO PEREIRA
Prefeito Municipal

Decreto 027/2011

DECRETO nº 027/2011.

Anula e suplementa dotações do orçamento geral do município.

Alcino Pereira, Prefeito do Município de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, no exercício da competência exclusiva que lhe confere o inciso VI do Artigo 79 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular a importância de R\$ 51.395,00 (cinquenta e um mil, trezentos e noventa e cinco reais) do orçamento geral do município de José Boiteux abaixo discriminada:

Órgão : 03 Secretaria de Administração e Finanças
Unidade : 01 Secretaria de Administração e Finanças
Função : 4 Administração
Programa : 1030 Administração Geral e Financeira
Subfunção : 122 Administração Geral
Recurso : 0.1.0000 Recursos Ordinários
Projeto/Atividade : 2.007 Comemoração da Emancipação Política Administrativa
Elemento Despesa : 3.3.90.00.00.00 (39)
Valor : R\$ 41.395,00

Órgão : 03 Secretaria de Administração e Finanças
Unidade : 01 Secretaria de Administração e Finanças

Função : 4 Administração
Programa : 1030 Administração Geral e Financeira
Subfunção : 0 Operações Especiais
Recurso : 0.1.0000 Recursos Ordinários
Projeto/Atividade : 2.010 Pagamento de Inativos e Pensionistas
Elemento Despesa : 3.1.90.00.00.00 (36)
Valor : R\$ 10.000,00

Art. 2º - Por conta do Artigo anterior ficam suplementadas as dotações do orçamento geral do município de José Boiteux abaixo discriminadas:

Órgão : 06 Secretaria da Educação Cultura e Desporto
Unidade : 01 Secretaria da Educação Cultura e Desporto
Função : 12 Educação
Programa : 1060 Criança e Adolescente na Escola
Subfunção : 364 Ensino Superior
Recurso : 0.1.0000 Recursos Ordinários
Projeto/Atividade : 2.026 Apoio ao Estudante Universitário
Elemento Despesa : 3.3.50.00.00.00 (67)
Valor : R\$ 6.000,00

Órgão : 04 Secretaria da Agricultura
Unidade : 01 Secretaria da Agricultura
Função : 20 Agricultura
Programa : 1040 Assistência ao Produtor Rural
Subfunção : 542 Controle Ambiental
Recurso : 0.1.0000 Recursos Ordinários
Projeto/Atividade : 2.057 Transferência Consórcio Serra São Miguel
Elemento Despesa : 3.3.71.00.00.00 (61)
Valor : R\$ 6.000,00

Órgão : 06 Secretaria da Educação Cultura e Desporto
Unidade : 01 Secretaria da Educação Cultura e Desporto
Função : 12 Educação
Programa : 1060 Criança e Adolescente na Escola
Subfunção : 306 Alimentação Escolar
Recurso : 0.1.0000 Recursos Ordinários
Projeto/Atividade : 2.023 Merenda Escolar
Elemento Despesa : 3.3.90.00.00.00 (51)
Valor : R\$ 5.000,00

Órgão : 06 Secretaria da Educação Cultura e Desporto
Unidade : 01 Secretaria da Educação Cultura e Desporto
Função : 12 Educação
Programa : 1060 Criança e Adolescente na Escola
Subfunção : 361 Ensino Fundamental
Recurso : 0.1.0100 Receitas Impostos e Transf. De Impostos - Educação
Projeto/Atividade : 2.020 Transporte Escolar Ensino Fundamental
Elemento Despesa : 3.1.90.00.00.00 (58)
Valor : R\$ 30.000,00

Órgão : 06 Secretaria da Educação Cultura e Desporto
Unidade : 01 Secretaria da Educação Cultura e Desporto
Função : 12 Educação
Programa : 1060 Criança e Adolescente na Escola
Subfunção : 361 Ensino Fundamental
Recurso : 0.1.0100 Receitas Impostos e Transf. De Impostos - Educação
Projeto/Atividade : 2.020 Transporte Escolar Ensino Fundamental
Elemento Despesa : 3.3.90.00.00.00 (59)
Valor : R\$ 4.395,00

Art.3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

José Boiteux, 08 de Junho de 2011.

ALCINO PEREIRA
Prefeito Municipal

Decreto 028/2011

DECRETO nº 028/2011.

NOMEIA O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Alcino Pereira, Prefeito do Município de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, no exercício da competência exclusiva que lhe confere o inciso VI do Artigo 79 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o disposto pela Lei nº 140, de 28 de junho de 1991, combinado com a Lei nº 474, de 03 de maio de 2001.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Nomeado o Conselho Municipal de Saúde do Município de José Boiteux, cuja composição é a seguinte:

I - Representantes dos Usuários do Sistema:

Representante do Sindicato Trabalhadores Rurais:
Titular: Eduardo Foss
Suplente: Geraldo Vendrami

Representantes da Associação Desenvolvimento Comunitário:
Titular: Lirio Moser
Suplente: Nilton Sevegnani

Representantes da APAE:
Titular: Ingo de Oliveira
Suplente: Valdemiro Siquela

Representantes Comunidade Indígena:
Titular: Salimar dos Santos
Suplente: Joseane Inácio

II - Representantes do Governo, Prestadores de Serviços e Profissionais da Saúde:

Representantes da Secretaria de Saúde
Titular: Leonora Fusinato
Suplente: Alice Regina Supriano Fusinato

Representantes da Secretaria de Administração:
Titular: Juliano Leite
Suplente: Maria Madalena L. Uller

Representantes da Secretaria de Agricultura
Titular: Dilmar Cesar da Cunha
Suplente: Airton Vicari

Representantes da Secretaria de Assistência Social:
Titular: Marli Fronza Zluhan
Suplente: Narcí Frizi

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

José Boiteux, 08 de junho de 2011.
ALCINO PEREIRA
Prefeito Municipal

Decreto 029/2011

DECRETO nº 029/2011 de 08 de JUNHO de 2011.

"SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PELO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO".

CONSIDERANDO:

- Que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Poder Executivo Municipal, permite-lhe editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal, com fulcro nos princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na administração pública;
- O disposto no art. 11º da Lei 856 de 07 de Dezembro de 2010, que autoriza nos termos do art. 7º da Lei Federal 4.320/64, abrir créditos adicionais suplementares, ate o limite de 50% da Receita estimada;
- Que o inciso I da Lei 856 de 07 de Dezembro de 2010, autoriza a utilizar o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;
- Que o provável excesso de arrecadação verificado na fonte 0.1.6051 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE para o exercício de 2011.
- Que a dotação 52 da Secretaria da Educação Cultura e Desporto, encontra-se insuficiente para atender os dispêndios orçamentários até o final do exercício financeiro de 2011.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no importe de 18.000,00 (dezoito mil reais):

Órgão : 06 Secretaria da Educação Cultura e Desporto
Unidade : 01 Secretaria da Educação Cultura e Desporto
Função : 12 Educação
Programa : 1060 Criança e Adolescente na Escola
Subfunção : 306 Alimentação Escolar
Recurso : 0.1.6051 Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE
Elemento Despesa : 3.3.90.00.00.00 (52)
Projeto Atividade : 2.023 Merenda Escolar
Valor : R\$ 18.000,00

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

José Boiteux, 08 de Junho de 2011
ALCINO PEREIRA
Prefeito Municipal

Lages**CÂMARA DE VEREADORES****Extrato do Contrato de Aditivo Nº 16/2011 2º Termo do Contrato 12/2009**

Extrato do Contrato de Aditivo nº 16/2011, 2º Termo do Contrato nº 12/2009

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGES/SC

Vigência: 23/05/2011, Vencto: 22/05/2012

Objeto: Contratação de Empresa para prestação de serviços de Internet Banda Larga 3G com Velocidade de 1 MB, com serviços ilimitado para Navegação e fornecimento de 25 (vinte e cinco) linhas com modem usb 3G em comodato.. Contratada: VIVO S/A, - CNPJ: (02.449.992/0003-26). Valor total: R\$ 22.476,00 (vinte e dois mil quatrocentos e setenta e seis reais).

Lages/SC, 20 de maio de 2011.

ADILSON RODRIGUES DE APPOLINÁRIO
Presidente

Lauro Muller**PREFEITURA MUNICIPAL****1ª errata da Chamada Pública Nº 01/2011.**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER

1ª ERRATA

A Comissão de Licitação torna pública a quem interessar 1ª errata da Chamada Pública nº 01/2011.

Onde lê-se: "A Prefeitura Municipal de Lauro Müller comunica que realizará às 13:00 horas do dia 17 de junho de 2011".

Leia-se: "A Prefeitura Municipal de Lauro Müller comunica que realizará às 13:00 horas do dia 21 de junho de 2011".

Esclarecimentos poderão ser obtidos nos seguintes endereços e Horário: Rua Walter Vetterli, 239, nos dias úteis, da segunda à sexta, das 07:00 as 13:00 horas, ou pelo telefone 48-3464 3122

Lauro Muller, 14 de junho de 2011
RENATO CITADIN
Comissão Permanente de Licitação

Lindóia do Sul**PREFEITURA MUNICIPAL****Lei Ordinária N. 1.016/2011, de 13 de Junho de 2011**

LEI ORDINÁRIA N.º 1.016/2011, DE 13 DE JUNHO DE 2011

AUTORIZA REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS, MEDIANTE CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS, PARA ENTIDADES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Adierson Carlos Bussolaro, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica o Município autorizado a repassar recursos financeiros, mediante celebração de convênios, para as entidades consignadas no Anexo I desta Lei.

Art. 2º A autorização pressupõe a homologação prevista no art. 12, da Lei Orgânica do Município e o disposto no § 2º do art. 116 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

Art. 3º Os recursos necessários à execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento do Município, do exercício de 2011.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado,
Em, 13 de junho de 2011

SANDRA REGINA ZUANAZZI
Técnico Administrativo

ANEXO I

Entidade	CNPJ	Objeto	Valor (R\$)
Associação de Agricultores de Linha Rossetto	07.074.827/0001-99	Aquisição de Equipamentos Agrícolas	6.000,00
		Reforma de Equipamentos Agrícolas	6.000,00
Associação de Agricultores de Linha XV de Novembro	05.062.897/0001-00	Manutenção das Atividades da Associação	6.000,00
Associação de Agricultores de Lajeado dos Pinheiros	02.491.946/0001-23	Manutenção das Atividades da Associação	6.500,00
Havai Futebol Clube	83.701.839/0001-84	Pintura do Centro Comunitário	4.000,00
Sociedade Esportiva e Recreativa Santos	04.589.611/0001-78	Piso no Centro Comunitário	12.000,00

Decreto N. 2.132/2011, de 13 de Julho de 2011

DECRETO Nº 2.132/2011, DE 30 DE MAIO DE 2011.
REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO, Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, conforme Lei Ordinária Nº 1.015/2011 de 13 de Junho de 2011:

D E C R E T A

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 10: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE LINDÓIA DO SUL
Unidade 01 - Fundo Municipal Saúde Lindóia do Sul
Projeto/Atividade 2.028 - Manutenção das Atividades da Saúde Pública
3.3.90.00.00.00.00.00.0223- Aplicações Diretas R \$
30.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta do superávit financeiro verificado nos exercícios de 2008, 2009 e 2010 na conta PAB

Fonte: Superávit Financeiro dos exercícios anteriores - Conta PAB: R\$ 30.000,00

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.
ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado,

Em, 13 de junho de 2011

SANDRA REGINA ZUANAZZI
Técnico Administrativo

Massaranduba

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 1297/2011.

LEI Nº 1297/2011.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a aderir ao Programa Operacional do Fundo de Desenvolvimento Municipal do Estado de Santa Catarina PRO-FDM e tomar empréstimo junto ao Fundo de Desenvolvimento Municipal e dá outras providências.

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa Operacional do Fundo de Desenvolvimento Municipal do Estado de Santa Catarina - PRO-FDM, mediante assinatura de convênio com a Secretaria de Estado do Planejamento e com a interveniência do BADESC - AGÊNCIA CATARINENSE DE FOMENTO S/A.

Art. 2º. A adesão ao PRO-FDM propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento de Pavimentação asfáltica com CBQU, Drenagem Pluvial e Sinalização Viária de trecho da Estrada Primeiro Braço do Norte e da Rua Massarandubinha.

Parágrafo Único A pavimentação mencionada no caput deste artigo compreende:

I - 06 (seis) quilômetros de extensão na Estrada Primeiro Braço do Norte;

II - 03 (três) quilômetros de extensão na Rua Massarandubinha.

Art. 3º. Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos em (objetos a serem financiados), fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC - AGÊNCIA CATARINENSE DE FOMENTO S/A, com recursos do Fundo de Desenvolvimento Municipal - FDM, até o montante de R\$ 7.000.000,00 (Sete Milhões de Reais).

Parágrafo único. Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste Artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, até o limite do valor do financiamento.

Art. 4º. Para dar continuidade ao PRO-FDM, o Poder Executivo consignará nos projetos de lei orçamentários dos anos subsequentes, as dotações necessárias a formação do Programa, bem como, para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º. Por conta dos financiamentos estabelecidos no Artigo 3º desta Lei, o Município pagará encargos máximos de 9% (nove por cento) ao ano, acrescido da taxa de juros de longo prazo - TJLP, ou, no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 10 de Junho de 2011.



MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicação no expediente da data supra,

MAURICIO PRAWUTZKI
Secretário de Administração e Finanças

Processo Licitatório Nº. 58/2011

PREFEITURA DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 58/2011
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 23/2011-PMM

A Prefeitura Municipal de Massaranduba, torna público que de acordo com a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial, com adjudicação por item, objetivando a aquisição de um veículo de passageiros para 09 ocupantes de capacidade mínima (inclusive o motorista), bicomustível (álcool/gasolina), 0 km, ano/modelo 2011/2012, na cor branca, com motor de no mínimo 1.390 cm³, potência mínima de 78 cv e equipado com demais itens de segurança exigidos por lei, para suprir as necessidades do Município de Massaranduba (SC).

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 14:30h do dia 28/06/2011
CREDENCIAMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS: 15:00h do dia 28/06/2011. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital e outras informações poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Massaranduba, situada na Rua 11 de Novembro, 2765 - Centro, das 7:30h as 11:30h e das 13:00h as 17:00h ou site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 13 de Junho de 2011.
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Termo de Anulação

TERMO DE ANULAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 48/2011
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 20/2011

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA faz saber que o Processo Licitatório nº. 48/2011, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL nº. 20/2011 - OBJETO: Aquisição de 01 Veículo automotor 0 km, destinado para suprir as necessidades dos serviços de obras da Prefeitura Municipal de Massaranduba, certame licitatório publicado em data de 27/05/2011, foi declarado DESERTO, em função de não haver participantes.

Massaranduba (SC), 10 de Junho de 2011.
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Novo Horizonte

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato do Pregão Presencial Nº 012/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE
Processo Licitatório Nº 032/2011
PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2011

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: O presente edital tem por objetivo aquisição de Microcomputadores e estabilizadores a serem instalados nas salas dos professores das escolas municipais de ensino fundamental para uso dos professores e alunos da rede municipal de ensino, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos. Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 27/06/2011. O Edital e os esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, na Rua José Fabro, 01, nos dias úteis, das 7:30 h as 11:30 h e 13:30h as 17:30 h, ou pelo fone (49) 3362-0024 e pelo site www.novohorizonte.sc.gov.br. Fundamentação legal: Lei 10.520/02 e 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Novo Horizonte (SC) em 13 de Junho de 2011.
SANTOS ZILLI
Prefeito Municipal

Termo de Acordo 005/2011

EXTRATO DE TERMO DE ACORDO Nº 005/2011.
SIGNATÁRIOS: MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE E JAIR JOSÉ D' SANTI.

Objeto O objeto do presente termo é a autorização para extração de cascalho para pavimentação de estradas municipais numa área de 695,58,14 m² no valor de R\$ 2.782,32. Vigência: 31/12/2012. Fundamento: Lei Orgânica Municipal, especialmente o disposto no inciso XXVII do art. 55 e no inciso I do art. 168.

Novo Horizonte-SC, 13/06/2011,
SANTOS ZILLI
Prefeito Municipal.

Termo de Acordo 006/2011

EXTRATO DE TERMO DE ACORDO Nº 006/2011.
SIGNATÁRIOS: MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE E ANTONIO ERMINIO TEDESCO.

Objeto O objeto do presente termo é a autorização para extração de cascalho para pavimentação de estradas municipais numa área de 720,73 m² no valor de R\$ 2.882,92. Vigência: 31/12/2012. Fundamento: Lei Orgânica Municipal, especialmente o disposto no inciso XXVII do art. 55 e no inciso I do art. 168.

Novo Horizonte-SC, 13/06/2011,
SANTOS ZILLI
Prefeito Municipal.

Paulo Lopes

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato Edital 04-2011 Contratação Temporária Médico Plantonista

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO Nº 04/2011 DE 14/06/2011.

A Secretaria da Saúde do Município de Paulo Lopes, em decorrência da autorização contida na Lei nº 649 de 01 de julho de 1994 - contratação temporária de pessoal, torna público que estarão abertas no período de 15/06/2001 à 22/06/2011 das 07:00h às



13:00h, as inscrições ao Processo Seletivo para contratação emergencial de Médico Plantonista na forma de contrato emergencial, para atuar na Unidade de Saúde Lúcia Helena dos Santos. EDITAL COMPLETO: encontra-se à disposição no Mural da Secretaria de Saúde e no site www.paulolopes.sc.gov.br. Maiores informações pelo telefone (48) 3253-0211 das 07:00h às 13:00h.

Paulo Lopes, 14 de junho de 2011.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Pinheiro Preto

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 3.397, de 10 de Junho de 2011.

DECRETO Nº 3.397, DE 10 DE JUNHO DE 2011.
DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e conforme art. 16º, § 3º, da Lei Municipal nº 1.451 de 05 de novembro de 2010.

DECRETA:

Art. 1º Fica anulada a dotação do orçamento vigente no valor de R\$ 54.650,00 (Cinquenta e quatro mil e seiscentos e cinquenta reais) da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto abaixo discriminado;

02 - CHEFIA DO EXECUTIVO
02.02 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
02.02.12 - EDUCAÇÃO
02.02.12.361 - ENSINO FUNDAMENTAL
02.02.12.361.0008 - EDUCAÇÃO BÁSICA
02.02.12.361.0008.2027 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR
3390.0000 - Aplicações Diretas
Fonte: 0101 R\$ 54.650,00

Art. 2º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, no valor de R\$ 54.650,00 (Cinquenta e quatro mil e seiscentos e cinquenta reais) conforme abaixo discriminado;

02 - CHEFIA DO EXECUTIVO
02.02 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
02.02.12 - EDUCAÇÃO
02.02.12.361 - ENSINO FUNDAMENTAL
02.02.12.361.0008 - EDUCAÇÃO BÁSICA
02.02.12.361.0008.2027 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR
4490.0000 - Aplicações Diretas
Fonte: 0101 R\$ 54.650,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 10 de Junho de 2011.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Contrato Nº 0154/2011

CONTRATO Nº 0154/2011

OBJETO: Aquisição de peças e conserto de veículos para a secretaria da Saúde

LICITAÇÃO: Modalidade Dispensa nº 068/2011

EMPRESA CONTRATADA: Mecanica Hochiove Ltda.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 4.200,09(quatro mil e duzentos reais e nove centavos)

DATA DO CONTRATO: 29/04/2011

Contrato Nº 0161/2011

CONTRATO Nº 0161/2011

OBJETO: Instalação de Sistema de Proteção Contra Descargas Elétricas

LICITAÇÃO: Modalidade Dispensa nº 074/2011

EMPRESA CONTRATADA: Zapin Mat. E Inst. Elétricas Ltda.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 6.000,00(seis mil reais)

DATA DO CONTRATO: 19/05/2011

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

Contrato Nº 0176/2011

CONTRATO Nº 0176/2011

OBJETO: Aquisição de Material Impresso para a Secretaria de Administração

LICITAÇÃO: Modalidade Dispensa nº 080/2011

EMPRESA CONTRATADA: Vedoio Video Produções LTDA.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 6.303,50(seis mil, trezentos e três reais e cinquenta centavos)

DATA DO CONTRATO: 24/05/2011

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

Contrato Nº 0176/2011

CONTRATO Nº 0177/2011

OBJETO: Aquisição de Material Impresso para a Secretaria de Administração

LICITAÇÃO: Modalidade Dispensa nº 079/2011

EMPRESA CONTRATADA: Vale Visare Edit. Grafica e Propaganda Ltda.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 2.108,00(dois mil, cento e oito reais).

DATA DO CONTRATO: 24/05/2011

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

Contrato Nº 0178/2011

CONTRATO Nº 0178/2011

OBJETO: Aquisição de peças e conserto de veículos para a secretaria da Educação.

LICITAÇÃO: Modalidade Dispensa nº 081/2011

EMPRESA CONTRATADA: Mecanica Hochiove Ltda.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 7.774,63(sete mil, setecentos e setenta e quatro reais e sessenta e três centavos)

DATA DO CONTRATO: 24/05/2011

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

Contrato Nº 0179/2011

CONTRATO Nº 0179/2011

OBJETO: Aquisição de peças e conserto de veículos para a secretaria da Saúde.

LICITAÇÃO: Modalidade Dispensa nº 082/2011
EMPRESA CONTRATADA: Mecanica Hochiove Ltda.
VALOR DO CONTRATO: R\$ 4.376,58(quatro mil, trezentos e setenta e seis reais e cinquenta e oito centavos)
DATA DO CONTRATO: 26/05/2011
PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

Contrato Nº 0182/2011

CONTRATO Nº 0182/2011

OBJETO: Aquisição de Medicamentos para a Secretaria da Saude.
LICITAÇÃO: Modalidade Dispensa nº 084/2011
EMPRESA CONTRATADA: Farmacia e Drogaria Somensi Ltda.
VALOR DO CONTRATO: R\$ 7.942,39(sete mil, novecentos e quarenta e dois reais e trinta e nove centavos)
DATA DO CONTRATO: 30/05/2011
PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

Contrato Nº 0183/2011

CONTRATO Nº 0183/2011

OBJETO: Aquisição de Formulas Manipuladas.
LICITAÇÃO: Modalidade Dispensa nº 085/2011
EMPRESA CONTRATADA: Biotecnica Farmacia de Manipulação.
VALOR DO CONTRATO: R\$ 635,50(seiscentos e trinta e cinco reais e cinquenta centavos)
DATA DO CONTRATO: 31/05/2011
PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

Contrato Nº 0185/2011

CONTRATO Nº 0185/2011

OBJETO: Conserto de veículo da secretaria de Obras.
LICITAÇÃO: Modalidade Dispensa nº 087/2011
EMPRESA CONTRATADA: Mecanica Hochiove Ltda.
VALOR DO CONTRATO: R\$ 6.130,82(seis mil,cento e trinta reais e oitenta e dois centavos)
DATA DO CONTRATO: 01/06/2011
PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

Contrato Nº 0186/2011

CONTRATO Nº 0186/2011

OBJETO: Conserto de veículo da secretaria de Obras.
LICITAÇÃO: Modalidade Dispensa nº 088/2011
EMPRESA CONTRATADA: Mecanica Hochiove Ltda.
VALOR DO CONTRATO: R\$ 4.483,00(quatro mil, quatrocentos e oitenta e três reais)
DATA DO CONTRATO: 03/06/2011
PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

Porto Belo

PREFEITURA MUNICIPAL**Extrato do Contrato Nº 066/2011 - Prefeitura**

Extrato de Contrato Nº 066/2011 - PREFEITURA
Estado de Santa Catarina
Município de Porto Belo
Processo Licitatório Modalidade Carta Convite nº 067/2011

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO PARA READEQUAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE COMUNICAÇÃO DE DADOS PARA O 1º GPM DE PORTO BELO, VISANDO A AGILIDADE NO CADASTRAMENTO DE AUTOS DE INFRAÇÕES DE TRANSITO E ACESSOS AO SISTEMA DETRANET, CONF. ESPECIFICAÇÕES E PROJETO, PARTE INTEGRANTE DESTA EDITAL.

Contratado: MFJC COM. EQUIP. E SUP. P/ INFORMÁTICA LTDA
Prazo de vigência: O presente contato terá vigência de até 30 dias após a emissão da ordem de serviço.
O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 3.459,50 (três mil quatrocentos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos).
Data e assinatura do contrato: 8 de junho de 2011.

ALBERT STADLER
Prefeito

Porto União

PREFEITURA MUNICIPAL**Lei Nº 3.880/2011**

LEI Nº 3.880, de 10 de junho de 2011.

Atualiza e consolida a Legislação Municipal que dispõe sobre o Conselho de Alimentação Escolar - CAE, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei consolida todas as disposições referentes a Legislação Municipal do Conselho de Alimentação Escolar - CAE.

Art. 2º O Conselho de Alimentação Escolar - CAE, criado pela Lei Municipal nº 2.554, de 22 de setembro de 2000, tem como órgão deliberativo, fiscalizador e de assessoramento, ao Governo Municipal na execução do programa de assistência e educação alimentar junto aos estabelecimentos de educação - pré-escolas e ensino fundamental, mantidos pelo Município e Entidades Filantrópicas, competindo-lhes especificamente:

I- fiscalizar e controlar a aplicação dos recursos federais transferidos à conta do PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar;
II- promover a elaboração dos cardápios dos programas de alimentação escolar, respeitando os hábitos alimentares do Município, dando a preferência aos produtos in natura;
III- zelar pela qualidade dos produtos, em todos os níveis, desta aquisição até distribuição, observando sempre as boas práticas higiênicas e sanitárias;
IV- receber, analisar e remeter ao FNDE, com parecer conclusivo, as prestações de contas do PNAE encaminhadas pelo Município;
V- realizar estudos a respeito dos hábitos alimentares escolares, buscando-se em conta quando da elaboração dos cardápios; e
VI- elaborar o Regimento Interno do CAE.

Parágrafo único. A execução das proposições estabelecidas pelo Conselho de Alimentação Escolar - CAE, ficará a cargo da Secretaria Municipal da Educação.

Art. 3º O Conselho de Alimentação Escolar - CAE será constituído por 07 (sete) membros e com a seguinte composição:

I- 01 (um) um representante indicado pelo Poder Executivo;
II- 02 (dois) dois representantes entre as entidades docentes, discentes ou trabalhadores na área de educação, indicados pelo

respectivo órgão de classe, a serem escolhidos por meio de assembléia específica para tal fim, registrada em ata, sendo que um deles deverá ser representado pelos docentes e, ainda, os discentes só poderão ser indicados e eleitos quando forem maiores de 18 anos e emancipados;

III- 02 (dois) representantes de pais de alunos, indicados pelos Conselhos Escolares, Associações de Pais e Mestres ou entidades similares, escolhidos por meio de assembléia específica para tal fim, registrada em ata; e

IV- 02 (dois) representantes indicados por entidades civis organizadas, escolhidos em assembléia específica para tal fim, registrada em ata.

§ 1º Na EE com mais de 100 (cem) escolas da Educação Básica a composição do CAE poderá ser de até 03 (três) vezes o número de membros estipulado no "caput" deste artigo, obedecida a proporcionalidade definida nos Incisos I e IV deste artigo.

§ 2º Cada membro titular do CAE terá um suplente do mesmo segmento representado, com exceção aos membros titulares do Inciso II deste artigo, os quais poderão ter como suplentes qualquer um dos segmentos citados no referido inciso.

§ 3º Os membros terão mandato de 04 (quatro) anos, podendo ser reconduzidos de acordo com a indicação dos seus respectivos segmentos.

§ 4º Em caso de não existência de órgãos de classe, conforme estabelecido no Inciso II deste artigo, deverão os docentes, discentes ou trabalhadores na área de educação realizar reunião convocada especificamente para esse fim e devidamente registrada em ata.

§ 5º Fica vedada a indicação do Ordenador de Despesas das Entidades Executoras para compor o Conselho de Alimentação Escolar.

§ 6º Recomenda-se que o CAE dos Estados e dos Municípios que possuem alunos matriculados em escolas localizadas em áreas indígenas ou em áreas remanescentes de quilombos tenha, em sua composição, pelo menos um membro representante desses povos ou comunidades tradicionais, dentre os segmentos estabelecidos nos Incisos I a IV deste artigo.

§ 7º O exercício do mandato de conselheiro do CAE é considerado serviço público relevante e não será remunerado.

§ 8º Compete aos conselheiros do CAE a elaboração do Regimento Interno.

§ 9º A nomeação dos membros do CAE deverá ser feita por decreto ou portaria, de acordo com a constituição dos Estados e as Leis Orgânicas do Distrito Federal e dos Municípios, observadas as disposições previstas neste artigo, obrigando-se a Entidade Executora a acatar as indicações dos segmentos representados.

§ 10. Para eleição do Presidente e Vice-Presidente do CAE, deverão ser observados os seguintes critérios:

I- o CAE terá (um) Presidente e 1 (um) Vice-Presidente, eleitos entre os membros titulares, por, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos conselheiros titulares, em sessão plenária especialmente voltada para este fim, com o mandato coincidente com o do Conselho, podendo ser reeleitos uma única vez;

II- o Presidente e/ou o Vice-Presidente poderá(ão) ser destituído(s), em conformidade ao disposto no Regimento Interno do CAE, sendo imediatamente eleito(s) outro(s) membro(s) para completar o período restante do respectivo mandato;

III- a escolha do Presidente e do Vice-Presidente somente deverá recair entre os representantes previstos nos incisos II, III e IV,

deste artigo.

§ 11. Os dados referentes ao CAE deverão ser informados pela entidade executora por meio do cadastro disponível no sítio do FNDE WWW.fnde.governo.br e, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da data do ato de nomeação, deverão ser encaminhados ao FNDE ofício de indicação do representante do Poder Público, as atas relativas aos Incisos II, III e IV deste artigo e o decreto ou portaria de nomeação do CAE, bem como a ata de eleição do Presidente e Vice-Presidente.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Art. 8º Ficam revogadas as Leis Municipais nºs 2.554, de 22 de setembro de 2000, 2.580, de 22 de dezembro de 2000, 3.672, de 18 de novembro de 2009, e as demais disposições em contrário.

Porto União (SC), 10 de junho de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Lei Nº 3.881/2011

LEI Nº 3.881, de 10 de junho de 2011.

Dispõe sobre a doação de Bens Públicos à Polícia Militar de Santa Catarina sediada em Porto União e dá outras providências.

A Câmara de Vereadores do Município de Porto União, Estado de Santa Catarina aprovou e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a doar ao Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, situada na rua Visconde de Ouro Preto, nº 549, Florianópolis, Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 83.931.550/0001-51, os veículos abaixo relacionados:

_ um veículo marca Yamaha, modelo XTZ 250 Teneré, tipo motocicleta, combustível gasolina, cor branca, ano de fabricação/ modelo 2011/2011, chassi 9C6KG0450B0005073, código Renavan 325103925, Placas MIB 1183.

_ um veículo marca Yamaha, modelo XTZ 250, Teneré, tipo motocicleta, combustível gasolina, cor branca, ano de fabricação/ modelo 2011/2011, chassi 9C6KG0450B0005294, código Renavan 325105669, Placas MIB 1203.

Parágrafo Único. Os veículos serão usados pela 1ª Cia do 3º Batalhão da Polícia Militar de Porto União, no Policiamento Ostensivo do Trânsito em Porto União - SC.

Art. 2º Fica autorizado o Setor Competente da Prefeitura Municipal de Porto União a proceder baixa patrimonial, bem como a transferência dos direitos de posse à Polícia Militar dos Bens Públicos mencionados no artigo precedente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 10 de junho de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

TERMO DE DOAÇÃO

Pelo presente instrumento público de doação, sem cláusula de reversão, a Prefeitura Municipal de Porto União - SC, doravante denominada DOADORA, situada na Rua Padre Anchieta, nº 126, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.541/0001-58, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. Renato Stasiak, nos termos da Lei Municipal nº 3.881, de 10 de junho de 2011, doa e entrega a Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, situada na rua Visconde de Ouro Preto, nº 549, Florianópolis, Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 83.931.550/0001-51, neste ato representado por seu Comandante, MAJ PM Cmt da 1º Companhia do 3º Batalhão da Polícia Militar Major Miguel Chokailo, com todos os equipamentos, os seguintes veículos:

_ um veículo marca Yamaha, modelo XTZ 250 Teneré, tipo motocicleta, combustível gasolina, cor branca, ano de fabricação/ modelo 2011/2011, chassi 9C6KG0450B0005073, código Renavan 325103925, Placas MIB 1183.

_ um veículo marca Yamaha, modelo XTZ 250, Teneré, tipo motocicleta, combustível gasolina, cor branca, ano de fabricação/ modelo 2011/2011, chassi 9C6KG0450B0005294, código Renavan 325105669, Placas MIB 1203.

Declaro, outrossim, que esta doação é feita em caráter definitivo, passando os referidos bens, a partir da presente data, a ser de uso exclusivo da Polícia Militar de Santa Catarina, com sede no Município de Porto União - SC, devendo o veículo permanecer no Município.

E por ser verdade, na presença de duas testemunhas, firmo o presente Termo em 04 (quatro) vias de igual teor.

Porto União (SC), 10 de junho de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

Major Miguel Chokailo Neto

Maj PM Cmt da 1º Companhia do 3º Batalhão de Polícia Militar

TESTEMUNHAS:

1.Nome: Roberto Bonfleur

CPF nº 420.444.999-91

2.Nome: Ricardo Dragoni

CPF nº 420.445.539-53

Lei Nº 3.882/2011

LEI Nº 3.882, de 10 de junho de 2011.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Termo de Cessão de Uso com o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, insculpidas no artigo 64, Inciso III e artigo 84, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, submete à apreciação dessa Egrégia Câmara de Vereadores o seguinte PROJETO DE LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Cessão de Uso com o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, do veículo com as seguintes características: 01 (um) veículo marca Mercedes Benz, 313 CDI, modelo Springer, tipo Furgão, combustível óleo diesel, ano de fabricação 2010, com modelo 2011, cor vermelha, chassi nº 8AC903662BE041896, placas MIO-5432, com todos os equipamentos obrigatórios, adquirido com recursos do FUNREBOM.

Parágrafo único. O bem descrito no "caput" deste artigo destina-se ao serviço de Auto Socorro de Urgência.

Art. 2º A Cessão de Uso de que trata esta Lei será pelo prazo de 05 (cinco) anos, podendo ser prorrogado por tantos períodos quanto necessário para o atendimento do respectivo convênio e desde que haja interesse das partes.

Art. 3º As ações decorrentes da execução do objeto da presente Lei não resultarão em ônus para o Município.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 10 de junho de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 001/2011

Termo de Cessão de Uso que entre si celebram o Município de Porto União e o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina - CBMSC.

O MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO situado na rua Padre Anchieta, nº 126, inscrito no CNPJ nº 83.102.541/0001-58, doravante denominado CEDENTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Renato Stasiak, portador da Carteira de Identidade nº 581.440 - SC / SSPSC, CPF nº 216.709.009-91, e o ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina - CBMSC, situado à Rua Almirante Lamego, 381, Centro - Florianópolis, inscrito no CNPJ nº 06.096.391/0001-76, doravante denominado CESSIONÁRIO, neste ato representado por seu Comandante-Geral José Luiz Masnik, portador da Carteira de Identidade Militar nº 5.834-44 e do CPF nº 353.078.469-91, resolvem, por mútuo acordo, celebrar o presente Termo de Cessão de Uso, autorizados pela Lei Municipal nº 3.882, de 10 de junho de 2011, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O CEDENTE cederá ao CESSIONÁRIO, para utilização exclusiva do 2º Pelotão de Bombeiro Militar da 3ª Companhia de Bombeiro Militar do 2º Batalhão de Bombeiro Militar, sediado no Município de Porto União, o veículo marca Mercedes Benz, 313 CDI, modelo Springer, tipo Furgão, combustível óleo diesel, ano de fabricação 2010, com modelo 2011, cor vermelha, chassi nº 8AC-903662BE041896, placas MIO-5432, com todos os equipamentos obrigatórios, adquiridos com recursos do FUNREBOM de Porto União.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DESTINAÇÃO

O veículo destina-se a manutenção e execução dos serviços de bombeiro militar, no Município de Porto União, ficando o CESSIONÁRIO responsável pelo fornecimento do pessoal necessário à execução desse serviço.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO E DAS OBRIGAÇÕES**3.1 - DO CESSIONÁRIO:**

- 3.1.1 - Usar o veículo exclusivamente para o fim a que se destina;
- 3.1.2 - Zelar pela guarda do veículo, comunicando ao CEDENTE a ocorrência de qualquer acidente;
- 3.1.3 - Responsabilizar-se por eventuais transgressões à legislação

de trânsito e pelos efeitos dessas;

3.1.4 - Responsabilizar-se pelo licenciamento anual do veículo;
3.1.5 - Arcar com os custos, os quais correrão por conta da Fonte de Recursos 0111 - FUMCBM - Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros Militar, Ação 4387 e dos itens orçamentários 3.3.90.30.01, 3.3.90.39.19 e 3.3.90.30.39, referentes a combustíveis e lubrificantes, da manutenção e consertos e da reposição de peças, respectivamente.

3.2 - DO CEDENTE:

3.2.1 - Arcar com os custos elencados no item 3.1.5 da cláusula terceira em casos de justificada emergência administrativo-operacional através do FUNREBOM Municipal;

3.2.2 - Arcar com os custos elencados no item 3.1.5 da cláusula terceira para o veículo descrito na cláusula primeira no ano de 2011 ou até que o CESSIONÁRIO tenha condições orçamentárias e financeiras para assumi-los, exceto quando em substituição a outro veículo cedido ao Estado.

CLÁUSULA QUARTA - DA CARACTERIZAÇÃO DO VEÍCULO

Enquanto durar a presente Cessão de Uso, o veículo objeto deste instrumento passará a integrar a frota do CESSIONÁRIO, caracterizado por suas cores, símbolos e placas (licenças) específicas, ao serviço a que se destina.

CLÁUSULA QUINTA - DA DEPRECIAÇÃO

Por conta do presente acordo, o objeto desta Cessão de Uso será utilizado no serviço de bombeiro, o qual será devolvido, quando da rescisão ou expiração deste instrumento, no estado que se encontrar, desgastado pelo seu uso.

CLÁUSULA SEXTA - DA LEGISLAÇÃO

Este Termo de Cessão de Uso reger-se-á, no que couber, pelas normas estabelecidas no inciso IX do Artigo 8º da Constituição Estadual, Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações, inciso IV, do art. 7º da Lei Complementar nº 381, de 7 de maio de 2007, Decreto nº 307, de 4 de junho de 2003, e alterações, inciso IX do art. 7º do Decreto nº 1.158, de 18 de março de 2008, Portaria nº 1.051/GERE/DIGA/GAB/SSP de 21 de dezembro de 2005, e na Lei Municipal nº 3.525, de 13 de novembro de 2008.

CLÁUSULA SÉTIMA - PRAZO E VIGÊNCIA

O presente Termo de Cessão de Uso vigorará por 05 (cinco) anos, a contar da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado, podendo ser renunciado a qualquer tempo se assim for do interesse de qualquer dos acordantes, mediante comunicação prévia de no mínimo 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA OITAVA - DOS TERMOS ADITIVOS

Este Termo de Cessão de Uso poderá ser alterado através de Termos Aditivos, de comum acordo entre as partes.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para qualquer ação judicial que se originar deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de Capital, renunciando as partes a qualquer outro, mesmo que mais privilegiado.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 4 (quatro) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Porto União (SC), 10 de junho de 2011.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal de Porto União

JOSÉ LUIZ MASNIK

Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina

Testemunhas:

RICHARD SASS BRAUM
CPF nº 812.373.169-87

ALCIR BELINSKI

CPF nº 485.882.459-49

Testemunhas:

ALCIR BELINSKI
CPF nº 485.882.459-49

Decreto Nº 594/2011

DECRETO Nº 594, de 10 de junho de 2011.

Dispõe sobre Aposentadoria Voluntária por Idade.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o disposto no art. 40, §1º, inciso III, letra "b", da Constituição Federal, devidamente combinado com o art. 31, inciso II, da Lei Municipal nº 2.108, de 09 de junho de 1995, com redação dada pela Lei Municipal nº 3.079, de 06 de julho de 2005,

DECRETA:

Art. 1º CONCEDE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE com proventos proporcionais ao tempo de serviço à Servidora Pública Municipal Sra. LOURDES SWIRKOWSKI, no Cargo de Agente Comunitário de Saúde, portadora do RG nº 18ª R 1793401 SSP SC, inscrita no CPF sob o nº 862.124.519-15, com ingresso no Serviço Público em 01 de julho de 1987, com contribuição para o Regime Geral da Previdência, sendo efetivada por Concurso Público Municipal em 01 de fevereiro de 1991, na função de Agente Comunitária de Saúde, e transposta para o Regime Estatutário em 20 de janeiro de 1995, com contribuição para o Regime Próprio da Previdência, preenchendo todos os requisitos exigidos pela Constituição Federal, Legislação Federal e Legislação Municipal vigentes.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 10 de junho de 2011.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

ADÉLIA SALETE DE OLIVEIRA
Presidente do IMPRESS

Portaria Nº 023/2011

PORTARIA Nº 023, de 01 de junho de 2011.

Nomeia Médico Perito Oficial do Trabalho.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, e de conformidade com o contido na Lei Municipal nº 3.105, de 26 de setembro de 2005, regulamentada pelo Decreto nº 205, de 09 de dezembro de 2005,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR DR. ALBERTO AURÉLIO POSENATTO, Médico Perito Oficial do Trabalho no Município de Porto União.

Art. 2º As atividades de Médico Perito Oficial do Trabalho serão prestados por Alberto Aurélio Posenatto, dentro de seu cargo de médico, símbolo PF, padrão de 05 horas semanais, conforme Anexo I da Lei nº , de 3.725 de 25 de março de 2010.

Art. 3º A remuneração do médico perito será aquela constante da tabela de vencimentos da Lei nº 3.725, de 25 de março de 2010, razão pela qual o mesmo renuncia de forma expressa, com caráter irrevogável e irretratável a gratificação de que trata o art. 6º do Decreto nº 205, de 09 de dezembro de 2005.

Art. 4º Revogam-se a Portaria nº 018, de 18 de maio de 2006, e as demais disposições em contrário.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 01 de junho de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Mun. de Administração, Esporte e Cultura

Rio do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 1891/11

DECRETO Nº 1.891, de 1º de junho de 2011.

"DECLARA INSERVÍVEIS BENS MÓVEIS DO PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam declarados inservíveis os bens móveis do patrimônio público municipal, cadastrados na Secretaria Municipal de Agricultura:

- Trator Agrícola de rodas, marca Massey Ferguson, modelo 275, diesel, nº de série 275-026902, ano 1998, etiqueta nº 9879.
- Trator Agrícola de rodas, marca Massey Ferguson, modelo 283, 4RM, diesel, nº de série 283-064355, ano 2002, etiqueta nº 9905.
- Arado de Aiveca, etiqueta nº 9899.
- Arado de Aiveca, etiqueta nº 9900.
- Grade Hidráulica, etiqueta nº 9898.

Art. 2º - Ficam nomeados os Senhores Robson da Silva, Darcy Vicari e Lino André Fidelis da Silva para, em comissão, avaliarem os bens declarados inservíveis no artigo 1º.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 1º de junho de 2011

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário Municipal de Administração

Vlrm

Decreto Nº 1899/11

DECRETO Nº 1.899, de 03 de junho de 2011.

"CONCEDE ISENÇÃO FISCAL À EDIFICAÇÃO DE VALOR HISTÓRICO E ARQUITETÔNICO"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e de acordo com o que dispõe a Lei Municipal nº 2.767/93 e pelo Decreto nº 290/93,

DECRETA:

Art.1º- Fica concedido a CARLOS MARZALL & FILHOS LTDA, localizado na Rua Carlos Gomes, nº 161, cadastro imobiliário nº 587, matrícula Registro de Imóveis sob nº 22455, com base no parecer exarado pela Comissão Técnica de Edificação Histórica, inserido nos autos do Protocolo nº 110639/2008, incentivo na forma que segue:

- 100% (cem por cento) do Imposto Predial pelo período de 05(cinco) exercícios fiscais a contar de 01 de setembro de 2008.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 03 de junho de 2011.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

MARCO AURELIO ROSAR

Secretário de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo Vlrm

Decreto Nº 1900/11

DECRETO Nº 1.900, de 03 de junho de 2011.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELA CARTA CONVITE Nº 065/2011."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado, de acordo com o parecer da Comissão de Licitações, nomeado pelo Decreto nº 1581/10, o resultado da Carta Convite N.º 065, de 18/05/2011, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante INSTITUTO PROFESSOR RAINOLDO UESSLER SOCIEDADE SIMPLES LTDA..

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 03 de junho de 2011.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário Municipal de Administração

Vlrm

ANEXO AO DECRETO Nº 1.900/2011

Carta Convite nº 065/11 de 18.05.2011

Objeto da Licitação: Contratação de serviços técnicos especializados para auditoria dos cálculos para apuração das tarifas de

transporte público coletivo referente aos últimos 11 anos, Departamento de Trânsito-Sec. De Planejamento.

Preço: global

Participantes: PROFUZZY CONSULTORIA E SISTEMAS LTDA e INSTITUTO PROFESSOR RAINOLDO UESSLER SOCIEDADE SIMPLES LTDA.

Decisão: Pelo critério menor preço a Comissão de Licitações declarou vencedor o licitante INSTITUTO PROFESSOR RAINOLDO UESSLER SOCIEDADE SIMPLES LTDA.

Decreto Nº 1904/11

DECRETO Nº 1.904 de 03 de junho de 2011

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso II da Lei Orçamentária nº 5.086 de 15/12/10.

DECRETA:

Art. 1º – Fica suplementada na importância de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), as seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente de Rio do Sul:

60.00	FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE		
60.01	FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE		
2.104	Manutenção do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
	TOTAL	R\$	5.000,00

Art. 2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância parcial de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), as seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente de Rio do Sul:

60.00	FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE		
60.01	FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE		
2.104	Manutenção do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente		
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	INVESTIMENTOS		
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
	TOTAL	R\$	5.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 03 de junho de 2011
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Decreto Nº 1909/11

DECRETO Nº 1.909, de 07 de junho de 2011.

"CONCEDE PENSÃO AO Sr. ELIZANDRO ALVES PAES"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, usando das prerrogativas previstas no inciso VI, do Art. 37 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o disposto no artigo 260 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, artigo 20 e seguintes da Lei Complementar nº 073/01 de 20/11/2001, letra "a" inciso II do Artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119/02 de 21/03/2002 e inciso I § 7º do artigo 40 da CF de 1988, com redação dada pela EC. 41/2003.

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido a partir de 26 de Março de 2011, pensão vitalícia ao Sr. Elizandro Alves Paes, brasileiro, solteiro, agente administrativo, residente na Rua Natália Soares, nº 182, bairro Fátima, em Otacílio Costa - SC, em virtude do falecimento de sua companheira Sra. Nirce Moje, ex-servidora pública municipal, matrícula nº 1595401, aposentada desde 1º de Outubro de 2010, no cargo de professora, nível 3, classe A, com proventos integrais e adicional de 27 %.

Art. 2º - O benefício pensão por morte ora concedido será de 50% (cinquenta por cento).

Art. 3º - Em conformidade com o Art. 40, § 7º, inciso I da CF/88 com a redação dada pela EC. nº 41/2003 corresponderá a totalidade dos proventos da servidora inativa, falecida em 26/03/2011.

Art. 4º - Os proventos da pensão serão revistos pelo índice e na data do reajuste dos benefícios vinculados ao Regime Geral da Previdência Social

Art. 5º - A presente concessão é efetivada em caráter precário, haja vista a necessidade de registro e homologação no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 07 de junho de 2011.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ
Secretário Municipal de Administração

Decreto Nº 1910/11

DECRETO Nº 1.910, de 07 de junho de 2011

"NOMEIA OSMAR GUNTHER STOLL"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 207 e 208, de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Nomear OSMAR GUNTHER STOLL para, a partir de 06/06/2011, exercer o cargo em comissão - Diretor de Departamento de Orçamento e Gestão, nos termos do § 2º, do Art. 15, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e Art. 10, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010 e suas alterações posteriores.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 07 de junho de 2011
MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ
Secretário Municipal de Administração
Vlrm

Decreto Nº 1911/11

DECRETO Nº 1.911, de 08 de junho de 2011.

“CONCEDE VEÍCULO POR TEMPO DETERMINADO À FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL.”

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido por tempo determinado à Fundação Cultural de Rio do Sul, o veículo, conforme segue:

- O veículo Fiat Ducato , placa MDF-0155, registrado junto ao Patrimônio do Município sob o n.º 9729 , lotado na Fundação Municipal de Desportos, no dia 09 de junho de 2011, bem como o Motorista Veículo Leve, Sr. Carlos Alberto dos Anjos, matrícula nº 8602.

Art. 2º - As despesas decorrentes do uso, manutenção do veículo cedido por este Decreto, bem como a do motorista, correrão a conta das dotações específicas do orçamento vigente da Fundação Cultural de Rio do Sul.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 08 de junho de 2011.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ
Secretário Municipal de Administração
Vlrm

Decreto Nº 1912/11

DECRETO Nº 1.912, de 10 de junho de 2011

“DESIGNA CLOVIS EDUARDO CUÇO”

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como nas instituídas nas Leis Complementares nº 098 e 099, de 24/04/2003, e suas alterações,

DECRETA:

Art.1º - Fica alterado o Art. 1º do Decreto n. 1.884 de 27/05/2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:.

“Art.1º - Designar, de acordo com Art. 46 da Lei Complementar n.º 207 de 28/09/2010, o servidor CLOVIS EDUARDO CUÇO, ocupante do cargo em comissão de Chefe de Imprensa e Jornalismo, para exercer as atribuições do cargo em comissão Diretor de Comunicação Social, durante o impedimento do titular por motivo de férias no período de 24/05/2011 a 12/06/2011 e 16/05/2011 a 25/06/2011.”

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 10 de junho de 2011

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 0484/2011

PORTARIA Nº. 0484/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Conceder Auxílio Natalidade, de acordo com o Art. 241, da Lei Complementar n.º 207 de 28/09/2010, ao servidor ANDRE GUSTAVO WORMSBECHER, ocupante do cargo de provimento efetivo, Desenhista, exercendo a função em comissão de Diretor da Defesa Civil - COMEC, conforme certidão de nascimento nº 0038953 97 do cartório de registro civil da comarca de Rio do Sul - SC, onde encontra-se o assento de ISABELA CAPEL WORMSBECHER.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de Junho de 2011.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Secretário Municipal de Administração
Vf

Portaria Nº 0485/2011

PORTARIA Nº. 0485/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Conceder Licença Paternidade, durante o período de 19/05/2011 a 25/05/2011 e Auxílio Natalidade, de acordo com os Arts. 241 e 253, da Lei Complementar n.º 207 de 28/09/2010, ao servidor municipal JOSÉ CARDOSO, ocupante do cargo de provimento efetivo Guarda Municipal, conforme certidão de nascimento nº. 0038911 53, do cartório de registro civil da comarca de Rio do Sul, onde encontra-se o assento de Gabriel Gomes Cardoso.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de Junho de 2011.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Secretário Municipal de Administração
Vf

Portaria Nº 0488/2011

PORTARIA Nº. 0488/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Nomear a servidora SONIA PASQUALINI VOTA, ocupante

do cargo de provimento efetivo Administrador, para a partir de 01/06/2011, exercer as atribuições do cargo em comissão de Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro da Secretaria Municipal de Saúde, optando pelo vencimento, com 20% de gratificação, fundamentado no § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir de 01/06/2011.

Rio do Sul, 06 de Junho de 2011.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Secretário Municipal de Administração
Vf

Portaria Nº 0489/2011

PORTARIA Nº. 0489/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Conceder Licença Paternidade, durante o período de 30/05/2011 a 03/06/2011, de acordo com o Art. 253, da Lei Complementar n.º 207 de 28/09/2010, ao servidor ANDRE GUSTAVO WORMSBECHER, ocupante do cargo de provimento efetivo, Desenhista, exercendo a função em comissão de Diretor da Defesa Civil - COMEC, conforme certidão de nascimento nº 0038953 97 do cartório de registro civil da comarca de Rio do Sul - SC, onde encontra-se o assento de ISABELA CAPEL WORMSBECHER.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de Junho de 2011.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Secretário Municipal de Administração
Vf

Portaria Nº. 0493/2011

PORTARIA Nº. 0493/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica extinta, a partir de 01/06/2011, uma vaga do cargo de provimento efetivo Marroeiro, nível "B", declarado em extinção, conforme o disposto no Art. 7 da Lei Complementar 208 de 28 de Setembro de 2010, ocupado pelo servidor IVO BECKER, em virtude de sua aposentadoria por invalidez, de acordo com o Art. 38, inciso V, da Lei Complementar Nº 207 de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 09 de junho de 2011.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Secretário Municipal de Administração
Jhc

Portaria Nº0491/2011

PORTARIA Nº. 0491/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar, a partir de 01/06/2011, a servidora MICHELE CRISTINA DE OLIVEIRA VIGNOLA, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível II, classe "A", para atuar como Diretora da Unidade Educacional de Pequeno Porte da Rede Pública Municipal (CE Cantinho do Amor I). E pelo exercício da função, faz jus além da remuneração de seu cargo efetivo, a uma gratificação mensal no percentual de 30% do seu vencimento base, em cumprimento ao Art. 4º da Lei Complementar Nº 194/2009.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir de 01/06/2011.

Rio do Sul, 08 de Junho de 2011.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Secretário Municipal de Administração
Vf

Extrato de Inexigibilidade 24/2011 FMS

Prefeitura de Rio do Sul

Secretaria Municipal de Saúde

Divisão de Suprimentos - Setor de Compras

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 24/2011 - FMS

OBJETO: Aquisição de vale-transporte para atender necessidades dos servidores desta secretaria, para o mês de junho/2011.

JUSTIFICATIVA: Único fornecedor, com base no artigo 25, inciso I da Lei Federal 8.666/93, de 21 de junho de 1.993, que estabelece "é inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição".

VALOR DO OBJETO: R\$ 4.750,00 (quatro mil, setecentos e cinquenta reais)

FORNECEDORES:

* Ônibus Circular Ltda, situada na rua Lauro Muller, nº 444, bairro Budag, município de Rio do Sul. CNPJ: 85.775.633/0001-24;

* Expresso Taioense Ltda, situada na rua Lauro Muller, nº 444, bairro Budag, município de Rio do Sul. CNPJ: 85.776.342/0001-50.

Rio do Sul (SC), 30 de maio de 2011.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

MIRIAN UNBEHAUN SILVA

Secretária Municipal de Saúde

166/2011

ONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 166/2011

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. VANDERLEI PETRI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) LEANDRO LEDRA portador(a) do CPF nº 054.405.019-32, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua

Leopoldo Ledra, 342 Bairro Santana, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor - Educação Física, com jornada de 20 horas semanais, a serem desenvolvidas na Escola Modelo Arvino Walter Gaertner, em virtude de vaga não ocupada em concurso público, até a realização de novo concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 733,92 (setecentos e trinta e três reais e noventa e dois centavos) mensais, conforme Art. 1º, inciso II da Lei 4.816 de 19 de dezembro de 2008, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/02/2011 e encerrando-se em 30/04/2011, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 31 de janeiro de 2011.
VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

LEANDRO LEDRA
Contratado (a)

167/2011

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 167/2011

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. VANDERLEI PETRI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) LEANDRO LEDRA portador(a) do CPF nº 054.405.019-32, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Leopoldo Ledra, 342 Bairro Santana, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso IV, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor - Educação Física, com jornada de 10 horas semanais, a serem desenvolvidas na Escola Modelo Arvino Walter Gaertner, para atender a programas temporários decorrentes de convênios ou acordos bilaterais.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 366,96 (trezentos e sessenta e seis reais e noventa e seis centavos) mensais, conforme Art. 1º, inciso II da Lei 4.816 de 19 de dezembro de 2008, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/02/2011 e encerrando-se em 30/04/2011, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato,

numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 31 de janeiro de 2011.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

LEANDRO LEDRA

Contratado (a)

175/2011

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 175/2011

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. VANDERLEI PETRI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ADENILSO ISAIAS CAMPESTRINI portador(a) do CPF nº 054.524.649-05, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Vaticano, 899 Bairro Barragem, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor - Educação Física, com jornada de 20 horas semanais, a serem desenvolvidas na Escola Modelo Arvino Walter Gaertner, em virtude de vaga não ocupada em concurso público, até a realização de novo concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 611,60(seiscentos e onze reais e sessenta centavos) mensais, conforme Art. 1º, inciso III da Lei 4.816 de 19 de dezembro de 2008, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/02/2011 e encerrando-se em 30/04/2011, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 31 de janeiro de 2011.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

ADENILSO ISAIAS CAMPESTRINI

Contratado (a)

223/2011

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 223/2011

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. VANDERLEI PETRI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ADENILSO ISAIAS CAMPESTRINI portador(a) do CPF nº 054.524.649-05, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Vaticano, 899 Bairro Barragem, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor - Educação Física, com jornada de 11 horas semanais, a serem desenvolvidas na Escola Modelo Arvino Walter Gaertner, em virtude de vaga não ocupada em concurso público, até a realização de novo concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 305,80(Trezentos e cinco reais e oitenta centavos) mensais, conforme Art. 1º, inciso III da Lei 4.816 de 19 de dezembro de 2008, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância

mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 04/02/2011 e encerrando-se em 30/04/2011, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de fevereiro de 2011.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração

ADENILSO ISAIAS CAMPESTRINI
Contratado (a)

258/2011

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 258/2011

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) SANDRA REGINA DOS SANTOS portador(a) do CPF nº 792.087.899-34 de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua JOSE STANDNICK, 10, Bairro BUDAG, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações

posteriores, prestará serviços de Professor - Anos Iniciais, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas na CE ROBERTO MACHADO, em substituição a Isolete Borgert(em licença a maternidade)

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.782,00 (mil setecentos e oitenta e dois reais) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 02/05/2011 e encerrando-se em 25/07/2011, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementar mente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 02 de Maio de 2011.
JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ
Secretário Municipal de Administração

SANDRA REGINA DOS SANTOS
Contratado (a)

271/2011**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 271/2011**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr(a) GABRIELA FAGUNDES PADILHA portador(a) do CPF nº 073.735.169-12 de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua GIOCONDO TRAVAGLIA, 45, Bairro CANTA GALO, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor - Língua Portuguesa, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas na Secretaria Municipal de Educação, em virtude de vaga não ocupada em concurso público, até a realização de novo concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.187,97 (mil cento e oitenta e sete reais e noventa e sete centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 16/05/2011 e encerrando-se em 15/08/2011, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementar mente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 16 de Maio de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário Municipal de Administração

GABRIELA FAGUNDES PADILHA

Contratado (a)

272/2011**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 272/2011**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr(a) JANDIRA TEREZINHA POSSAMAI portador(a) do CPF nº 016.392.149-09 de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua HETORE LOSI, 115, Bairro CENTRO, LAURENTINO - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de PEDAGOGO - , com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas na CE GUILHERME BUTZKE, em virtude de vaga não ocupada em concurso público, até a realização de novo concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.960,16 (mil novecentos e sessenta e reais e dezesseis centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 05/05/2011 e encerrando-se em 04/08/2011, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante

do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementar mente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 05 de Maio de 2011.
JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ
 Secretário Municipal de Administração

JANDIRA TEREZINHA POSSAMAI
 Contratado (a)

Editais de Processo Seletivo Nº 009/2011 EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 009/2011

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL – SC, no uso de suas atribuições legais e na forma prevista no inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal, Art. 73 da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, Lei Complementar 207/2010, 217/2010, Lei Complementar 208/2010, 215/2010, Lei 3.796, de 26 de junho de 2002 e suas alterações posteriores, Portaria GM n. 154, de 24 de janeiro de 2008 e mediante as condições estipuladas neste Edital e demais disposições legais aplicáveis, TORNA PÚBLICO a realização de PROCESSO SELETIVO, destinado ao preenchimento de vagas para funções de caráter temporário da Secretaria Municipal de Saúde.

1 - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1 Este edital, seus resultados e demais comunicações relacionadas ao presente processo seletivo serão publicados no site do Município de Rio do Sul, www.riodosul.sc.gov.br e/ou no site do Diário Oficial dos Municípios - DOM www.diariomunicipal.sc.gov.br.
- 1.2 O prazo de validade deste processo seletivo será de 01 (um) ano, contado a partir da data de publicação do Decreto de homologação final, podendo, a critério da administração, ser prorrogado uma única vez, por igual período.
- 1.3 Para o candidato que não aceitar a vaga apresentada ou dela desistir, não será apresentada outra.
- 1.4 A aprovação do candidato neste processo seletivo, no que excede ao número de vagas disposto neste edital, não gera direito de contratação, visto que esta será realizada de acordo com a necessidade e seguindo rigorosamente a ordem de classificação.

2 – DOS REQUISITOS PARA A FUNÇÃO

- 2.1 Nacionalidade brasileira ou estrangeira, na forma da lei;
- 2.2 Idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- 2.3 Quitação com as obrigações militar e eleitoral;
- 2.4 Aptidão física e mental para o exercício da função a que concorre;
- 2.5 Habilitação para a função (conforme item 3 deste edital);
- 2.6 Não possuir acumulação proibida de cargo, emprego ou função pública, conforme prevê a Constituição Federal;

- 2.7 Não haver sofrido as penalidades previstas no art. 173,

conforme dispõe o Art. 176 e Parágrafo Único, da Lei Complementar nº 207/2010 e alterações posteriores;

2.8 Não estar em licença, ainda que não remunerada, de cargo, função ou emprego público que exerça na administração direta ou indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios;

2.9 Conhecer e estar de acordo com as exigências contidas neste edital.

2.10 No ato da inscrição, não serão solicitados comprovantes das exigências contidas nos subitens anteriores. No entanto, o candidato que não as satisfaça no ato da contratação, mesmo tendo sido aprovado, será automaticamente eliminado deste Processo Seletivo.

3 – DA FUNÇÃO, NÚMERO DE VAGAS, CARGA HORÁRIA, HABILITAÇÃO, ATUAÇÃO, SALÁRIO BASE E ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO.

FUNÇÃO	Nº DE VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	HABILITAÇÃO/REQUISITOS MÍNIMOS NECESSÁRIOS A SEREM COMPROVADOS NO ATO DA CONTRATAÇÃO	ATUAÇÃO	SALÁRIO BASE
Fisioterapeuta	01	40h	Graduação em Fisioterapia e Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão	NASF – Núcleo de Apoio à Saúde da Família	R\$ 2.864,27

3.1 As vagas oferecidas neste edital estão em conformidade com o item IV do Art. 2º da Lei nº 3.796 de 26/06/2002 e suas alterações posteriores e abrangem também as que surgirem dentro do período de validade deste edital.

3.2 As atribuições da função são constantes do ANEXO I, deste edital.

4 – DAS INSCRIÇÕES

4.1 As inscrições estarão abertas no período de 13/06/2011 a 28/06/2011.

4.2 A Ficha de Inscrição para este Processo Seletivo está disponibilizada no Portal do Servidor Público Municipal de Rio do Sul: www.riodosul.sc.gov.br/rh.

4.3 O candidato deverá preencher todos os dados da ficha de inscrição e entregá-la, devidamente assinada, pessoalmente ou por procuração, na Secretaria Municipal de Saúde, Sala 97, sito a Rua Tuiuti, 154, Rio do Sul - SC, das 8h às 12h, com os documentos constantes no item abaixo:

4.4 Para inscrição o candidato deverá apresentar:

- a) Fotocópia do Registro de Identidade e do CPF;
- b) Fotocópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos (caso de haver empate);
- c) Fotocópia e original do Certificado de Conclusão de curso de Pós-Graduação, se tiver, nos termos do item 7.2 deste edital;
- d) Fotocópia e original de Certidão ou Declaração de Conclusão de cursos de capacitação e/ou aperfeiçoamento, se tiver, nos termos do item 7.2 deste edital;
- e) Original de comprovação de tempo de serviço, se tiver, nos termos do item 7.2 deste edital;
- f) Tabela de Títulos (Anexo IV), devidamente preenchida e assinada;
- g) Endereço, telefone e e-mail para contato.

4.5 O candidato é responsável pelas informações prestadas na ficha de inscrição, responsabilizando-se pelas consequências de erros ou não preenchimento de qualquer campo daquele documento.

4.6 Será cancelada a inscrição do candidato que prestar declarações falsas, inexatas, adulterar qualquer documento informado ou apresentado ou que não satisfizer integralmente todas as

condições estabelecidas neste edital.

4.7 O candidato, ao preencher a ficha de inscrição, declara estar ciente das exigências e normas estabelecidas para este Processo Seletivo, em plena concordância das mesmas.

4.8 Após o prazo de inscrição, dia 29/06/2011, as mesmas serão publicadas no site do Município de Rio do Sul (www.riodosul.sc.gov.br), em ordem alfabética.

4.9 O candidato terá 02 (dois) dias úteis após a publicação no site para solicitar recurso referente a esta fase, através de requerimento encaminhado a Secretaria Municipal de Administração (conforme Anexo III deste Edital) devidamente instruído e protocolado no Departamento de Protocolo da Prefeitura Municipal de Rio do Sul. A Secretaria Municipal de Administração - através da Comissão Especial de Processo Seletivo, quando for o caso, fará os procedimentos de correção e divulgará o resultado através do site já citado, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis. Findo o prazo de recurso, as inscrições serão automaticamente homologadas, dando início ao processo de seleção.

5 - DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

5.1 O Processo Seletivo, objeto deste Edital, compreenderá exame de habilidades e de conhecimentos, aferidos da seguinte maneira: Primeira etapa: Prova Objetiva, de caráter eliminatório e classificatório

Segunda etapa: Prova de Títulos, de caráter classificatório

5.2 O Resultado final dar-se-á mediante somatório de pontos de cada etapa do processo de avaliação.

6 - DA PROVA OBJETIVA

6.1 A Prova Objetiva (de caráter eliminatório e classificatório) será realizada no dia 07/07/2011, em local e horário divulgados no site do Município de Rio do Sul, dia 29/06/2011, juntamente com a relação de inscritos.

6.2 O candidato deverá comparecer ao local de prova com antecedência mínima de quinze minutos do horário fixado para o seu início, munido de documento de identidade válido e com foto, ficha de inscrição e caneta esferográfica com tinta azul ou preta.

6.3 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização da prova o documento de identidade original, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá apresentar documento que ateste o registro de ocorrência em órgão policial, expedido há no máximo, trinta dias.

6.4 Será vedado o acesso dos candidatos que chegarem com atraso, não havendo tolerância sob qualquer alegação ou justificativa.

6.5 Durante a realização das provas não será permitida consulta a livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como porte e/ou uso de bonés, chapéus ou qualquer outra cobertura, óculos escuros, máquinas de calcular, relógios analógicos e/ou digitais, telefones celulares, pager, computadores pessoais ou qualquer equipamento elétrico ou eletrônico.

6.6 A constatação, por qualquer meio, de que o candidato não respeitou ao disposto no item 6.5 deste edital, verificada a qualquer momento, mesmo que a prova já tenha sido entregue, implicará eliminação do candidato no processo seletivo, sem qualquer outro aviso ou comunicação.

6.7 Os três últimos candidatos da sala somente poderão entregar a prova e retirar-se, simultaneamente.

6.8 A duração da prova será de 3 horas e o candidato só poderá retirar-se do local de aplicação após 30 minutos de seu início, não podendo levar o caderno de provas.

6.9 No caso de anulação de qualquer questão da prova objetiva, os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos que a responderam.

6.10 O gabarito das provas estará disponibilizado no site do Município de Rio do Sul, no dia 08/07/2011.

6.11 O não comparecimento à prova objetiva independente do motivo, caracterizará desistência e resultará na eliminação do candidato deste Processo Seletivo.

6.12 A prova objetiva constará de 30 questões, sendo 20 de Conhecimentos Específicos e 10 sobre Conhecimentos Gerais, conforme Conteúdo Programático disposto no Anexo II deste edital.

6.13 As questões da prova objetiva serão do tipo múltipla escolha, com cinco alternativas de resposta cada uma, das quais apenas UMA será a correta, de acordo com o comando da questão.

6.14 O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva para a folha de respostas, que será o único documento válido para a correção das provas. O correto preenchimento da folha de respostas será de inteira responsabilidade do candidato.

6.15 Em hipótese alguma haverá substituição da folha de respostas.

6.16 O candidato deverá assinar a folha de resposta. A não assinatura implicará na nulidade das questões e eliminação do candidato do processo seletivo.

6.17 É de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos da não assinatura e de marcações indevidas na folha de respostas. Serão consideradas marcações indevidas as que estiverem em desacordo com este edital e/ou com as instruções contidas na folha de respostas, tais como marcação rasurada ou emendada ou campo de marcação não preenchido integralmente.

6.18 O candidato não deverá amassar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou, de qualquer modo, danificar a sua folha de respostas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de correção exata.

6.19 A nota da prova objetiva será calculada conforme tabela abaixo, sendo automaticamente reprovados os candidatos que obtiverem nota inferior a 6,0 (seis):

Questões	Pontuação por acerto	Pontuação Total
Questões de conhecimentos gerais	0,20	2,0
Questões de conhecimentos específicos	0,40	8,0
Valor da prova		10,0

6.20 – DA PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DA PROVA OBJETIVA E DO PRAZO PARA RECURSO

6.20.1 O resultado da prova objetiva será publicado no site do Município de Rio do Sul, no dia 15/07/2011. Os candidatos terão 02 (dois) dias úteis, após a publicação do resultado, para solicitar recurso, devidamente fundamentado, através de requerimento encaminhado a Secretaria Municipal de Administração, instruído e protocolado no Departamento de Protocolo da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, conforme modelo constante do Anexo III. A Secretaria de Administração - através da Comissão Especial de Processo Seletivo, quando for o caso, fará os procedimentos de correção e divulgará o novo resultado através do site já citado no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis. Findo o prazo do recurso, o resultado da prova objetiva será automaticamente homologado, dando sequência ao processo de seleção.

7 - DA PROVA DE TÍTULOS

7.1 A Prova de Título, de caráter classificatório e não eliminatório, tem por objetivo avaliar os conhecimentos adquiridos através da conclusão de cursos e experiências profissionais estreitamente relacionadas com a função a ser exercida pelo candidato.

7.2 Será considerado como título:

a) Certificado (original e fotocópia) de conclusão de curso de pós-graduação, em nível de especialização, na área de Fisioterapia, com carga horária mínima de 360 horas, devidamente registrado no órgão competente. (Não serão aceitas Declarações de Conclusão de Curso ou Histórico Escolar, apenas o Certificado);

b) Certidão ou Declaração (original e fotocópia) de conclusão de cursos (palestras, seminários, workshop, etc.) de aperfeiçoamento/capacitação, com carga horária mínima de 8h e relacionados com a área de Fisioterapia, realizados a partir do ano de 2005 e emitidos por Instituição de Ensino credenciada (Os casos em que não for possível a apresentação do certificado, serão aceitas

declarações fornecidas pela Instituição promotora do curso, desde que contenha o período de realização e carga horária do evento);
c) Certidão ou Declaração original circunstanciada expedida pelo órgão ou empresa competente de atuação, para comprovação de tempo de serviço ou Carteira de Trabalho que conste a data de entrada e saída. Caso o registro na carteira ainda esteja em aberto, somente será considerado como título a Certidão ou Declaração circunstanciada expedida pelo órgão de atuação. Somente será considerado período de atuação como Fisioterapeuta.

7.3 A avaliação dos referidos títulos obedecerá aos seguintes critérios:

- a) Especialização: 2,0 pontos;
- b) Participação em cursos de aperfeiçoamento com carga horária de até 40 horas: 1,0 ponto;
- c) Participação em cursos de aperfeiçoamento com carga horária superior a 40 horas: 2,0 pontos;
- d) Experiência profissional, de 6 a 12 meses: 1,0 ponto;
- e) Experiência Profissional, superior a 12 meses: 3,0 pontos.

7.4 A pontuação aferida ao curso de especialização, limita-se exclusivamente a um curso.

7.5 A pontuação aferida aos cursos de aperfeiçoamento refere-se ao somatório total da carga horária dos cursos apresentados pelo candidato.

7.6 A pontuação aferida a experiência profissional refere-se ao somatório total do período de experiência, não sendo considerados períodos inferiores há 06 meses.

7.7 Somente serão considerados para análise, os títulos entregues no ato da inscrição e devidamente relacionados na tabela constante do Anexo IV deste Edital.

7.8 Não serão aceitos títulos entregues em outra data que não a do ato de inscrição.

7.9 Os títulos devidamente relacionados na tabela constante do Anexo IV não geram direito garantido a pontuação. Os mesmos serão objetos de análise pela Comissão Especial de Processo Seletivo, seguindo-se os critérios dispostos neste edital, para posterior validação ou não.

7.10 O Prazo de Recurso para esta fase se dará juntamente com o prazo de recurso aberto para o Resultado Final, conforme dispõe o item 10 deste edital.

8 - DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

- a) Maior tempo de experiência (tempo de serviço);
- b) Maior número horas de capacitação;
- c) Maior número de dependentes;
- d) Maior idade.

8.1 Para o desempate, serão considerados os títulos já analisados e tornados válidos pela Comissão Especial de Processo Seletivo.

9 - DA PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL E DO PRAZO PARA RECURSO

9.1 O resultado final será publicado no site do Município de Rio do Sul e no DOM – Diário Oficial dos Municípios, no dia 21/07/2011. Os candidatos terão 03 (três) dias úteis, após a publicação do resultado, para solicitar recurso (referente ao Resultado Final e a Prova de Títulos) devidamente fundamentado, através de requerimento encaminhado a Secretaria Municipal de Administração, instruído e protocolado no Departamento de Protocolo da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, conforme modelo constante do Anexo III. A Secretaria Municipal de Administração - através da Comissão Especial de Processo Seletivo, quando for o caso, fará os procedimentos de correção e divulgará o resultado através dos locais já citados no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis. Findo o prazo do recurso, o resultado será homologado através de Decreto e encerrado.

9.2 Não serão reconhecidos os recursos interpostos fora do prazo disposto no item 9.1 deste edital.

10 – DA CONVOCAÇÃO

10.1 O candidato aprovado será convocado na medida em que surgir a necessidade de preenchimento da vaga, seguindo rigorosamente a ordem de classificação, através de publicação no site oficial do município de Rio do Sul (www.riodosul.sc.gov.br).

10.2 É de inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento das convocações efetuadas pelos sites acima citados.

10.3 O Departamento de Recursos Humanos poderá, eventualmente, entrar em contato com o candidato convocado através do número de telefone, endereço e/ou e-mail informados na ficha de inscrição, portanto, é de inteira responsabilidade do candidato a atualização de seu endereço junto ao Departamento de Recursos Humanos, Prefeitura Municipal de Rio do Sul – SC, quando houver alteração dos dados informados na ficha de inscrição.

10.4 Ao ser convocado, o candidato deverá comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, munido de documento de identidade, para dar início ao processo de contratação.

10.5 O candidato que deixar de comparecer no prazo previsto no item anterior, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

10.6 Ao candidato que não tiver interesse na vaga ofertada, não será apresentada outra, sendo neste caso, eliminado do processo seletivo.

11 – DA CONTRATAÇÃO

11.1 A contratação prevista neste edital tem caráter emergencial e deve ocorrer imediatamente após a convocação. O contrato inicial será de três meses, podendo, se do interesse de ambas as partes, ser prorrogado enquanto existir o programa, conforme Parágrafo Único, do Art. 4º, da Lei Municipal nº 3.796/2002 e alterações posteriores.

11.2 O candidato contratado estará em permanente avaliação. Caso seu desempenho não seja satisfatório, o contrato poderá ser rescindido antes do término previsto, nos termos da Lei Municipal nº 3.796/2002 e alterações posteriores.

11.3 Previamente a contratação, mediante convocação, será exigido do candidato classificado os seguintes documentos:

- a) CPF
- b) Registro de Identidade
- c) Carteira de reservista (se homem)
- d) Comprovante Inscrição PIS/PASEP
- e) Certidão nascimento ou casamento
- f) Certidão nascimento filhos (menores de 14 anos)
- g) Título eleitoral e comprovante de quitação com as obrigações eleitorais
- h) 01 foto 3x4 atualizada
- i) Comprovante dos requisitos exigidos para a função (conforme item 3 deste edital)
- j) Endereço completo, telefone e e-mail para contato
- l) Declaração Acúmulo Cargo (fornecida pelo RH)
- m) Declaração Dependentes Imposto de Renda (fornecida pelo Dep. RH)
- n) Declaração Dependentes Salário Família (fornecida pelo Dep. RH)
- o) Nº de conta Bradesco (autorização para abertura fornecida pelo RH)
- p) Carteira comprovando grupo sanguíneo (se tiver)
- q) Atestado Médico Admissional (previamente agendado pelo RH)
- r) Outros documentos que lhe forem solicitados no ato da convocação.

12 – DO CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO

PERÍODO INSCRIÇÃO	13/06/2011 até 28/06/2011
PUBLICAÇÃO INSCRIÇÕES E CONVOCAÇÃO	29/06/2011
PROVA	
RECURSO INSCRIÇÕES	30/06 e 01/07/2011
PROVA OBJETIVA	07/07/2011

GABARITO PROVA OBJETIVA	08/07/2011
PUBLICAÇÃO RESULTADO PROVA OBJETIVA	15/07/2011
RECURSO PROVA OBJETIVA	18 e 19/07/2011
PUBLICAÇÃO RESULTADO FINAL	21/07/2011
RECURSO RESULTADO FINAL (E PROVA TÍTULOS)	22, 25 e 26/07/2011
HOMOLOGAÇÃO RESULTADO	01/08/2011

13 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 As contratações serão efetuadas com base na Lei nº 3.796/02, sendo assegurado aos contratados os direitos estabelecidos no Art. 11 da lei supra citada;

13.2 A contribuição previdenciária dos contratados por este processo seletivo, será vinculada ao regime geral de Previdência Social (INSS);

13.3 Eventuais alterações na legislação municipal, relativas a normas inerentes aos Servidores Públicos Municipais, com reflexo nas contratações de caráter temporário de excepcional interesse público, serão automaticamente incorporadas a partir de sua vigência;

13.4 Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Administração;

13.5 Os anexos I, II, III e IV são partes integrantes deste edital.

13.6 Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul (SC), 08 de junho de 2011

MILTON HOBUS	JOSÉ E. R. THOMÉ
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

MIRIAN UNBEHAUN SILVA
Secretária Municipal de Saúde

ANEXO I DAS ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO - FISIOTERAPEUTA

Descrição Sumária: Atender clientes para prevenção, habilitação e reabilitação de pessoas utilizando protocolos e procedimentos específicos de fisioterapia. Realizar diagnósticos. Orientar clientes, familiares, cuidadores e responsáveis e adotar medidas de precaução padrão de biossegurança.

Principais Atribuições: Contribuir, preventiva e corretivamente, com os conhecimentos em Fisioterapia, atuando em escolas, ambulatórios, consultórios, e outros. Buscar a habilitação e reabilitação física dos usuários, avaliando, a partir da identidade da patologia clínica intercorrente, através de exames laboratoriais e de imagens, da anamnese funcional e exame da cinesia, elaborando o Diagnóstico Cinesiológico, verificando a funcionalidade e sinergismo das estruturas anatômicas envolvidas. Atender clientes e buscar a resolutividade dos tratamentos, traçando o plano de reabilitação, executando e acompanhando a evolução terapêutica, observando as aplicações e procedimentos realizados durante o processo de reabilitação, tais como reeducação pré e pós-parto, habilitação e reabilitação em oncologia, pós-cirúrgico, funções neuro-músculo-esqueléticas, sensorio-motoras, percepto-cognitivas, cardio-pulmonares, urológicas, neuro-psicomotor, motricidade geral, condições dolorosas, entre outros. Possibilitar a plena atenção prestada aos usuários integrando equipes interdisciplinares e multiprofissionais, realizando atividades em conjunto, tais como: visitas médicas; discussão de casos; reuniões administrativas; visitas domiciliares, sempre que necessários. Orientar usuários bem como seus familiares, cuidadores e responsáveis, repassando informações sobre o diagnóstico e tratamento em Fisioterapia, esclarecendo dúvidas, explicando procedimentos, ensinando técnicas de autonomia e independência sempre que necessário. Ministrar testes e tratamentos ortópticos, bem como ainda prescrever órteses, próteses e adaptações. Manter o registro dos usuários atendidos, incluindo a conclusão diagnóstica, tratamento,

evolução, procedimentos tomados, a fim de efetuar a orientação terapêutica adequada. Elaborar relatórios, laudos técnicos, pareceres e registrar dados em sua área de especialidade. Promover a melhoria e aperfeiçoamento das equipes multiprofissionais, subsidiando decisões e ações bem como, participando efetivamente dos processos de planejamento e avaliação das mesmas. Promover a educação em saúde em seus níveis de atenção, coletiva e individual, desenvolvendo estudos e pesquisas de prevenção e assistência relacionados com Fisioterapia e Saúde, através de campanhas, palestras, comissões, reuniões, ordinárias e extraordinárias, e outros. Contribuir com a formação e aprimoramento de outros profissionais de saúde, orientando estágios e participando de programas de treinamento em serviço. Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com outras entidades públicas e/ou particulares, realizando estudos, exposições sobre situações e problemas identificados, oferecendo sugestões, revisando, discutindo, trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município. Participar, conforme a política interna do poder executivo municipal, de projetos, cursos, eventos, convênios e programas. Executar outras atividades compatíveis com a formação profissional.

(CONFORME PORTARIA 154/ 2008):

São ações de responsabilidade de todos os profissionais que compõem os NASF, a serem desenvolvidas em conjunto com as Equipes de Saúde da Família - ESF:

* Identificar, em conjunto com as ESF e a comunidade, as atividades, as ações e as práticas a serem adotadas em cada uma das áreas cobertas;

Identificar, em conjunto com as ESF e a comunidade, o público prioritário a cada uma das ações;

* Atuar, de forma integrada e planejada, nas atividades desenvolvidas pelas ESF e de Internação Domiciliar, quando estas existirem, acompanhando e atendendo a casos, de acordo com os critérios previamente estabelecidos;

acolher os usuários e humanizar a atenção;
desenvolver coletivamente, com vistas à intersetorialidade, ações que se integrem a outras políticas sociais como: educação, esporte, cultura, trabalho, lazer, entre outras;

* Promover a gestão integrada e a participação dos usuários nas decisões, por meio de organização participativa com os Conselhos Locais e/ou Municipais de Saúde;

* Elaborar estratégias de comunicação para divulgação e sensibilização das atividades dos NASF por meio de cartazes, jornais, informativos, faixas, folders e outros veículos de informação;

* Avaliar, em conjunto com as ESF e os Conselhos de Saúde, o desenvolvimento e a implementação das ações e a medida de seu impacto sobre a situação de saúde, por meio de indicadores previamente estabelecidos;

* Elaborar e divulgar material educativo e informativo nas áreas de atenção dos NASF; e

* Elaborar projetos terapêuticos individuais, por meio de discussões periódicas que permitam a apropriação coletiva pelas ESF e os NASF do acompanhamento dos usuários, realizando ações multiprofissionais e transdisciplinares, desenvolvendo a responsabilidade compartilhada.

SÃO AÇÕES DO FISIOTERAPEUTA:

* Ações de Reabilitação - Ações que propiciem a redução de incapacidades e deficiências com vistas à melhoria da qualidade de vida dos indivíduos, favorecendo sua reinserção social, combatendo a discriminação e ampliando o acesso ao sistema de saúde.

* A Política Nacional de Integração da Pessoa com Deficiência - Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 - compreende que as "deficiências podem ser parte ou expressão de uma condição de saúde, mas não indicam necessariamente a presença de uma doença ou que o indivíduo deva ser considerado doente" (CIF, 2003).

* O processo de reabilitação, tendo em vista seu compromisso com a Inclusão Social, deve ocorrer o mais próximo possível da moradia, de modo a facilitar o acesso, a valorizar o saber da comunidade e a integrar-se a outros equipamentos presentes no território.

* Assim, é fundamental que os serviços de atenção básica sejam fortalecidos para o cuidado da população com deficiência e suas equipes tenham os conhecimentos necessários à realização de uma atenção resolutiva e de qualidade, encaminhando adequadamente os usuários para os outros níveis de complexidade quando se fizer necessário.

* As ações de reabilitação devem ser multiprofissionais e transdisciplinares, provendo o desenvolvimento de responsabilidades compartilhadas no qual, por meio do entrosamento constante entre os diferentes profissionais, se formulem projetos terapêuticos únicos que considerem a pessoa, suas necessidades e o significado da deficiência no contexto familiar e social. Os resultados das ações deverão ser constantemente avaliados na busca por ações mais adequadas e prover o melhor cuidado longitudinal aos usuários.

* Detalhamento das ações:

* Realizar diagnóstico, com levantamento dos problemas de saúde que requeiram ações de prevenção de deficiências e das necessidades em termos de reabilitação, na área adstrita às ESF;

* Desenvolver ações de promoção e proteção à saúde em conjunto com as ESF incluindo aspectos físicos e da comunicação, como consciência e cuidados com o corpo, postura, saúde auditiva e vocal, hábitos orais, amamentação, controle do ruído, com vistas ao autocuidado;

* Desenvolver ações para subsidiar o trabalho das ESF no que diz respeito ao desenvolvimento infantil;

* Desenvolver ações conjuntas com as ESF visando ao acompanhamento das crianças que apresentam risco para alterações no desenvolvimento;

* Realizar ações para a prevenção de deficiências em todas as fases do ciclo de vida dos indivíduos;

* Acolher os usuários que requeiram cuidados de reabilitação, realizando orientações, atendimento, acompanhamento, de acordo com a necessidade dos usuários e a capacidade instalada das ESF;

* Desenvolver ações de reabilitação, priorizando atendimentos coletivos;

* Desenvolver ações integradas aos equipamentos sociais existentes, como escolas, creches, pastorais, entre outros;

* Realizar visitas domiciliares para orientações, adaptações e acompanhamentos;

* Capacitar, orientar e dar suporte às ações dos ACS;

* Realizar, em conjunto com as ESF, discussões e condutas terapêuticas conjuntas e complementares;

* Desenvolver projetos e ações intersetoriais, para a inclusão e a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência;

* Orientar e informar as pessoas com deficiência, cuidadores e ACS sobre manuseio, posicionamento, atividades de vida diária, recursos e tecnologias de atenção para o desempenho funcional frente às características específicas de cada indivíduo;

* Desenvolver ações de Reabilitação Baseada na Comunidade - RBC que pressuponham valorização do potencial da comunidade, concebendo todas as pessoas como agentes do processo de reabilitação e inclusão;

* Acolher, apoiar e orientar as famílias, principalmente no momento do diagnóstico, para o manejo das situações oriundas da deficiência de um de seus componentes;

* Acompanhar o uso de equipamentos auxiliares e encaminhamentos quando necessário;

* Realizar encaminhamento e acompanhamento das indicações e concessões de órteses, próteses e atendimentos específicos realizados por outro nível de atenção à saúde; e

* Realizar ações que facilitem a inclusão escolar, no trabalho ou social de pessoas com deficiência.

ANEXO II

DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO PARA PROVA OBJETIVA

Conhecimentos Gerais:

* Tópicos relevantes e atuais das áreas de política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, desenvolvimento sustentável, responsabilidade social e ambiental. Atualidades referentes ao Município de Rio do Sul, ao estado de Santa Catarina e ao Brasil.

Conhecimentos Específicos:

* Saúde Pública;

* Sistema Único de Saúde (Lei 8080/90, Lei 8142/90 e Normas Operacionais Básicas do SUS).

* Política Nacional de Humanização;

* História das Políticas de Saúde no Brasil;

* Portaria GM nº 154 de 24 de janeiro 2008;

* Ética Profissional;

* Pacto de Saúde.

* Fisioterapia: conceituação, recursos e objetivos.

* Reabilitação: conceituação, objetivos, sociologia, processo e equipe técnica.

* Papel nos serviços de saúde.

* Modelos alternativos de atenção à saúde das pessoas deficientes.

* Processo de avaliação defisioterapia: semiologia; exame e diagnóstico, postura, diagnósticos das anomalias posturais (patomecânica e correção).

* Processos incapacitantes mais importantes (processo de trabalho, problemas de atenção à saúde pré, peri, pós-natal e na infância, doenças infectocontagiosas, crônico-degenerativas e as condições de vida).

* Trabalho multidisciplinar em saúde; papel profissional e as instituições de saúde.

* Fisioterapia em Traumatologia-Ortopedia.

* Fisioterapia em Neurologia e Neuro-Pediatria.

* Fisioterapia em Pneumologia.

* Fisioterapia nas Afecções Reumáticas.

* Fisioterapia em Queimados.

* Fisioterapia em Cardiologia e Angiologia.

* Fisioterapia em Ginecologia e Reeducação Obstétrica.

* Fisioterapia em Geriatria.

* Reabilitação profissional: conceito, objetivos, processo e equipe técnica.

* Recursos terapêuticos em Fisioterapia.

* Prevenção: modelos alternativos de atenção à saúde.

ANEXO III

MODELO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECURSO

AO SENHOR SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (COMISSÃO ESPECIAL DE PROCESSO SELETIVO):

Processo Seletivo nº 009/2011 – PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Nome: _____

CPF: _____

RG: _____

Endereço: _____

Função a que concorre: _____

Número de Inscrição: _____

Motivo do recurso:

Fundamentação e argumentação lógica:

Data: __/__/2011

Assinatura: _____

ANEXO IV**TABELA TÍTULOS PROCESSO SELETIVO Nº 009/2011**

Nome Candidato:					Função:		
					Para uso da Comissão Especial Processo Seletivo		
Título (certificado, declaração, carteira trabalho...)	Conteúdo título	Data título	Carga horária curso / tempo serviço	Instituição promotora curso/ Órgão atuação	Confirmação recebimento título	Validado pela Comissão (sim / não)	

Declaro que entreguei na data de _____, os títulos acima especificados, ciente de que os mesmos serão objetos de análise da Comissão Especial de Processo Seletivo, bem como de que não serão aceitos títulos em outra data que não a do ato de inscrição.

Assinatura Candidato

Assinatura recebedor dos títulos

CÂMARA DE VEREADORES**Chamamento Público Nº 01/2011****CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2011**

Conforme a Lei Federal nº. 12.232/2010, fica divulgada a lista nominal dos inscritos para sorteio de composição da Subcomissão Técnica responsável pela análise e julgamento das propostas técnicas para contratação de agência de propaganda para prestação de serviços de publicidade.

Não obstante, fica estabelecido que o sorteio PÚBLICO dos 3 (três) integrantes da Subcomissão Técnica será realizado no dia 21 de junho do corrente ano, às 9 horas, no Plenário da Câmara Municipal de Rio do Sul.

Profissionais COM vínculo com a Câmara Municipal de Rio do Sul	Profissionais SEM vínculo com a Câmara Municipal de Rio do Sul
Fabiano Schneidt	Francisco Carlos Stocker
Graciela Ruth Knopp	
Albanir Buzzi Júnior	
Adriele Nardelli	
Luana Carla Corrêa	
Cristiane Faustino Martini	
Maria Marlete Cichoki	
Walfried Wachholz	
Monique Hinckel Hering	
Amauri Abe	

Rio do sul, 13 de junho de 2011.

ROBERTO ANDRADE BASTOS

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Errata do Edital Tomada de Preços Nº 02/2011

AVISO DE ERRATA DO EDITAL TOMADA DE PREÇOS N.º 002/2011 – CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGÊNCIA DE PUBLICIDADE

A Câmara Municipal de Rio do Sul, através da Comissão Permanente de Licitação, traz a Errata da Tomada de Preços nº 002/11, cujo objeto é a Contratação de serviços de Agência de Publicidade,

INFORMAMOS AINDA QUE FICAM MANTIDAS AS DEMAIS CONDIÇÕES PREVISTAS NO EDITAL COMPLETO.

No referido edital, no item 3.1.2.1, leia-se o seguinte:

3.1.2.1 Fica a critério da licitante a definição do período de veiculação e dos meios a serem considerados na simulação de mídia.

No referido edital, no item 3.2.2, leia-se o seguinte:

3.2.2 O Plano de Comunicação Publicitária – Via Identificada, sem os exemplos de peças referentes à “Idéia Criativa”, constitui-se em uma cópia da “Via não Identificada”, que deverá ter a identificação da licitante, ser datado e assinado na última página e rubricado nas demais por quem detenha poderes de representação legal da licitante, na forma de seus atos constitutivos, devidamente identificado.

No referido edital, no item 3.3.1.1, letra “b”, leia-se o seguinte:

3.3.1.1 No quesito “Capacidade de Atendimento” a licitante apresentará, sob a forma de texto:

b) a discriminação das informações de comunicação que colocará, regularmente, a disposição da Câmara Municipal de Rio do Sul, sem ônus adicional, durante a execução do Contrato;

No referido edital, no item 3.3.1.1, fica suprimida letra “e.2”:

e.2) SUPRIMIDO

No referido edital, no item 7.2.1, leia-se o seguinte:

7.2.1 O sorteio será processado de modo a garantir o preenchimento das vagas na Subcomissão Técnica, entre os nomes de uma relação que terá, no mínimo, o triplo do número de integrantes da subcomissão, previamente cadastrados, e será composta por, pelo menos, 1/3 (um terço) de profissionais que não mantenham nenhum vínculo funcional ou contratual, direto ou indireto, com a Administração Municipal.

No referido edital, no item 8.3.1, leia-se o seguinte:

8.3.1 A Comissão Especial Permanente de Licitação atribuirá notas para cada um dos quesitos a serem valorados, conforme tabela a seguir:

Desconto / Honorários	Notas(N)
Percentual de desconto sobre os custos internos, baseados na tabela de custos referenciais do anexo VIII	N = 2,0 x desconto em percentual do presente Edital

No referido edital, fica alterado, na íntegra, o ANEXO VIII

ANEXO VIII**TABELA REFERENCIAL DE PREÇOS DE SERVIÇOS****1. ANÚNCIO PARA JORNAL, REVISTA E PUBLICIDADE LEGAL**

	TOTAL
01) Até ¼ página	1.113,00

02) Até ½ página	1.447,00
03) Até 1 página	2.003,00
04) Página dupla	2.783,00
05) Encarte por página	1.669,00

Obs.: Página base: 6 col. x 53 cm (jornal standard)

2. MÍDIA EXTERIOR

	TOTAL
01) Outdoor	2.226,00
02) Backbus	2.226,00
03) Busdoor / Taxidoor	2.003,00
04) Faixa	1.113,00
05) Floordoor	1.447,00
06) Frontlight / Backlight	2.226,00
07) Frota (programação visual)	3.339,00
08) Muro / tapume	2.226,00
09) Pannel fotográfico / Placa com imagem	2.226,00
10) Placa de sinalização / obra	1.113,00
11) Relógio digital	2.226,00
12) Tapete	1.113,00
13) Lateral de ônibus	2.226,00
14) Abrigo de ônibus	2.226,00
15) Estandarte / Galhardete	1.669,00
16) Adesivo de vitrine	1.669,00
17) Blimp / Infláveis	1.113,00
18) Totem	3.339,00

B) MATERIAL IMPRESSO

	TOTAL
01) Broad side (por página)	1.113,00
02) Catálogo (por página)	779,00
03) Circular / carta (por página)	1.113,00
04) Folheto com informações técnicas (por página)	556,00
05) Folder (por página)	1.113,00
06) House organ / informativo (por página)	1.113,00
07) Jornal / diagramação (por página)	1.113,00
08) Livreto técnico (por página)	556,00
09) Press Release (por página)	1.113,00
10) Mala direta	1.113,00
11) Manual técnico (por página)	779,00
12) Panfleto / volante (frente e verso)	1.113,00
13) Portfólio (por página)	1.113,00
14) Relatório (por página)	779,00
15) Álbum / Book (por página)	1.113,00
16) Boletim (por página)	1.113,00

C) MATERIAL PROMOCIONAL / PONTO DE VENDA

	TOTAL
01) Adesivo / sticker	1.113,00
02) Aparador de gôndola / stopper	1.335,00
03) Bandeira / Bandeirola (por modelo)	1.335,00
04) Balcão de Degustação	2.783,00
05) Banner	1.447,00
06) Baralho	1.113,00
07) Bola / balão para festa	1.113,00
08) Boné	1.113,00
09) Botton	890,00
10) Caderno (miolo) (por página)	556,00
11) Caixa de fósforo	779,00
12) Calendário de mesa / parede (por página)	1.113,00
13) Calendário de bolso	779,00

14) Camisa / camiseta	1.669,00
15) Caneta	779,00
16) Capa agenda / livro / caderno	2.226,00
17) Capa catálogo / relatório	2.449,00
18) Capa CD	2.226,00
19) Capa de carnê	1.335,00
20) Capa jornal / revista	2.449,00
21) Carnê (miolo)	779,00
22) Cartão aniversário / Natal / Ano Novo	2.003,00
23) Cartão postal	2.003,00
24) Cartaz institucional	1.120,00
25) Cartaz / poster	2.226,00
26) Cartazete	2.003,00
27) Carteirinha	1.113,00
28) Chaveiro	779,00
29) Cinta	1.113,00
30) Cinzeiro	779,00
31) Convite	1.447,00
32) Copo	779,00
33) Crachá	779,00
34) Diploma	1.669,00
35) Display de balcão	2.003,00
36) Display de chão	2.003,00
37) Etiqueta	779,00
38) Ficha de inscrição – cupom	556,00
39) Fita medida	779,00
40) Guardanapo	779,00
41) Guarda-sol	1.892,00
42) Jaleco	1.669,00
43) Lápis	779,00
44) Lenço	779,00
45) Leque	779,00
46) Mapa de localização	1.669,00
47) Marcador de página	779,00
48) Medalha	1.113,00
49) Móbile (por peça)	2.003,00
50) Mouse pad	1.113,00
51) Pasta / Mochila	1.113,00
52) Placa comemorativa	1.447,00
53) Plaqueta	1.113,00
54) Régua	779,00
55) Risque-rabique	779,00
56) Rótulo para CD	2.203,00
57) Sacola / Bolsa	1.669,00
58) Santinho	1.447,00
59) Tapa-sol	2.226,00
60) Toalha	1.669,00
61) Troféu	2.226,00
62) Uniforme (por peça)	2.226,00
63) Viseira	779,00

D) EMBALAGEM / RÓTULO

	TOTAL
01) Embalagem de produto	7.792,00
02) Embalagem múltipla (arte-final)	3.339,00
03) Embalagem rótulo	5.556,00
04) Berço	2.226,00
05) Forração de gôndola	1.224,00
06) Mock-ups sem, custo de terceiros	3.339,00
07) Tag	2.226,00

E) IDENTIDADE VISUAL

	TOTAL
01) Logomarca empresa	11.132,00
02) Logomarca evento	6.679,00
03) Logomarca produto	8.905,00
04) Logomarca lançamento imobiliário	6.679,00
05) Manual de aplicação de marca – por página	1.113,00
06) Nome de produto / serviço / empresa	6.679,00
07) Reformulação logomarca empresa	5.566,00
08) Reformulação logomarca evento	5.566,00
09) Reformulação logomarca produto	5.566,00
10) Pictograma / Ícones – por unidade	1.335,00
11) Selo comemorativo	2.783,00
12) Slogan	3.339,00

F) PAPELARIA

	TOTAL
01. Bloco de anotações	779,00
02. Cartão personalizado / visita	779,00
03. Envelope	779,00
04. Formulário	779,00
05. Papel (Carta / Ofício)	779,00
06. Papel embrulho / presente / decorativo	1.113,00
07. Pasta	1.669,00

G) PEÇAS ELETRÔNICAS

	TOTAL
01. TV / 15 segundos (Roteiro)	4.452,00
02. TV / 30 segundos (Roteiro)	5.566,00
03. TV / 60 segundos (Roteiro)	7.792,00
04. Storyboard (por quadro)	1.001,00
05. Vinheta até 10 segundos	2.226,00
06. Áudio Visual-Roteiro / Minuto (até 5 minutos)	8.905,00
07. Áudio Visual-Roteiro / Minuto (até 10 minutos)	12.245,00
08. Áudio Visual-Roteiro / Minuto (até 15 minutos)	15.584,00
09. Áudio Visual-Roteiro / Minuto (acima de 15 minutos)	22.264,00
10. Spot / texto simples / até 60"	1.669,00
11. Spot / texto com enredo / até 60"	2.226,00
12. Jingle / até 60"	3.339,00

H) PLANEJAMENTO DE COMUNICAÇÃO

	TOTAL
01. Planejamento de Comunicação	27.830,00
02. Planejamento de Eventos	22.264,00
03. Plan. De Marketing Direto e Fidelização	22.264,00
04. Planejamento de Promoções	22.264,00

I) SERVIÇOS DE WEB

	TOTAL
01. Full banner	2.226,00
02. Full banner expansível	2.226,00
03. Half banner	2.226,00
04. Pop-ups	2.226,00
05. DHTML	2.226,00
06. Skyscrapers	2.226,00
07. Superbanner	2.226,00
08. Site – por página	5.000,00
09. Hotsite – por página	3.000,00

10. Apresentação – por slide	1.113,00
11. E-mail marketing	2.003,00
12. Button	890,00

J) TRABALHOS Mediante orçamento específico:

<ul style="list-style-type: none"> Assessoria Brindes promocionais especiais Cenários para TV / palcos Consultoria Cópias de áudio Cópias de audiovisual / documentários Cópias de VT Decoração de vitrines Desenho técnico Display técnico Espetáculos/ planejamento / organização Publicidade em geral na Internet Fardamento Folhetos / distribuição 	<ul style="list-style-type: none"> Filmagem de eventos Ilustração especial Mala direta / expedição Marketing eleitoral Pesquisa de mercado Identificação corporativa Projetos especiais Promoção de vendas Shows / planejamento / organização Stand para feiras Trios elétricos Vitrines Projetos de livros
---	--

Salto Veloso**PREFEITURA MUNICIPAL****Edital de Licitação - Credenciamento N. 008/2011****EDITAL DE LICITAÇÃO****CREDENCIAMENTO N. 008/2011**

MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Travessa das Flores, 058, Centro, em Salto Veloso, SC., torna público, para conhecimento dos interessados, que de acordo com as Leis Federais n. 8.666/93, e suas alterações, realizará Licitação Pública - CREDENCIAMENTO, com a finalidade de Credenciamento para aquisição de produtos referente à Agricultura Familiar para o exercício de 2011, conforme Decreto Municipal nº 0036/2011, e autorização do Sr. Prefeito Municipal, constante no Processo Licitatório n. 0072/2011 e condições estabelecidas no respectivo ato convocatório. O Edital poderá ser retirado junto ao Setor de Compras e Licitações, de 2ª a 6ª feiras, das 13:30 horas às 17:00 horas, por meio de fotocópia às expensas do interessado, mediante pagamento do valor das cópias, de acordo com o número de folhas, a ser efetivado por funcionário do Executivo, ou por via eletrônica no site municipal: www.saltoveloso.sc.gov.br. O recebimento e abertura dos envelopes "PROPOSTA" e "DOCUMENTAÇÃO", dar-se-á na sede da Prefeitura Municipal, no endereço indicado acima, às 10:30h do dia 27 de Junho de 2011, tendo início pela abertura dos envelopes "PROPOSTA". Maiores informações poderão ser obtidas através do telefone 49 3536-0146, no horário de expediente mencionado anteriormente.

Salto Veloso, 06 de Junho de 2011.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA MUNICIPAL

Publicacao Edital 152

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 152/2011

MODALIDADE: Pregão Presencial n. 06/2011. O Fundo Municipal de Saúde de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, situada na Rua Ernesto Francisco Cardoso, 56, CNPJ: 11.360.515/0001-19, torna público para o conhecimento dos interessados que está realizando Processo Licitatório na Modalidade Pregão, do tipo Menor preço, Total Por Item, para AQUISIÇÃO DE FORMA FRACIONADA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE. Os envelopes de documentação e proposta de preços deverão ser entregues até o dia 28/06/11, até às 09:00 horas, unto ao Setor de Compras e Licitações do Município. Os quais serão abertos às 09:30 horas, no mesmo dia e endereço já mencionado. Maiores informações, bem como cópia do edital poderão ser obtidos junto ao Setor de Compras e Licitações do Município, sito na Avenida Tancredo Neves, 337 ou pelo fone (0xx49) 36570001 e site: www.staterezhinaprogresso.sc.gov.br.

Santa Terezinha do Progresso (SC), 10/06/11.
ITACIR DETOFOL
Prefeito Municipal

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA MUNICIPAL

Aviso de Licitação 81/2011

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 14/07/2011, às 09:00 no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 081/2011, CONCORRÊNCIA 06/2011 - OBJETO: DOAÇÃO COM ENCARGO E CLÁUSULA DE REVERSÃO DE PARTE DO LOTE RURAL "21 C", COM ÁREA DE 35.153,17M² (MATRÍCULA 15083), SEM BENFEITORIAS, LOCALIZADA NA SECÇÃO DE IBICARÉ NESTE MUNICÍPIO . PARA INSTALAÇÃO DE INDÚSTRIA OU TRANSFERÊNCIA, A TÍTULO DE INCENTIVO ECONÔMICO. Informações licitacoes@saolourenco.sc.gov.br.

TOMÉ FRENCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Schroeder

PREFEITURA MUNICIPAL

Aviso de Licitação Tomada de Preços para obras e Serviços de Engenharia Nº. 06/2011 - PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER
AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº. 06/2011 - PMS
PROCESSO LICITATORIO Nº. 87/2011-PMS

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), para a reforma da cobertura com área de 460,00m² e repintura interna e externa da Escola Municipal Rui Barbosa, localizada na Rua 23 de março, Itoupava-açu, no município de Schroeder/SC, conforme projetos, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante do Instrumento convocatório.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 29 de junho de 2011 às 08h45min.

Abertura do Processo: 29 de junho de 2011 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site da Prefeitura Municipal (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h. Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br.

Schroeder, 14 de junho de 2011.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Aviso de Pregão Presencial Registro de Preços Nº 39/2011 - PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER
Rua Marechal Castelo Branco, 3201.
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191
89275-000 - SCHROEDER/ SC
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 39/2011 - PMS
PROCESSO Nº. 89/2011-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de materiais operacionais para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 30 de junho de 2011 às 08h45min.

Abertura do Processo: 30 de junho de 2011 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no Site da Prefeitura Municipal (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h. Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 14 de junho de 2011.

LUIS APARÍCIO RIBAS
Prefeito Municipal em exercício

Extrato de Contrato Nº. 16/2011-FAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato de Contrato nº. 16/2011-FAS

Dispensa de Licitação nº. 04/2011-FAS - Processo nº. 19/2011-FAS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: RANCHO BOM SUPERMERCADOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 08.597.765/0001-62, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco, nº 5120, Centro, na cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina.

Objeto: Constitui o presente contrato a aquisição de lanche para serem servidos aos participantes das oficinas/projetos socioeducativos oferecidas pelo CRAS - Centro de Referência de Assistência Social da Secretaria Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, sendo:

Item	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE.	VALOR UNITARIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	Suco de fruta, embalagem de 1 litro, estilo embalagem Tetra Park, tampa abre e fecha. Composição: água, açúcar, suco concentrado de frutas, maltodextrina, enriquecido com vitaminas B1, B2, B3, B6, B12 C, ácido fólico e minerais de ferro e zinco, acidulante e cloreto de cálcio, aromatizante, edulcorante artificial, sucralose. Não contém glúten. Sabores: laranja, morango, maracujá, uva	Unidade	300	3,39	1.017,00
02	Suco não fermentado, não alcoólico, em pó, colorido artificialmente, embalagem plástica com 35g, rende 1 litro. Sabores: morango, uva, abacaxi e limão. Composição: açúcar, polpa de fruta desidratada (1%), maltodextrina, ferro, vitaminas: C, niacina (vitamina B3), A, piridoxina (vitamina B6), riboflavina, B2 e ácido fólico, acidulante ácido cítrico, antioxidante, fosfato tricálcio, regulador de acidez, citrato de sódio, aromatizante aroma idêntico ao natural, edulcorantes artificiais: aspartame (23,4mg/100ml), ciclamato de sódio (14,5mg/100ml), acesulfame de potássio (2,7mg/100ml) e sacarina sódica (1,3mg/100ml), espessantes: carboximetil celulose sódica, goma esantana e goma arábica, corante inorgânico, dióxido de titânio. Contém fenilalanina, não contém.	Unidade	100	0,67	67,00

03	Biscoito salgado, embalagem 156g, com 6 unidades de 26g cada pacote. Sabores: baicon, queijo, pizza, presunto, tradicional. 0% de gordura trans na porção. Composição: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura vegetal hidrogenada, açúcar, açúcar invertido, sal, fermentos químicos: fosfato monocalcico, bicarbonato de sódio e bicarbonato de amônio. Contém glúten. Informação Nutricional: Porção de 26g (3 biscoitos).	Unidade	350	2,39	836,50
04	Biscoito doce, em forma de rosca, sabor chocolate, embalagem plástica com 335g. Composição: farinha de trigo, enriquecido com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal hidrogenada, açúcar invertido, cacau, sal, corante natural, caramelo, fermentos químicos: bicarbonato de sódio e bicarbonato de amônia, estabilizante de soja. Contém glúten. Informação nutricional: porção de 30g (6 biscoitos).	Unidade	80	2,65	212,00
05	Biscoito salgado, embalagem 370g, com 2 pacotes com embalagem com dupla proteção de 185g, gordura trans 0%. Sabores: tradicional. Composição: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura vegetal hidrogenada, açúcar, açúcar invertido, sal, fermentos químicos: fosfato monocalcico, bicarbonato de sódio e bicarbonato de amônio. Informação Nutricional: 30g (7 biscoitos).	Unidade	30	3,59	107,70
06	Barra de frutas, embalagem contendo 24 unidades - formato agranel, embalagem unitária de 27g, rico em fibras, light. Sabores: banana com cobertura de chocolate branco e banana com cobertura de chocolate preto (podendo variar o sabor). Composição: banana passa, sem adição de açúcar (edulcorantes naturais, maltitol, emulsificantes, lecitina de soja, poliglicerol, polirricinoleato ou isfer de poliglicerol com ácido ricinoleico, interesterificado e aroma idêntico ao natural) gordura de palma, emulsificante, lecitina de soja. Contém glúten.	Unidade	125	31,20	3.900,00
VALOR TOTAL R\$					6.140,20

Valor do contrato: R\$ 6.140,20 (seis mil cento e quarenta reais e vinte centavos).

Data da Assinatura: 13/06/2011 - Vigência: 13/06/2012

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº. 107/2011-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191
89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>
Extrato do Contrato nº. 107/2011-PMS
Dispensa de Licitação nº. 33/2011-PMS - Processo nº. 88/2011-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: TECTRANS TECNOLOGIA E TRANSPORTES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 07.357.910/0001-75, estabelecida na Rua João Mendes da Silveira, nº. 124, Pinheirinho, na cidade de Curitiba, do Estado do Paraná, CEP: 82150-260.

Objeto: Constitui o presente contrato a Contratação de empresa especializada para atualização do plano de transporte desenvolvido no ano de 2010 e análise de avaliação tarifária, fluxo de caixa e valor da outorga do novo sistema de transporte da cidade de Schroeder/SC, sendo:

Item	Descrição	Quantidade	Unidade	Valor unitário R\$	Valor total R\$
01	Contração de empresa especializada para atualização do plano de transporte desenvolvido no ano de 2010 e análise de avaliação tarifária, fluxo de caixa e valor da outorga do novo sistema de transporte da cidade de Schroeder/SC.	1	Unidade	4.776,00	4.776,00
TOTAL R\$					4.776,00

Valor do contrato: R\$ 4.776,00 (Quatro mil e setecentos e setenta e seis reais).

Data da Assinatura: 13/06/2011 - Vigência: 31/12/2011

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Convocação Concurso Público nº. 001/2010-SECEL/PMS - Giane Sardanha

Convocação Concurso Público nº. 001/2010-SECEL/PMS

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. GIANE SARDANHA, inscrita no CPF sob nº. 053.841.669-67, aprovada em 11º lugar no Concurso Público nº. 001/2010-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSORA C - ENSINO FUNDAMENTAL - EDUCAÇÃO FÍSICA - 40 H/S, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-1191), até o dia 09

de julho de 2011, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê o item 13.2.1.

Schroeder (SC), 10 de junho de 2011.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Timbó

PREFEITURA MUNICIPAL

Aviso de licitação 00029-2011 Pregão Presencial para aquisição de relógio ponto

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SAMA E SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
EDITAL PREGÃO Nº 00029/2011
AVISO DE LICITAÇÃO

O SAMA E - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, torna público, de acordo com a Lei nº 8.666/93, que fará realizar "Pregão Presencial", do tipo Menor Preço, por item, para AQUISIÇÃO DE RELOGIOS PONTO DESTINADO A SEDE ADMINISTRATIVA, ATERRO SANITÁRIO E ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE AGUA.

O edital encontra-se à disposição dos interessados no Departamento de Licitações, Rua Duque de Caxias, 56 - Centro, Timbó/SC das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira, disponível também na Internet, no seguinte endereço www.timbo.sc.gov.br ou poderão ser solicitados para o e-mail beatris@samaetimbo.com.br

Os envelopes (Habilitação e Propostas) serão recebidos até 28 de Junho de 2011 as 12h50minutos, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Timbó, no Departamento de Compras sala nº 1, na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro, com participação aberta às proponentes e ao público.

Timbo (SC), 13/06/2011.
WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente - SAMA E

Aviso Pregão Presencial 61-2011 - Cartuchos e Toners

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE PREGÃO Nº 000061/2011

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CARTUCHOS DE TINTA E TONERS NOVOS E RECICLADOS PARA DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 08:40 horas do dia 28 de junho de 2011. ABERTURA: dia 28/06/2011 às 08:50 horas. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente do Depto de Compras sito à Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br

Timbo (SC), 02/06/2011.
LAÉRCIO D. SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó

Extrato rescisão Contrato 2011_48

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2011/48

CONTRATANTE: Município de Timbó

CONTRATADO: Adriana Kloehn

OBJETO: Contratação de empresa para serviços de jardinagem nos imóveis das diversas Unidades de Saúde, CAPS, CRAS, CEMUR, Almoxarifado da Secretaria de Saúde, Assistência Social e Creas.

Timbó, 09 de junho de 2011.

LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JÚNIOR

Prefeito de Timbó

Videira**PREFEITURA MUNICIPAL****Portaria Nº 0317/11**

PORTARIA nº 0317/11

Concede Licença Prêmio

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 102 do Estatuto dos Servidores Públicos e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 8033/11.

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a ANA NEVE FANTIN ASCARI, Agente de Serviços Gerais I, CE02M, de 1º de agosto de 2011 até 1º de novembro de 2011, referente ao quinquênio de 1º de julho de 2004 até 30 de junho de 2009.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de agosto de 2011.

Videira, 08 de junho de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de junho de 2011.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0323/11

PORTARIA nº 0323/11

Nomeia Comissão Fiscalizadora do Concurso Público referente ao Edital nº 001/2011 - FME

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no artigo 72, IX da Lei Orgânica do Município e, de conformidade com o art. 19, parágrafo 5º da Lei Complementar nº 007/97,

RESOLVE

Art. 1º Nomear a Comissão Fiscalizadora do Concurso Público referente ao Edital nº 001/2011 - FME, ficando assim constituída:

I - SANDRO MARCELO PETROWISKY - Representante titular da

Diretoria do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais;
II - VILSO VANZ - Representante titular do Conselho Administrativo dos Fundos Municipais;
III - DIONISIO ROBASKEWICZ NETO - indicado pela Administração Municipal;
IV - MARIA ENEIDA FURLIN DRESCH - Vereadora;
V - NARCÍSIO KUMM - Vereador;
VI - ERON EDUARDO ROSSI - Vereador

Art. 2º À comissão compete o desempenho das atribuições que lhe são outorgadas pela Legislação vigente, especialmente no art. 19, § 5º da Lei Complementar nº 007/97.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 09 de junho de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 09 dias do mês de junho de 2011.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0324/11

PORTARIA nº 0324/11

Autoriza o Uso do Estádio Municipal Luis Leoni

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 8061/11,

RESOLVE

Autorizar o uso do Estádio Municipal Luis Leoni, pelo Lions Clube Videira Centro, na data de 06 de novembro de 2011, a partir das 8:00 h às 24:00 h, para a Realização de Bingo Beneficente com o fim de angariar fundos para a "Campanha da Visão".

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 10 de junho de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de junho de 2011.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0325/11

PORTARIA nº 0325/11

Revoga a Portaria nº 320/11

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 8007/11,

RESOLVE

Revogar, a Portaria nº 320/11, que concedeu Licença Prêmio a DANIELLE GALLI BRESSAN, Auxiliar de Serviços Gerais, nível

E-PE-SGE-I, conforme o que consta no Processo Administrativo nº 8007/11,

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 10 de junho de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de junho de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0326/2011

PORTARIA nº 0326/11

Revoga a Portaria nº 237/11

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 8003/11,

RESOLVE

Revogar, a Portaria nº 237/11, que concedeu Licença Prêmio a TAMARA DAIANE TOMASI NUNES DOS SANTOS, Professora de Educação Infantil, nível E-PE-MAG-I, conforme o que consta no Processo Administrativo nº 8003/11,

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 10 de junho de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de junho de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0327/11

PORTARIA nº 0327/11

Autoriza a Limpeza do Espaço Público

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município e, à vista do contido no Processo Administrativo nº 8168/11,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar, a pedido, a limpeza do espaço público, localizado entre o parque infantil e toda a extensão da linha férrea no centro da cidade, pelo Clube de Desbravadores Raios de Sol, no dia 12 de junho de 2011, das 09h30min as 11h00min.

Art. 2º A Prefeitura Municipal de Videira será isenta de qualquer casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando inteiramente responsável o Clube de Desbravadores Raios de Sol.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 10 de junho de 2011.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de junho de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Pregão Presencial Nº 104/2011 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 104/2011 - PMV

O Prefeito Municipal torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 104/2011. 1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA REALIZAR A IDENTIFICAÇÃO VISUAL DO VEÍCULO MODELO PARATI, CONFORME PADRÃO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 16:00 horas do dia 29 de Junho de 2011, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 16:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012.

Videira/SC, 10 de Junho de 2011.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Retificação da data de abertura PR 95/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 95/2011-PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público a alteração da data de abertura do Edital do Pregão Presencial nº 95/2011-PMV, o qual tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MICROCOMPUTADORES-SERVIDORES E RACK PARA O DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA DA PREFEITURA., tendo em vista a alteração na descrição dos itens 02 e 03. CREDENCIAMENTO: a partir das 14:00 horas do dia 30 de junho de 2011, na Avenida Manoel Roque, 188, Videira/SC. ABERTURA: às 14:15 horas do mesmo dia. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no horário das 8:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45 horas. INFORMAÇÕES: Através dos fones (49) 3566-9012/3566-9034

Videira, 10 de junho de 2011.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal